

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA SOBRE A
PROPOSTA DE PLANO E ORÇAMENTO REGIONAL PARA 2024

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA SOBRE A
PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL DO ORÇAMENTO DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2024

PONTA DELGADA
14 DE NOVEMBRO DE 2023



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 14 de novembro de 2022, na Delegação de Ponta Delgada da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e por meios telemáticos, com o objetivo de dar parecer final sobre a Proposta de Plano para 2024 e sobre o Orçamento para 2024, dando assim cumprimento ao disposto no n.º 4, do artigo 164.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assim sendo, cumpre referir resumidamente as áreas sobre as quais as Comissões Especializadas da Assembleia emitiram parecer, bem como a votação em cada uma delas.

Compete à **Comissão Permanente de Política Geral** a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024, nas seguintes matérias:

- Administração Pública, regional e local;
- Organização administrativa da Região;
- Ordem e segurança pública e proteção civil;
- Comunidades Açorianas;
- Construção europeia, sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras comissões;
- Tratados e Acordos internacionais;
- Habitação e equipamentos;
- Arrendamento Urbano;
- Urbanismo;
- Prevenção e segurança rodoviária;
- Cooperação regional
- Trabalho e formação profissional;
- Concertação social e mecanismos de resolução alternativa de conflitos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Política Geral deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM, contra do BE e com a abstenção com reserva de posição para Plenário do PS, emitir parecer favorável, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII - “Plano Regional Anual para o ano de 2024”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM, contra do BE e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, emitir parecer favorável, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII - “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024”**.

Compete à **Comissão de Assuntos Sociais**, a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024, nas seguintes matérias:

- Apoio à família e às migrações;
- Educação;
- Juventude;
- Cultura;
- Ciência, investigação e inovação tecnológica;
- Solidariedade e segurança social;
- Igualdade de género e combate à discriminação;
- Pobreza e exclusão social;
- Promoção da infância;
- Apoio a idosos;
- Apoio a cidadãos com necessidades especiais;
- Serviço regional de saúde;
- Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde;
- Saúde pública e comunitária;
- Saúde e desporto escolar;
- Prevenção e combate às dependências;



- Segurança alimentar;
- Promoção de estilos de vida saudáveis;
- Atividade desportiva profissional e não profissional.

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP, com os votos contra do IL e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do CH, emitir por maioria parecer favorável, à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII - “Plano Regional Anual para o ano de 2024”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP, com os votos contra do IL e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e CH, emitir por maioria parecer favorável, à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67 - “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”**.

A **Comissão Permanente de Economia** emitiu parecer sobre os documentos em análise, tendo apreciado os seguintes programas e sua cobertura orçamental, nas seguintes matérias:

- Património próprio e autonomia patrimonial da Região;
- Planeamento e estatística;
- Finanças e sistema fiscal;
- Orçamento e contabilidade pública;
- Privatizações;
- Setor público empresarial regional;
- Competitividade e inovação empresarial;
- Transportes e comunicações;
- Agricultura e pecuária;
- Arrendamento rural;
- Florestas e produção florestal;
- Pescas e aquicultura;



- Turismo;
- Comércio e indústria;
- Artesanato;
- Defesa do consumidor e da concorrência;
- Desenvolvimento rural;
- Remuneração complementar dos trabalhadores da administração regional;
- Sistemas de incentivos;
- Parcerias público-privadas;
- Marketing e publicidade.

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Economia deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP, contra do PS e com a abstenção com reserva de posição para Plenário do Deputado Independente emitir, após segunda votação, por **maioria**, parecer **desfavorável** à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII - “Plano Regional Anual para o ano de 2024”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD, contra do PS e CDS-PP e com a abstenção com reserva de posição para Plenário do Deputado Independente emitir, após segunda votação, por **maioria**, parecer **desfavorável**, à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII - “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”**.

Compete à **Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**, a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024, nas seguintes matérias:

- Comunicação Social;
- Ambiente;
- Alterações climáticas;
- Ordenamento do território;



- Recursos hídricos;
- Ordenamento do espaço marítimo;
- Orla costeira;
- Política de ocupação de solos;
- Reservas naturais e ecológicas;
- Energia;
- Bem-estar animal e recursos cinegéticos.

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e PPM, com os votos contra do BE e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, emitir por maioria parecer favorável à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD e PPM, com os votos contra do BE e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, emitir por maioria parecer favorável à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024”**.

Anexam-se a este documento os relatórios e pareceres das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, bem como os pareceres recebidos na Assembleia e emitidos pelas seguintes entidades:

O Governo Regional dos Açores enviou os seguintes pareceres dos parceiros sociais:

- Conselho Económico e Social dos Açores e dos seus membros, a saber:
 - ✓ UGT - A (União Geral de Trabalhadores dos Açores)
 - ✓ União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- ✓ AICOPA - Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores
 - ✓ ACRA - Associação dos Consumidores da Região Açores
 - ✓ CGTP-IN Açores
 - ✓ Representante das Associações da Área da Igualdade de Género
 - ✓ Prof. Doutora Teresa Tiago, personalidade de reconhecido mérito
 - ✓ Prof. Doutor João Teixeira, representante da Região Autónoma dos Açores no CES
 - ✓ Dr. Antonio Maio, personalidade de reconhecido mérito
 - ✓ URMA - União Regional das Misericórdias dos Açores
 - ✓ Representante das Associações de Defesa do Ambiente
 - ✓ Câmara do Comércio e Indústria dos Açores
 - ✓ Federação das Pescas dos Açores
 - ✓ Prof. Doutor Fernando Diogo, personalidade de reconhecido mérito
 - ✓ Direção Regional dos Açores da ANAFRE
 - ✓ Federação Agrícola dos Açores
- Pareceres recebidos pela Comissão Permanente de Economia:
 - Conselho de Ilha das Flores
 - Conselho de Ilha de Santa Maria
 - Conselho de Ilha da Graciosa
 - Conselho de Ilha de São Jorge
 - Conselho de Ilha do Corvo
 - Conselho de Ilha do Faial

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 54.º, n.º 5, alínea d), e 56.º, n.º 2, alínea a), da Constituição da República, no artigo 124.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, conjugado com o disposto no artigo 16.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a Comissão Permanente de Economia, colocou em apreciação pública, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII - “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”, no âmbito da participação das comissões de trabalhadores e associações sindicais no processo de elaboração da legislação de trabalho.



**1.º. CAPÍTULO - APRECIACÃO E PARECERES SOBRE O PLANO
REGIONAL PARA 2024**

1. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As propostas em análise têm enquadramento jurídico na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa que confere à Região Autónoma dos Açores o poder de aprovar o Plano e Orçamento Regional.

Assim, de acordo com as alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova o Plano e Orçamento Regional no âmbito das competências definidas.

**2. ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA DE PLANO REGIONAL PARA 2024 NO
PROGRAMA DO XIII GOVERNO REGIONAL**

A estratégia de desenvolvimento para a Região, definida a partir do Programa do XIII Governo Regional, consubstancia-se, no âmbito das Orientações de Médio Prazo para 2021-2024, na identificação de quatro Grandes Objetivos que enquadram a sua operacionalização através de 10 Programas de investimento, que por sua vez integram 129 projetos e 722 ações.

O Programa do XIII Governo Regional dos Açores, no Capítulo “Compromisso com os Açores” preconiza que, apesar da Região Autónoma dos Açores viver uma situação económica e social delicada, agravada pela pandemia por SARS-Cov-2, “a estabilidade política decorrente de uma maioria plural no plano parlamentar tem de traduzir-se numa governação que permita aos Açores terem ganhos substanciais em relação aos indicadores médios da União Europeia” e que “é, não apenas desejável, como possível governar melhor os Açores”.



No Capítulo “Pessoas Primeiro para um Desenvolvimento Sustentável” é referido que, “para este Governo, as pessoas estão sempre em primeiro lugar”, entendendo que as políticas devem ser dirigidas para a dignificação das pessoas, estando a Saúde e a Solidariedade Social na linha da frente.

O Governo pretende ter um princípio norteador para um desenvolvimento sustentável, nas finanças, nas políticas públicas, económicas, sociais e ambientais.

Assim, nas Orientações de Médio Prazo para 2021-2024, foram definidos quatro Opções Estratégicas, a saber:

OBJETIVO 1 - Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades

A esta opção associam-se as políticas de coesão social e igualdade de oportunidades, resposta estratégica e multidisciplinar aos fenómenos de pobreza e exclusão social, política de habitação, a educação como um dos pilares da igualdade de oportunidades e elevador social, sistema regional de saúde, políticas culturais, juventude, emprego e desporto;

OBJETIVO 2 - Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento

Nesta opção agregam-se as políticas no âmbito do desenvolvimento económico, criação de emprego e fixação das populações através do investimento privado;

OBJETIVO 3 - Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente

Esta opção contempla a inauguração da Autonomia da Responsabilização nos contextos regional, nacional e europeu e no relacionamento com o Poder Local, envolvendo todos os açorianos no processo de decisão;

OBJETIVO 4 - Afirmar os Açores no mundo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

As áreas de incidência deste objetivo são as relativas aos transportes aéreos e marítimos como fatores decisivos para o desenvolvimento dos Açores, nomeadamente através da melhoria das acessibilidades.

OBJETIVOS	Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades	Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento	Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente	Afirmar os Açores no mundo
------------------	---	--	--	-----------------------------------



ÁREAS DE INTERVENÇÃO	Solidariedade Social, Igualdade, Inclusão Social Crianças e Jovens, Família, Comunidade e Serviços, Públicos com Necessidades Especiais, Idosos, Igualdade, Inclusão Social e Combate à Pobreza, Habitação, Educação, Saúde, Comportamentos Aditivos e Dependências, Desporto, Proteção Civil, Cultura, Juventude, Qualificação Profissional e Emprego	Fomento da Iniciativa Empresarial e Empreendedorismo, Apoio à Atividade Económica Regional nas Áreas do Comércio e Indústria, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Políticas Marítimas, Pescas, Ciência, Tecnologia, Inovação e Transição Digital, Ambiente e Alterações Climáticas, Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, Energia, Artesanato	Informação e Comunicação Social, Poder Local, Capacitar e Valorizar a Administração Pública Regional, Prevenção da Corrupção e da Transparência, Estatística, Obras Públicas, Comunicações	Comunidades, Emigração e Imigração, Transportes Aéreos, Transportes Marítimos, Transportes Terrestres, Turismo, Assuntos Europeus e Cooperação Externa, Espaço
-----------------------------	--	---	--	--

Para o objetivo “Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades” estão previstos 5 Programas, cujo conteúdo é o seguinte: desenvolvimento social e inovação, educação e dinâmica cultural, promoção da saúde e proteção civil e desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas e juventude, qualificação e estabilidade laboral.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Para estes programas prevê-se para 2024 um investimento de 294,7 milhões de euros, sendo 225,3 milhões de euros do Plano e 69,4 milhões de euros de Outros Fundos.

No objetivo “Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento”, foram definidos 8 Programas com o seguinte conteúdo: coesão, transição digital e representação, desenvolvimento social e inovação, finanças, planeamento e empreendedorismo, economia rural, economia do mar, ação climática e organização territorial, desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas e juventude, qualificação e estabilidade laboral.

Estes programas têm uma dotação prevista para 2024 de 296,1 milhões de euros, sendo 245,1 milhões de euros do Plano e 51,0 milhões de euros de Outros Fundos.

Relativamente ao objetivo “Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente” prevê-se 4 Programas que têm por base o seguinte conteúdo: coesão, transição digital e representação, finanças, planeamento e empreendedorismo, promoção da saúde e proteção civil e desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas.

Para estes Programas está previsto para 2024 uma verba de 150,8 milhões de euros de investimento público totalmente proveniente do Plano.

No que toca ao objetivo “Afirmar os Açores no mundo” prevê-se a implementação de 4 Programas que têm por base o seguinte conteúdo: coesão, transição digital e representação, desenvolvimento social e inovação, finanças, planeamento e empreendedorismo e desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas.

Para estes Programas estima-se para o ano de 2024 cerca de 199,8 milhões de euros de investimento público, sendo 118,5 do Plano e 118,5 milhões de euros com origem em Outros Fundos.

O valor do investimento público projetado para 2024 é de 941,5 milhões de euros, sendo 739,7 milhões de euros do Plano e 201,7 milhões de euros com origem em Outros Fundos.



3. ENQUADRAMENTO DO PLANO DE 2024 NOS PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO

O ano 2024 marca a efetiva de transição entre o Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia 2014-2020 e o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027.

Apesar de uma boa execução dos programas do período de programação 2014-2020, de acordo com a informação constante nos documentos em análise, o Governo compromete-se, conforme o “Acordo de Parceria Estratégica 2023/2028”, triplicar os valores executados, o que representa 200 milhões de euros por ano.

3.1. AÇORES 2030

O Açores 2030 é um programa participado pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, para o período de programação 2021-2027, com uma dotação total de 1.140 milhões de euros, com um conjunto de prioridades nas áreas do crescimento económico inteligente, do fomento do emprego qualificado, da coesão social, da mobilidade, enquanto pilar da coesão económica e social, da sustentabilidade ambiental e resiliência às alterações climáticas e da digitalização e proximidade da administração pública.

3.2. PEPAC

A PEPAC (Plano Estratégico da Política Comum para Portugal no período 2023-2027) assenta nas seguintes prioridades:

- Atividade produtiva suportada no princípio de uma gestão ativa do território;
- Solo como principal ativo dos agricultores e produtores florestais e associado ao uso dos restantes recursos naturais;
- Sustentabilidade económica, social e ambiental permitindo assegurar a resiliência e a vitalidade das zonas rurais;
- Desenvolvimento do setor baseado no conhecimento.

Este programa é financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) com cerca de 196,7 milhões de euros, que corresponde a uma despesa pública indicativa de 231,4 milhões de euros.



3.3. MAR 2030

Este programa é cofinanciado pelo FEAMPA (Fundo Europeu dos Assuntos do Mar, das Pescas e Aquicultura) e tem como objetivos promover a competitividade e resiliência do setor das pescas, da aquicultura e da indústria transformadora.

A dotação financeira para o período 2021-2027 é de 75,0 milhões de euros e assenta em 3 prioridades:

- Fomento de pescas sustentáveis e da restauração e conservação dos recursos biológicos aquáticos (59,2 milhões de euros);
- Fomento de atividade de aquicultura sustentáveis e da transformação e comercialização de produtos da pesca e da aquicultura, contribuindo para a segurança alimentar (12,1 milhões de euros);
- Promoção de uma economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores e fomento do desenvolvimento de comunidades piscatórias e de aquicultura (3,5 milhões de euros).

Há ainda uma verba de 0,2 milhões de euros dedicada à gestão, monitorização e avaliação do programa, denominada Assistência Técnica.

3.4. MAC 2021-2027

A Região Autónoma dos Açores é, no período 2021-2027, é beneficiária do programa de cooperação Interreg VI-D Madeira-Açores - Canárias (MAC), com uma dotação de 16,4 milhões de euros.

3.5. SUSTENTÁVEL 2030

O Programa de Ação Climática e Sustentabilidade (PACS), denominado Sustentável 2030 é financiado pelo Fundo de Coesão em 136 milhões de euros, com o destino de a eficiência, sustentabilidade e segurança da mobilidade regional e reforçar a acessibilidade externa aos Açores.

No âmbito do transporte aéreos o objetivo é ampliar e requalificar infraestruturas e reforçar equipamentos aeroportuários.



Relativamente ao transporte marítimo uma das prioridades de investimento é a modernização do setor ao nível de infraestruturas e equipamentos.

3.6. PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA 2021-2026

Este Plano será financiado pelo Mecanismo Europeu de Recuperação e Resiliência e tem o propósito de concretizar investimentos e reformas, preparando as economias para o futuro.

O Plano de Recuperação e Resiliência estrutura-se em 3 grandes linhas:

. Resiliência, com uma dotação de 369 milhões de euros, destinado ao aumento da capacidade de reação da sociedade face às crises e a superação dos desafios atuais e futuros que lhe estão associados;

. Transição climática, com uma dotação de 148 milhões de euros, que se inscreve no quadro do Pacto Ecológico Europeu e da Lei Europeia do Clima e resulta do compromisso e contributo para atingir as metas climáticas;

. Transição digital, com uma dotação de 63 milhões de euros, enquadrado no Plano de Ação Europeu para a Educação Digital.

O PRR-Açores está distribuído em 10 investimentos inicialmente previstos (saúde, habitação, respostas sociais, capitalização e inovação empresarial, qualificação e competências, infraestruturas, mar, hidrogénio e renováveis, administração pública, digitalização, interoperabilidade e cibersegurança e escola digital), num total de 580 milhões de euros de subvenções: 369 milhões de euros na dimensão da Resiliência, 148 milhões de euros para a Transição climática e 63 milhões para a Transição Digital.

Como resultado do processo de reprogramação, foram criados ou ampliados, 10 reforços ou novos investimentos nas infraestruturas para a autoconstrução, implementar a estratégia regional do combate à pobreza e exclusão social, desenvolvimento do “cluster do mar dos Açores”, transição energética, digitalização e redução do impacto ambiental no setor da pesca e aquicultura, capacitação e transformação digital das empresas dos Açores, modernização e digitalização da administração pública, educação digital, sistema de incentivos à aquisição e instalação de sistemas de armazenamento de energia a partir de fontes renováveis e aquisição de 2 navios elétricos, com um envelope financeiro de 95 milhões de euros.



Acresce ainda a possibilidade das entidades regionais se candidatarem ao PRR, no âmbito dos avisos nacionais, tendo sido submetidas, a 30 de setembro do corrente ano, 723 candidaturas, estando 498 aprovadas, correspondendo a um investimento de 38 milhões de euros.

4. EXECUÇÃO DO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020

4.1. EXECUÇÃO DO PO AÇORES 2020 (30/09/2023)

Segundo a informação constante no PRA 2024, tendo como data limite 30/09/2023, foram aprovadas no âmbito deste programa, 10.663 candidaturas, que corresponde a 1.779 milhões de euros elegíveis e 1.286 milhões de euros de financiamento comunitário, representando, ainda, uma taxa de compromisso de 100,60%.

A execução financeira atingiu 1.466 milhões de euros, sendo 1.096 milhões de euros apoios comunitários, uma execução de 86,6%.

4.2. EXECUÇÃO DO PRORUARAL + (30/09/2023)

Até 30 de setembro de 2023 o Prorural + sofreu nove alterações com o objetivo de adequar a resposta às necessidades do setor.

Foram aprovados 25.299 projetos com o investimento elegível na ordem dos 470,2 milhões de euros.

4.3. EXECUÇÃO DO MAR 2020 (30/09/2023)

Foram aprovados 5.165 projetos com um investimento elegível de 91,3 milhões de euros, tendo sido pagos 77 milhões de euros.

4.4. EXECUÇÃO MAC 2014-2020 (30/09/2023)

Neste programa foram aprovados 78 projetos com um investimento aprovado de 15,3 milhões de euros, tendo sido pagos 7,2 milhões de euros.

4.5. EXECUÇÃO DO POSEUR (30/09/2023)



Foi aprovado um projeto com investimento ilegível na ordem dos 65,2 milhões de euros.

4.6. EXECUÇÃO do POISE

Neste programa foram aprovados 8 projetos com um valor ilegível aprovado na ordem dos 27,6 milhões de euros, tendo sido pagos 24,8 milhões de euros.

2º. CAPÍTULO - CONCLUSÕES E PARECER FINAL SOBRE O PLANO PARA 2024

O investimento global previsto para o 2024 na Região Autónoma dos Açores considera, para além das despesas do plano financiadas pelo Orçamento da Região, os financiamentos que advêm de outros fundos regionais, nacionais e comunitários.

O Plano 2024 compreende um total de 4 Objetivos, 10 Programas de investimento, que por sua vez integram 129 Projetos e 722 Ações.

O Plano de 2024 prevê um total de investimento público de 941,5 milhões de euros, sendo 739,7 milhões do Plano e 201,7 milhões de Outros Fundos.

O Plano de 2024 prevê um investimento afeto ao objetivo “Políticas para a Coesão Social e para a Igualdade de Oportunidades” que inclui a programação para o domínio da desenvolvimento social e inovação, educação e dinâmica cultural, promoção da saúde e proteção civil, desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas e juventude, qualificação e estabilidade laboral, ascende a 294,7 milhões de euros e representa 31,3% do valor global.

Os sectores da coesão, transição digital e representação, desenvolvimento social e inovação, finanças, planeamento e empreendedorismo, economia rural, economia rural, economia do mar, ação climática e organização territorial, desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas e juventude, qualificação e estabilidade laboral, integram o Objetivo “Um Futuro Mais Digital e Ecológico no Seio da Sociedade do Conhecimento”,



representam 31,4% do total do investimento, a que corresponde um investimento previsto de 296,1 milhões de euros, sendo 245,1 milhões de euros com origem no Plano.

O Objetivo “Uma Governação ao Serviço das Pessoas, Próxima e Transparente” dirigida aos sectores da coesão, transição digital e representação, finanças, planeamento e empreendedorismo, promoção da saúde e proteção civil e desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas, estão dotados com 150,8 milhões de euros que representam 16,0% do valor global do investimento.

Aos domínios da coesão, transição digital e representação, desenvolvimento social e inovação, finanças, planeamento e empreendimentos e desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas, que promovem o objetivo “Afirmar os Açores no Mundo”, será afeta uma verba de cerca de 199,8 milhões de euros, a que corresponde 21,2% do valor do Plano.

O Plano para 2024 integra os investimentos a realizar pelo Governo Regional definidos no Programa do XIII Governo Regional.

Após a análise da proposta do Plano Regional Anual para 2024, tendo em conta as audições do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, do Secretário Regional do Mar e das Pescas, da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, da Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e os relatórios e pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão Permanente de Economia deliberou, por **maioria**, com os votos a favor do PSD e CDS-PP, contra do PS e com a abstenção com reserva de posição para Plenário do Deputado Independente emitir, após segunda votação, parecer **desfavorável**, à presente proposta.

3º. CAPÍTULO - APRECIACÃO E PARECER SOBRE O ORÇAMENTO REGIONAL PARA 2024



A previsão orçamental consolidada para 2024 tem um valor de 2.036,7 milhões de euros.

A Receita Efetiva prevista é de 1.760,4 milhões de euros, sendo que as Receitas Correntes podem atingir 1.213,5 milhões de euros e as Receitas de Capital poderão atingir 742,9 milhões de euros, das quais 1,9 milhões de euros de Ativos Financeiros e 198,3 milhões de euros de Passivos Financeiros.

Estão previstas, ainda, Outras Receitas, no valor de 80,3 milhões de euros, das quais 76,1 milhões de euros provêm do Saldo de Gerência anterior.

As Transferências do Orçamento do Estado estão previstas em 325,2 milhões de euros, representando assim 20,0% da Receita Efetiva.

As Transferências da União Europeia, que em 2024 ascendem a um valor previsto global de 400,0 milhões de euros, no âmbito de cofinanciamentos de projetos de investimento diretamente executados pelo Governo dos Açores e que representa 24,6% da Receita Efetiva.

Quanto ao valor consolidado da Despesa Total prevista para o ano de 2024, atinge os 1.961,7 milhões de euros.

As Despesas Correntes poderão atingir 2.036,7 milhões de euros, das quais 67,8 milhões de euros refere-se a Juros e Outros Encargos.

Nas Despesas de Capital o valor previsto é de 612,1 milhões de euros, dos quais 24,8 milhões de euros reportam-se a Ativos Financeiros e 126,0 milhões de euros a Passivos Financeiros.

O Governo dos Açores, com esta proposta de Orçamento, propõe-se dar cobertura aos Grandes Objetivos de Desenvolvimento definidos para o quarto ano de execução das Orientações de Médio Prazo 2021-2024 para fazer face a este período difícil decorrente da conjuntura económica adversa que abalou o Mundo, a Europa e o nosso país devido à pandemia, à guerra na Europa e à guerra no Médio Oriente.



Pelo exposto, após a análise dos documentos a Comissão Permanente de Economia deliberou, por **maioria**, com os votos a favor do PSD e CDS-PP, contra do PS e com a abstenção com reserva de posição para Plenário do Deputado Independente emitir, após segunda votação, emitir parecer **desfavorável**, à Proposta de Orçamento para 2024.

**4.º. CAPÍTULO - PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO
LEGISLATIVO REGIONAL DO ORÇAMENTO DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2024**

1. PRINCÍPIOS GERAIS

As regras referentes ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores, os procedimentos para a sua elaboração, discussão, aprovação, alteração e fiscalização e a responsabilidade orçamental obedecem ao disposto na Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, alterada pela Lei n.º 62/2008, de 31 de outubro - Lei do Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

O conteúdo do articulado da proposta de decreto legislativo regional deve, conforme dispõe o art.º 11.º do diploma acima referido, conter:

- a) As condições de aprovação dos mapas orçamentais e as normas necessárias para orientar a execução orçamental;
- b) A indicação do montante das transferências provenientes do Estado ou de fundos comunitários, com a exceção de eventuais vinculações a que estejam sujeitos;
- c) O montante e as condições gerais de recursos ao crédito público;
- d) A indicação do limite dos avales a conceder pelo Governo Regional durante o exercício orçamental;
- e) O montante de empréstimos a conceder e de outras operações ativas a realizar pela Região, incluindo os fundos e serviços autónomos;
- f) Todas as outras medidas que se revelem indispensáveis à correta gestão orçamental da Região para o ano económico a que o orçamento se destina.



2. ANÁLISE DA PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

O articulado da Proposta de Orçamento para o ano 2024 cumpre o disposto no art.º 11.º (“Conteúdo do articulado da proposta de decreto legislativo regional”) da Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, alterada pela Lei n.º 62/2008, de 31 de outubro.

A Proposta de Orçamento para 2024 não cumpre o princípio do equilíbrio orçamental, tal como se encontra definido no artigo 4.º da Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, alterada pela Lei n.º 62/2008, de 31 de outubro (Lei do Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores), e no artigo 16.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, ou seja, as receitas efetivas não cobrem a totalidade das despesas efetivas.

A presente proposta apresenta um saldo efetivo de -125.591.975 milhões de euros e um saldo primário de -57,8 milhões de euros. Refira-se ainda que a despesa efetiva é no valor de 1.885.995.845 euros, enquanto a receita efetiva é de 1.760.403.870 euros, conforme o Quadro 26 (Orçamento consolidado do SPAR – página 42).

Por último, refere-se que Proposta de Orçamento foi elaborada no âmbito do disposto no Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

A Comissão de Economia deliberou, por **maioria**, com os votos a favor do PSD e CDS-PP, contra do PS e com a abstenção com reserva de posição para Plenário do Deputado Independente, após segunda votação, dar parecer **desfavorável**, à Proposta de Decreto Legislativo Regional do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024.

Ponta Delgada, 14 de novembro de 2023.

A Relatora

Patrícia Miranda



O presente relatório foi aprovado por **unanimidade**.

ANEXOS: declaração de voto do Deputado Independente.

O Presidente

José Ávila



DECLARAÇÃO DE VOTO DO DEPUTADO INDEPENDENTE

Os Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024 são documentos fundamentados numa captação de receita que não se vislumbra exequível, é dado especial destaque à receita de fundos comunitários, na ordem dos 20% da receita total, o que é francamente uma expectativa "em alta" atendendo ao histórico da execução.

Na consideração do previsível arrefecimento da economia mundial, nota-se expectativas muito em alta, relativamente às receitas de impostos indiretos como o IVA, crendo, o documento, que pela captação do todo nacional seja atenuada a fragilidade da economia regional.

O ISP continua a ser uma das principais fontes de receita dos impostos indiretos, sendo que este imposto incide de forma percentualmente mais gravosa nas famílias de classe média, sem que isso constanja quem elaborou ORAA, nesta matéria há ainda a considerar que existe na ALRAA uma iniciativa que recomenda ao GRA a diminuição substancial desta receita, iniciativa esta que a ser aprovada colide com a receita prevista de ISP para 2024.

Em matéria de habitação, são mais as promessas, do que as ações, depois de três anos a falar dos complexos habitacionais dos "Foros do Solmar" e "Trás os Mosteiros", o Governo vai dizendo que "agora é que vai ser".

A apatia na resolução dos problemas de habitação nos Açores, é fortemente influenciada pelo paradigma da crença que o problema só se resolve com habitação pública, quando racionalmente dever-se-ia apostar na potenciação das dinâmicas privadas.

O pouco tempo que já resta para a execução de fundos comunitários de tão ambicioso projeto, leva a crer que o modelo falhará em toda a linha, perdendo-se assim uma oportunidade única de atenuar os problemas de habitação na Região.

A nível de mobilidade as opções são hilariantes, a pretensa aquisição de dois navios elétricos são prova disso mesmo e a notória indiferença quanto à estratégia necessária à disponibilização de transportes coletivos terrestres adaptados às solicitações da população, confirmam o cenário.



A privatização da Azores Airlines é ainda um diploma em aberto, que o Governo não sabe como fechar, mas até lá continuará a divulgação de mais rotas de duvidosa sustentabilidade, que a prazo contribuirão para o agravamento das dificuldades de tornar a companhia sustentável.

Nota-se também muita falta de conexão aos problemas que afligem grande parte da população, nomeadamente quanto à necessidade de criação de políticas que visem fixar populações e valorizar do ponto de vista social e monetário profissões indispensáveis ao perfeito funcionamento da sociedade.

O aumento do custo de vida, especialmente daqueles que pagam prestação de casa, ou rendas de contratos recentes, não fica atenuado por estes documentos, uma vez que a dotação prevista para o efeito é francamente insuficiente.

Do ponto de vista da prestação de cuidados de saúde, não há nada que faça crer que no próximo ano algo poderá mudar, as dotações previstas não mostram sinais numéricos que levem a pensar que já existem soluções para a indisponibilidade de valências e de profissionais de saúde, sendo que, em abono da verdade, este é um problema que constrange transversalmente o país, sendo que a responsabilidade maior neste assunto, deve ser imputada à Ordem dos Médicos e não aos Governos.

O setor primário continuará com as habituais dificuldades, quer sejam as profissões de terra, quer as de mar, onde neste último, haverá dotações para quase tudo, menos para tornar menos arriscada do ponto de vista físico, mas também do ponto de vista monetário, a permanência dos profissionais da pesca nas suas atividades.

O emprego precário continuará sem soluções à vista, aqueles que prestam serviço a entidades públicas em regime de prestadores de serviços "recibos verdes" continuarão a ser a mão de obra escrava e descartável, recebendo sempre abaixo do que é pago a outras pessoas para o desempenho de trabalhos similares, não admira por isso que tanta gente abandone os Açores para ir trabalhar para outras paragens.

14 de novembro de 2023

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS
PARLAMENTARES, E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 66/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2024” E N.º 67/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2024”

6 DE NOVEMBRO DE 2023



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 3 de novembro de 2023, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às **propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024” e n.º 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”**.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no dia 27 de outubro de 2023, com data limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 6 de novembro de 2023.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio, na sua redação atual.



Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias abaixo elencadas são da competência da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambas para o ano de 2024, nas seguintes matérias:

- Comunicação Social;
- Ambiente;
- Alterações climáticas;
- Ordenamento do território;
- Recursos hídricos;
- Ordenamento do espaço marítimo;
- Orla costeira;
- Política de ocupação de solos;
- Reservas naturais e ecológicas;
- Energia
- Bem-estar animal e recursos cinegéticos.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição aos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual contida nos documentos em análise estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2024.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2024, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Quadro

Plano Anual para 2024

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 – COESÃO, TRANSIÇÃO DIGITAL E REPRESENTAÇÃO	27.701.812	27.701.812	
1.1 – Apoio aos Media	1.830.000	1.830.000	
1.1.1 Programa de apoio à Comunicação Social	1.500.000	1.500.000	
1.1.2 Plataforma eletrónica de Comunicação com o Cidadão	130.000	130.000	
1.1.3 Financiamento de obrigações se serviço público de notícias e de televisão	200.000	200.000	



1.2 – Jornal Oficial	80.000	80.000	
1.2.1 Acesso a base de dados jurídicos	80.000	80.000	
6 – ECONOMIA RURAL	116.111.961	65.136.900	50.975.061
6.2 – Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas	44.970.041	13.428.317	31.541.724
6.2.2 Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica	12.125.500	1.818.825	10.306.675
6.2.4 Melhoramento Genético e Bem-estar animal	628.380	628.380	
6.2.5 Bem-estar de animais de companhia e errantes	240.000	240.000	
6.2.16 Life IP Climaz	424.820	424.820	
6.2.30 Gestão de recursos cinegéticos e piscícolas	134.295	90.015	44.280
6.2.32 Melhoramento genético – Aquisição de equipamentos	200.000	200.000	
6.2.33 Programa de identificação e esterilização de animais de companhia:	115.000	115.000	



Centros de Recolha / Câmaras Municipais			
7 – ECONOMIA DO MAR	43.174.559	43.174.559	
7.6 – Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	2.906.005	2.906.005	
8 – AÇÃO CLIMÁTICA E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL	21.000.000	21.000.000	
8.1 – Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental	6.993.846	6.993.846	
8.2 – Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas	3.357.978	3.357.978	
8.3 – Conservação da Natureza e Biodiversidade	3.390.175	3.390.175	
8.4 – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica	4.209.958	4.209.958	
8.5 – Ordenamento e Gestão do Território	2.253.491	2.253.491	
8.7 – Gestão e requalificação da orla costeira	794.552	794.552	
9 – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS	344.846.232	263.494.000	81.352.232



9.1 – Eficiência Energética e Energias Renováveis	32.101.004	32.101.004	
9.2 – Serviços Energéticos	1.800.000	1.800.000	
9.3 – Mobilidade Elétrica	1.250.000	1.250.000	
9.4 – Política Energética	750.000	750.000	

De referir que não foram incluídas no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das obras públicas (Programa 9), mas que dizem respeito a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Projeto 9.18.5 - SRAAC – Intempérie Lorenzo – Recuperação de infraestruturas de proteção marítima;
- b) Projeto 9.18.6 – SRAAC – Intervenção no complexo de infraestruturas de Porto Pim;
- c) Projeto 9.32 – SRAAC – Gestão e requalificação da orla costeira
- d) Projeto 9.35 - SRAAC – Planeamento, inspeção, e promoção ambiental
- e) Projeto 9.36 - SRAAC – Conservação da natureza e biodiversidade
- f) Projeto 9.37- SRAAC – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica
- g) Projeto 9.38- SRAAC – Centros de processamento de resíduos.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, DISPONÍVEL EM [Parlamento online - Audição do Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região para 2024 \(alra.pt\)](#).

O Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas iniciou a sua intervenção referindo que o plano de investimentos para 2024 irá continuar a refletir as opções no Programa do XII Governo Regional dos Açores, centrando-se em eixos como o combate às alterações climáticas, a preservação do património natural, a promoção da qualidade ambiental, com especial destaque na gestão eficiente de resíduos, mas também na gestão dos recursos hídricos e no adequado ordenamento do território. Referiu ainda que a proposta de investimento para 2024 apresenta a maior dotação desta legislatura, com um valor de 21 milhões de euros, mais 2,2 milhões de euros do que no plano transato, correspondendo a um acréscimo de 12%.



Acrescentou que, ao valor de investimento soma-se ainda uma verba 8,2 milhões de euros a executar pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, referente a obras públicas da tutela da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Ao nível do combate às alterações climáticas, existem investimentos que se encontram distribuídos por vários departamentos do Governo Regional dos Açores, com vista à implementação do Programa Regional para as Alterações Climáticas, que será revisto em 2024 tal como previsto, no qual se realça o investimento do LIFE IP Climaz, que é essencial para a implementação e operacionalização do Programa Regional para as Alterações Climáticas, com uma verba prevista de 2,8 milhões de euros, repartidos em 1,4 milhões de euros no plano de investimento da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e 1,4 milhões de euros a executar pela Secretaria Regional do Mar e Pescas e pela Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o que representa um aumento de cerca de 8% em relação a 2023.

Referiu ainda encontrarem-se previstas várias medidas para reforço do combate às alterações climáticas distribuídas por todas as áreas de atuação da presente secretaria regional, destacando o investimento inédito, ou seja, a aposta na capacitação e manutenção da rede hidrográfica, com investimento de 2 milhões de euros a executar em 2024, dotando os serviços operacionais da secretaria regional, dos meios e equipamentos operacionais necessários para assegurar a ação preventiva na limpeza, manutenção e requalificação da extensa rede hidrográfica dos Açores, superior a 7.200 km e com mais de setecentas bacias hidrográficas.

O Senhor Secretário Regional anunciou ainda um novo projeto, em colaboração com o IPMA, a instalação de um novo Observatório Climático do Atlântico, na ilha Terceira, com objetivo de recolher dados atmosféricos e de massa de água, fundamentais para o estudo das alterações climáticas nesta Região, e com especial foco na análise da emissão de gases com efeito estufa à escala global.

Realçou ainda a verba destinada para o reforço financeiro para o Regime Jurídico-Financeiro de Apoio à Emergência Climática, representando um valor de 430.000 euros para 2024, sendo um aumento de 8% em relação ao que se encontrava destinado no ano 2023.



Destacou o investimento de 6,2 milhões de euros, destinado a obras de estabilização e proteção da orla costeira, a executar pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Relativamente à promoção da qualidade ambiental e da gestão de resíduos, destacou o investimento no Eco freguesias, no valor de um milhão de euros, que dará um contributo, em colaboração com as juntas de freguesia, na limpeza de espaços públicos, nomeadamente nas linhas de água e orla costeira. Este reforço representa um aumento de 82% em relação a 2023. O Senhor Secretário referiu ainda que, com a conclusão da reestruturação dos Centros de Processamentos de Resíduos, até final do presente ano, para a adaptação à recolha seletiva de bio-resíduos, haverá investimento, em 2024, na modernização dos processos de reciclagem dos centros de processamentos, com a aquisição de equipamentos – linhas de triagem, tapetes de abastecimentos de crivos, tapetes de abertura de sacos, crivos rotativos – com uma dotação superior a um milhão de euros. Acrescentou que numa primeira fase, será a adaptação dos centros de processamentos de resíduos da ilha Graciosa e da ilha de São Jorge.

Informou ainda que será dada continuação ao projeto para implementação do Sistema de Depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas, projeto este que, em um ano e meio, permitiu recolher mais de dez milhões de embalagens nas vinte e cinco máquinas existentes nos Açores, acrescentando que terá uma dotação de 670.000 euros para o ano de 2024.

Destacou o investimento na rede de monitorização e na plataforma de informação da qualidade do ar, com uma verba de 312.000 euros, e da continuidade da implementação do Plano Regional para o Radão e para a monitorização ambiental para a radioatividade com uma verba inscrita de 100.000 euros.

O Secretário Regional destacou ainda, relativamente à Conservação da Natureza e Preservação da Biodiversidade, os investimentos previstos para a implementação para os quatro projetos LIFE que se encontram em curso, com uma dotação de 3,5 milhões de euros, que corresponde a um aumento de 26% relativamente ao presente ano de 2023.

Destacou ainda o incentivo à manutenção das paisagens tradicionais da cultura da vinha e dos pomares tradicionais, com um valor de 2 milhões de euros.

Informou estarem previstos investimentos, no valor superior a 1,3 milhões de euros na rede regional de ecotecas e de centros ambientais, que inclui a despesa de funcionamento dos vinte edifícios que integram a rede de centros ambientais da Região, destacando o investimento de 125 mil euros para um novo projeto que pretende melhorar e renovar as exposições dos centros ambientais, com recurso a novas tecnologias.



Informou estar previsto um investimento de 660 mil euros para a monitorização e gestão do património natural e da biodiversidade, que reflete investimentos na rede de áreas protegidas dos Açores, realçando que em relação aos Parques Naturais de ilha e à sua gestão possui um investimento de 417 mil euros, e que permitirá reforçar as intervenções nos trilhos pedestres que se encontram sob a alçada da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Destacou a implementação do Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria, com dotação de 91.000 euros, destinados a implementação de ações de caracterização deste património, melhoria dos acessos, da criação de infraestruturas de visitação e também para a elaboração de materiais de divulgação de informação. Informou ainda que o período de consulta pública do referido plano terminou a 30 de outubro, pelo que *“será publicado por portaria até o final deste ano”*.

Relativamente aos Recursos Hídricos e rede hidrológica, encontra-se previsto um investimento de 4,2 milhões de euros, que permitirá realizar um reforço da capacidade de monitorização, de manutenção e requalificação da rede hidrográfica dos Açores, bem como da rede de monitorização do ciclo hidrológico, bem como da implementação de instrumentos de planeamento dos recursos hídricos.

Relativamente à gestão e requalificação da orla costeira, o Senhor Secretário Regional informou que estão incluídas nesta rubrica as verbas para a gestão de zonas balneares, no valor de 416.000 euros, assim como para gestão e requalificação de zonas costeiras, que terá um aumento de 216% em relação a 2023. Implementará ainda o estudo para a proliferação da alga *Rugulopterix okamurae*, financiado pelo Fundo Ambiental com verba prevista para 2024 de 139 mil euros.

Destacou ainda a melhoria da qualidade balnear, através da implementação de medidas e ações específicas para a otimização de processos de monitorização da qualidade das águas balneares, com uma dotação de 97.000 euros.

Relativamente a investimentos em obras públicas, a executar pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, o Senhor Secretário Regional realçou estarem previstos investimentos que totalizam um valor de 8,2 milhões de euros, que se destinam por exemplo às



recuperações de infraestruturas de proteção marítima, em resposta aos impactos do furacão Lorenzo, mas para também para outras obras de gestão e requalificação da orla costeira, com investimento de 5,5 milhões de euros e também ao nível da rede hidrográfica no valor de 700.000 euros.

Por fim, e ainda nos investimentos de obras públicas, e no âmbito do planeamento e promoção ambiental, destacou o investimento de 530.000 euros, para início de empreitada do Centro interpretativo do Algar do Carvão.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Sabrina Furtado, a Deputada Sandra Dias Faria e Deputado Pedro Pinto.

A Deputada Sabrina Furtado destacou a indicação de prioridades definidas em relação ao ano 2023, com uma dotação superior, tendo em conta as necessidades identificadas para implementação de ações mais urgentes, destacando a empreitada do Algar do Carvão sendo por isso efetuado pela Secretaria Regional o que é possível de executar e *“não prometer tudo a todos”*, realçando que espera que para 2025 *“poder chatear ainda mais sobre Vila Franca do Campo”*.

Relativamente ao programa Eco freguesias, e destacando o valor de dotação de 1 milhão de euros, questionou sobre a evolução deste programa, a adesão ao mesmo, assim como a execução das suas regras em relação às Juntas de Freguesia, uma vez que veem neste programa *“um bom instrumento de apoio e de auxílio à própria junta de freguesia, para que cumpra o seu desígnio em matéria de ambiente, limpeza e tudo o que isto comporta”*.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional realçou que o Centro Interpretativo do Ilhéu de Vila Franca do Campo merece toda a consideração, considerando que é uma limitação que existe na Região, relativamente ao ilhéu de Vila Franca do Campo, tendo intenção de dignificar esse património, sendo necessário, no entanto, uma priorização, uma vez que o projeto para o Centro interpretativo do Algar do Carvão vem já do anterior executivo, sendo posteriormente dada a devida atenção à pretensão do Centro Interpretativo do Ilhéu de Vila Franca do Campo.



Relativamente ao programa eco freguesias, destacou ser um programa de *“enorme sucesso”*, sendo um programa já anterior a este executivo, mas que foi reformulado nos critérios, sendo difícil encontrar consenso de todas as juntas de freguesia, mas que tem sido possível o interesse destas para a sua candidatura. Referiu que a média de inscrições ao programa é sempre superior a 130 freguesias, tendo-se inscrito em 2023, 135 das 155 freguesias da Região. Referiu que o reforço da dotação para 2024, *“vem do compromisso que tive a oportunidade de ir assumindo com as juntas de freguesia, porque entendo perfeitamente as necessidades e as carências de recursos muitas vezes, para fazer este trabalho que é fundamental. E a verdade é que em 2022 foi feito um reforço da dotação inicialmente prevista em um milhão de euros, que permitiu praticamente triplicar a verba que inicialmente tinha sido dotada, e isso permitiu aumentar significativamente os apoios que foram atribuídos às juntas de freguesia”*.

A Deputada Sandra Dias Faria, tendo em conta a proposta de plano apresentada para 2024, e o seu reforço de verbas, realçou a *“dúvida da capacidade de execução das verbas”*, tendo dado como exemplo na área dos recursos hídricos e rede hidrográfica, que em 2022 estava dotada de uma verba de 1 milhão e 800 mil euros, tendo sido executada apenas 39% do valor.

Reportando-se às taxas de execução em 2022 e 2023, considerou ficarem *“abaixo desse valor, dessa meta que para nós não corresponde efetivamente àquelas que são as necessidades que todos nós temos vivenciado nas várias ilhas”*.

Reportando-se ao aumento da dotação para a rubrica de recursos hídricos e rede hidrográfica, questionou *“como podemos nós esperar que os açorianos acreditem que haverá uma execução de 4 milhões nesta rubrica, quando temos execuções abaixo de 2 milhões que ficaram nos 39%, ou neste momento, em 2023, ficam-se apenas pelos 49%, e não será em três meses e no inverno que este valor irá alterar muito nesta rubrica em particular, pela natureza de trabalhos...”*.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional esclareceu que, à data, a taxa de execução da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climática *“ronda os 50%, valor já pago (...) sendo certo que os compromissos assumidos já passam os 81%”*, sendo esta a taxa de execução, ou superior, que espera atingir no final do ano.



Relativamente aos recursos hídricos, referiu ter sido umas das áreas com menor capacidade de execução, mas que de momento a taxa de execução é de 52%, mas que possui compromissos na ordem dos 93%, considerando que por isso, possui condições para executar a verba de 4 milhões de euros alocados para 2024. Realçou que grande parte da verba (2 milhões de euros) é para candidatura ao PO2030, que tem um foco na capacitação dos serviços operacionais da secretaria regional, para *“por um lado fazer uma ação preventiva de limpeza e de intervenção nas linhas de água, por outro lado para podermos reagir em casos de intempéries, que são cada vez mais frequentes e a verdade é que nos últimos anos (...) não foram feitos quaisquer investimentos nessa capacitação e na aquisição de equipamentos para podermos fazer essa limpeza das linhas de água, de forma adequada e com os meios necessários”*.

Destacou ainda que, a taxa de execução do ano 2022 esteve longe do que seria pretendido, uma taxa de cerca de 57%, informando ter compromissos superiores à taxa de execução, mas que em resultados dos constrangimentos verificados, nomeadamente transferências de verbas da República que não chegaram a entrar, que afetaram a execução.

Referiu ainda que nos valores a executar, encontram-se valores significativos, um deles de 800 mil euros de contratos de apoio à manutenção das culturas da vinha e dos pomares tradicionais, que se encontram em processo de pagamento, assim como os pagamentos relativos ao programa do Eco freguesia, tendo sido apenas pagos até ao momento 50 mil euros, sendo que o restante valor (cerca de meio milhão) será pago brevemente. Referiu ainda que se encontram comprometidos valores na área da manutenção e da requalificação da rede hidrográfica, assim como da rede regional de ecotecas e centros ambientais, da vigilância ambiental e dos projetos LIFE, que ao serem processados os pagamentos farão evoluir a percentagem da taxa de execução da Secretaria Regional muito próximo dos 80%, que são os valores comprometidos de momento.

No entanto, referiu que, mesmo com a indicação dos 80% de taxa de compromisso, *“a taxa de execução desta secretaria ficará sempre condicionada com os constrangimentos colocados a nível de dois projetos (...), com o ordenamento do território, onde os compromissos rondam apenas os 50% e não evoluirão de uma forma muito mais significativa, e que tem que ver com o projeto de elaboração de cartografia de risco para mitigação e adaptação às alterações climáticas, e também com o projeto para implementação de sistemas de alerta de cheias em*



bacias de risco da Região”. Informou que, relativamente à cartografia de risco para mitigação e adaptação às alterações climáticas, o procedimento concursal internacional para a aquisição dos serviços de execução da obtenção da cobertura aerofotogramétrica e levantamento lidar da região autónoma dos açores foi lançado em abril de 2023 e adjudicado em 29 de junho de 2023, tendo sido alvo de impugnação a 2 de agosto por um dos concorrentes, com efeitos suspensivos, estando a aguardar a decisão do tribunal, estando em causa a execução de 1,3 milhões de euros. Relativamente ao projeto de sistema de alerta de cheias em bacias de risco, referiu que o estudo *“para a definição de medidas, instrumentação, equipamentos, infraestruturas e respetiva localização foi adjudicado ao CIVISA a 10 de julho de 2022, contudo esta entidade não cumpriu com aquilo que estava definido nos objetivos do contrato, apesar de todas as insistências ao longo de um ano, e não foram entregues os dados necessários para prosseguir normalmente com este projeto, com a justificação que foi apresentada, também na crise sismovulcânica da ilha de São Jorge”*, resultando num atraso dos prazos que se encontravam definidos, e por isso com a não execução de cerca de um milhão de euros.

Uma vez que ambos os projetos estariam ao abrigo do REACT- EU, e não poderão ser cumpridos e sendo que este termina em final de 2023, os projetos serão reformulados para serem executados no âmbito do PO2030 Açores.

O Deputado Pedro Pinto realçou o foco do atual governo de coligação na importância das alterações climáticas e proteção ambiental, naquilo que é a nossa responsabilidade de diminuição da nossa pegada ambiental e por outro acautelar as consequências das alterações climáticas, e que se preveem que sejam mais acentuadas e por isso afetarão todos os habitantes das nossas ilhas, congratulando o reforço para 2,8 milhões de euros no LIFE IP Climaz, assim como o reforço em outras áreas de intervenção desta Secretaria que permitirão os vários investimentos que foram enunciados pelo Senhor Secretário Regional.

Referiu a importância do aumento do programa Eco freguesias, *“um exemplo de participação entre governo regional e autarquias locais, ao nível mais próximo das populações, que são as freguesias e onde podem executar pequenos projetos na área ambiental, contribuindo assim dessa forma para a proteção ambiental e mitigação às alterações climáticas”*, destacando este exemplo de boa governação e cooperação com as Freguesias.



Referindo-se à importância do Algar do Carvão e à necessidade de uma maior valorização, questionou o Senhor Secretário em que fase se encontra o referido projeto do Centro interpretativo, assim como quais serão as perspetivas para o ano 2024.

Em resposta, o Senhor Secretário referiu que para além do valor previsto para a capacitação da secretaria com meios adequados para a intervenção nas ribeiras e linhas de água, existe o investimento para as ações de monitorização, limpeza e manutenção da rede hidrográfica que *“ascende a 1,1 milhões de euros”*. Acrescentou ainda os esforços que se encontram a ser feitos para a contratação de operacionais para intervenção nas linhas de água, no âmbito do LIFE IP Climaz, assim como o reforço de corpo de Vigilantes da Natureza que está a ser efetuado com mais doze elementos.

Relativamente ao Algar do Carvão, referiu que o projeto irá dotar o centro de interpretação de instalações de visitação e de interpretação *“adequadas e dignas da singularidade deste monumento natural, criando ao mesmo tempo condições para disciplinar o acesso ao interior daquela estrutura”*. Informou que o anúncio da empreitada foi publicado em Jornal Oficial no passado dia 18 de agosto, no valor base de 2 milhões e 400 mil euros, mais IVA, com prazo máximo de construção de 18 meses após a assinatura do auto de consignação. Acrescentou que o prazo para apresentação de propostas terminou no dia 16 de outubro, com apresentação de duas propostas, sendo que de momento a Secretaria Regional se encontra na fase de elaboração do relatório das propostas, com previsão da elaboração da proposta de adjudicação para janeiro de 2024, que terminará no visto do Tribunal de Contas, que espera que seja até ao final do primeiro semestre, e com a expectativa que a obra esteja concluída até ao final de 2025.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL:

O Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural iniciou a sua intervenção sobre as áreas do agroambiente e bem-estar animal, fazendo antes uma apreciação genérica sobre o orçamento regional dizendo que apresenta um aumento de 14% em relação a 2023 o que se traduz em mais 8 milhões de euros de investimentos previstos.

Em concreto o Secretário Regional mencionou 2 projetos do plano e orçamento que dizem respeito a estas áreas do ambiente e bem-estar animal, nomeadamente o projeto 6.1 - investigação, inovação, capacitação e competitividade que tem um aumento de 15% do capítulo



50 e 9% no total do investimento relativamente a 2023, e o projeto 6.2 no que concerne ao desenvolvimento sustentável biodiversidade e alterações climáticas com o investimento total de 8% relativamente a 2023 e 2% no capítulo de 50.

Afirmou que para a concretização destas duas matérias recorrerá a quatro instrumentos de aporte financeiro: o PEPAC, o PRR, o POSEI e os fundos próprios da Região.

Continuou dizendo que “nesse sentido as políticas agroambientais e de clima nesta Secretaria são políticas transversais da qual os próprios produtores de alimentos são eles que têm muitas vezes iniciativa própria e promovem essas mesmas políticas porque sabem que os produtos finais associados àquilo que é o símbolo ambiental, o símbolo do bem-estar animal são produtos com aceitação crescente no âmbito dos consumidores e no âmbito do público em geral.”

Afirmou que neste sentido pugnam por uma economia circular, por uma bioeconomia, por uma agricultura de baixa produção de carbono, e por neste sentido optam por ter políticas que diminuam a densidade animal, que diminuam a renovação do solo, por uma política de acompanhamento dos solos, políticas que estão nos planos estratégicos quer no âmbito ambiental quer no âmbito do bem-estar animal, afirmando que é indissociável o ambiente com o bem-estar animal e políticas de produção vegetal e animal muito de naturalidade.

Ainda afirmou que: “apostamos muito naquilo que é a substituição do Prorural +, que é o plano estratégico para a política agrícola comum, até 2027, na florestação de terras agrícolas e em especial no chamado mercado de carbono, pelo incentivo à existência de cortinas de abrigo com todas as vantagens que isto tem em pastagens de média e alta altitude, vantagens no âmbito da produção de água, na proteção animal, para a proteção da erosão, para a melhoria da fertilidade do solo e portanto há aqui uma política muito direcionada para a florestação, em especial, destes terrenos de média e alta a altitude”.

Quanto ao POSEI, o Secretário Regional informou que continua com majorações de 20%, 10%, 40%, quer seja no abate de bovinos quer seja no prémio à vaca leiteira, ao leite, às culturas arvenses, à horticultura, à fruticultura, para a agricultura biológica, ou seja para aquilo que são os prémios normais da agricultura convencional há um acréscimo majorativo para as agriculturas biológicas incentivando esta naturalidade.



Referiu que existe um programa de apoio à certificação dos custos de modo de produção biológico, bem como o apoio para a existências de pastagens biodiversas, naquilo que é a necessidade de uma conjugação entre leguminosas e gramíneas e com todas as vantagens e benefícios das leguminosas para a retenção de carbono e fertilidade dos solos.

Destacou o programa de naturalidade em desenvolvimento que, já desde 2021, tem uma abrangência superior a 1000 participantes, que não são só produtores, mas também consumidores, desenvolvendo uma política de incentivo e de apelo ao consumo desses produtos que se traduz em mais de 50 ações realizadas.

No âmbito do PRR, o Secretário destacou 3 ações muito objetivas relativamente à transição verde, transição digital e inovação, realçando a transição verde que está a ter uma prioridade nas candidaturas por parte dos próprios proponentes, uma ação no âmbito da comercialização cujo aviso já fechou no valor de 8,5 milhões de euros do qual foram rececionadas 36 candidaturas com apoio a 80%, e referiu ainda outros dois avisos no âmbito da transformação e da produção com apoio a 100% para estudos, que permitirá que os proponentes, antes de iniciarem um projeto, terem a capacidade de perceber, atendendo às muitas variáveis existentes, quais as melhores opções.

Destacou ainda um programa de literacia e formação, uma aposta forte de 2,4 milhões de euros, também no âmbito do PRR, um aumento de 140% relativamente ao orçamento do ano de 2023, quer seja na experimentação, na divulgação, na informação ao consumidor, na capacitação e que tem como objetivo atingir 2.000 explorações até finais de 2025.

De seguida e passando da globalidade à especificidade o Secretário Regional elencou as diferentes ações relacionadas com as áreas de análise da Comissão, reportando-se às diferentes ações do plano que se transcrevem: *“A ação 6.2.2 agroambiente e clima tem um montante de 12,125 milhões de euros para a extensificação pecuária, agricultura biológica, sebes vivas, raças autóctones, pomares tradicionais, uma série de circunstâncias de produção, umas que impelem à continuidade da tradicionalidade outras para a utilização de menos inputs ao nível quer dos fertilizantes, quer da presença animal, quer mesmo na renovação dos solos. Temos uma ação que é a inovação e digitalização da agricultura nos Açores que este ano para 2024 sobe mais 38%, um montante de 723.312 euros, um crescimento de 38% relativamente a 2023. Uma ação a 6.2.7 relativamente a um programa SustentAgro, que é a tal, um incentivo às pastagens*



biodiversas que já beneficiou mais de 800 ha nos Açores. Temos a ação 6.2.8 GeoBio Ocidental que sobe 706% relativamente 2023 naquilo que deve ser a conjugação destas 2 ilhas, conjugando aqui o facto de serem Biosfera para que possamos dali retirar uma qualidade muito relacionada com a produção e a transformação dirigida aos consumidores. A ação 6.2.9 muito relacionada com a economia circular, teremos que pensar que os produtos não são finitos, ou seja o produto final é o produto que volta a ser novamente um produto matéria-prima e nesse sentido vamos terminar uma candidatura a um LIFE IP, 28 milhões de euros, o qual será um investimento para os próximos anos para os Açores, naquilo que também são as oportunidades de negócio daquilo que são os resíduos da agricultura em vários âmbitos, quer seja no âmbito dos matadouros, quer seja no âmbito da transformação de madeiras quer seja no âmbito dos desperdícios alimentares provenientes da horticultura da fruticultura ou da floricultura. A ação 6.2.1, um apoio ao rendimento e resiliência da agricultura açoriana com mais de 2 milhões de euros, um aumento de 13% relativamente a 2023. A ação 6.2.21. a GeoBio Graciosa também relacionada com aquilo que é a vontade muito local de transformar determinadas produções, desde logo a produção de leite numa produção mais natural, mais verde. A ação 6.2.31, que caracteriza as variedades produtivas vegetais e este ano vamos apresentar uma candidatura para inscrição do nosso milho ao catálogo nacional de variedades, e, portanto, estamos a guardar e a preservar para o futuro um património genético que de algum modo está em extinção, neste caso património genético vegetal. A ação 2.3.4, experimentação de leguminosas na Graciosa uma ação muito própria, o mesmo acontece com a 6.2.35 e a 37 são específicas de ilhas, porque o programa da agricultura para além de dar respostas globais tenta dar respostas muito específicas e locais àquilo que são as necessidades de cada ilha aproveitando de facto essas mesmas potencialidades, muitas delas adormecidas e que vão ficando perdidas no tempo algumas na memória e que interessa recuperar porque são produções também muito ajustadas ao clima e às condições edafoclimáticas muito específicas que varia de ilha para ilha e dentro das próprias ilhas. A soma dessas ações totaliza 30 461 762 EUR, + 10% que em 2023. (...). As ações 6.2.4, a 6.2.5 e a 6.2.33 que tem a ver com os animais de companhia, bem-estar animal que há aqui um acréscimo, desde logo, na 6.2.5 de mais 71% relativamente a 2023 naquela que é a nossa estratégia para também os animais de companhia e uma sociedade mais conhecida pelo respeito que tem pelos animais. Nesse sentido, no âmbito de desparasitações, esterilizações, adoções, nós conjuntamente, uma medida conjuntamente com as câmaras municipais, outra de apoio às associações de proteção animal, às juntas de freguesia onde não existe centro de recolha oficial temos um acréscimo de mais 100 mil euros e também para pôr em prática aquilo que o Parlamento Regional aprovou



que é obviamente a comparticipação dessas associações nas clínicas veterinárias até 5 mil euros.”

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado Alberto Ponte e a Deputada Patrícia Miranda.

O Deputado Alberto Ponte questionou sobre “o ponto de situação da certificação de Bem-estar animal” e quantas são já as explorações certificadas.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional informou que, relativamente aos animais de produção houve um ajuste para a realidade dos Açores, do protocolo de investigação e tecnologia alimentar da Península Ibérica, que detém o selo do Bem-estar animal, uma vez existem diferenças nas ilhas e ser possível a atribuição do selo em todas elas.

Informou que, atualmente existem cinco formações de auditores - 60 formandos, com três formações na ilha de São Miguel e duas na ilha Terceira – existindo 104 explorações com a certificação do selo de bem-estar animal. Referiu que será dada formação aos tratadores, no âmbito do transporte marítimo, uma vez que a certificação europeia é mais rigorosa e exigente, aliado ao facto de a Região querer ser reconhecida na área de bem-estar animal. Será dada ainda formação aos operadores económicos.

A Deputada Patrícia Miranda referiu que apenas será possível promover o futuro, se o presente estiver assegurado, considerando existirem contradições, referindo ter sido a presente Secretaria que abdicou de 14 milhões de euros que fariam toda a diferença na sustentabilidade dos agricultores açorianos.

Realçou ainda que *“a taxa da execução do PRORURAL fica muito aquém daquilo que seria expectável e do que seria necessário para impulsionar a nossa agricultura, principalmente os nossos jovens agricultores”*.

Referindo-se a declarações proferidas pelo Senhor Secretário à comunicação social, anunciou várias medidas para 2024, sendo uma delas a atribuição de vários microchips para instalação da GNR, questionando sobre quem irá aplicar os microchips, e onde serão registados os animais, quais os animais em questão e em que circunstância serão aplicados.



Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que as execuções de anteriores governos são inferiores às dos últimos dois anos, informando que os dados de execução, a 31 de outubro de 2023 foi de 76,17%, sendo que em 2018, em mesmo período, foi de 66,18%, em 2019 foi de 70,7% e o ano 2020, a 31 de outubro, apresentava uma taxa de 71,18%.

Informou que, comparando a execução entre 2002 a 2020, há uma média de dotação de 56 milhões 872 mil 468 euros, com uma execução de 48 milhões 077 mil 125 euros e que a média de dotação dos anos 2021 e 2022 é de 62 milhões 341 mil 363 euros, com uma execução de 50 milhões 576 mil 276 euros.

Realçou o reforço e objetividade de políticas agrorurais, e referindo que *“não contando o POSEI, mas percebendo que em 2018 ficaram fechadas medidas agroambientais de extensificação pecuária, que permite uma menor carga animal, e uma opção de produção dos produtores. Políticas no âmbito da agricultura biológica que ficaram fechadas em 2018”* foram agora abertas para mais produtores e para mais área, significando anualmente mais 4,2 milhões de euros.

Respondendo à questão sobre os animais de companhia, referiu que foi oferecido à PSP e GNR quarenta e quatro leitores portáteis e que vai ser oferecido às associações microchips. Informou que irá elaborar, pela primeira vez, o Plano Estratégico para os Animais de Companhia, referindo que em 2018 o montante elegível foi de 50 mil euros e o participado foi de 28 mil euros, em 2019 o montante elegível foi de 64 mil euros e o participado foi de 53 mil euros e em 2020 foram elegíveis 176 mil euros, sendo participado 148 mil euros.

Referiu que no ano 2021 o valor elegível foi de 239 mil euros, com participação de 205 mil euros, no ano 2022 foram elegíveis 240 mil euros com participação de 200 mil e que em 2023 encontram-se elegíveis 250 mil euros e participados, à data, 112 mil euros. Referiu ainda que em 2018 eram cinco associações de proteção animal sendo que neste momento são doze associações, nove CRO's e doze juntas de freguesia, passando de cinco entidades para trinta e três entidades.

Destacou a 1ª Feira de Animais de Companhia, a atribuição de mil euros às juntas de freguesia, onde não existem CRO's, para a identificação e esterilização de animais, acrescentando a cedência de 8 mil microchips e 3.300 doses de vacinas antirrábicas e a tarifa Inter-Ilhas na



ausência de tratamentos na ilha de origem. Informou ainda que terá início três cursos de formação para quem quer adotar um animal de companhia.

No seu direito a réplica, a Deputada Patrícia Miranda realçou que é no atual Governo que existem as maiores verbas comunitárias para investir, assim como um PRR, mas colocando os Açores no último lugar no ranking de execução e em risco de perder verbas comunitárias.

Questionou novamente sobre quem fará a aplicação dos microchips que serão fornecidos, onde serão registados os animais, quais os animais em questão e em que circunstâncias irá acontecer. O Senhor Secretário Regional, e referindo-se à taxa da execução do PRORURAL +, referiu ter uma taxa de execução de 87%, e que se encontra a terminar, sendo que para o ano se iniciará o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, que se encontra em aprovação em Bruxelas, e que centraliza o investimento e que não podem ser abertas as candidaturas, uma vez não existir programa nacional para a entrega das candidaturas.

Esclareceu que, os microchips serão entregues aos CRO's e às associações, sendo que os CRO's dão assistência a essas mesmas associações, com os seus médicos veterinários, com exceção do Corvo que não possui canil. Informou que atualmente são 8 CRO's, alguns deles intermunicipais, sendo que falta a aprovação para o CRO da ilha do Pico e na ilha do Corvo.

[DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA, DISPONÍVEL \[Parlamento online - Audição do Subsecretário Regional da Presidência - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região para 2024 \\(alra.pt\\)\]\(#\)](#)

O Senhor Subsecretário Regional da Presidência iniciou a sua intervenção referindo que o plano de investimentos para 2024, e para a temática da Comunicação Social possui uma *“diferença significativa para os anos transatos, enquanto na dotação inicial de 2023, tínhamos um valor de 650 mil euros, no plano de 2024 inscrevemos um valor de 1 milhão e 500 mil euros”*, acrescentando que, para a Plataforma Eletrónica de Comunicação com o Cidadão, em que no plano de 2023 possuía uma dotação de 40 mil euros, no plano de investimento de 2024 há um aumento para 130 mil euros.



Relativamente à rubrica de Financiamento de obrigações específicas do serviço público de notícias e de televisão verificou-se um aumento de 150 mil euros em 2023 e para o presente plano um investimento está previsto um valor de 200 mil euros.

Relativamente ao Acesso a base de dados jurídicos, uma aquisição de serviços que a Região faz, e que à semelhança de outras áreas, fruto da inflação, tem provocado um aumento de disponibilidade de verbas e por isso em 2024 apresenta um investimento de 80 mil euros.

Apresentou ainda que a rubrica de Relações com Entidades Governamentais externas e com outras entidades apresenta para o ano de 2024 uma dotação de 800 mil euros.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas e esclarecimentos, não tendo havido pedido de inscrições para esclarecimentos.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS, DISPONÍVEL EM Parlamento online - Audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região para 2024 (alra.pt).

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, e naquilo que são as áreas de competência da presente comissão, iniciou a sua intervenção referindo que a Região Autónoma dos Açores é uma referência internacional de Desenvolvimento Sustentável, sendo mesmo um caso de estudo para muitas regiões, que *“com muitos mais recursos e massa crítica, procuram seguir o nosso exemplo, em vários setores, onde se incluem o turismo e a energia. Como primeiro arquipélago do mundo com certificação de destino sustentável, procurando atingir o nível ouro em 2024, a proposta de plano anual da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas está, intimamente associado a este contínuo trabalho em prol da sustentabilidade, e solidamente ancorado numa visão de prosperidade, futuro e progresso.”*

Referiu ter previsto um investimento de 344,8 milhões de euros, em 216 ações, integradas em 43 projetos, no qual destacou o investimento de 35,9 milhões de euros no setor da energia.

Acrescentou que, os efeitos da pandemia do COVID-19, *“precipitaram os objetivos estruturais de uma efetiva transição energética imposta pela Comissão Europeia, através do Pacto Ecológico Europeu e do Pacto Fit for 55.”* Realçou que, a importância da transição energética ficou mais



reforçada pela crise energética resultado das guerras que decorrem, na Ucrânia e Israel, havendo por isso uma responsabilidade acrescida de aproveitamento dos recursos que se encontram à disposição – PRR e PO Açores 2030 – para garantir um processo sólido de descarbonização da nossa economia, que passa pela segurança do abastecimento, pela redução do custo da energia e pela redução da emissão de gases com efeito estufa, nos Açores, *“em linha com a Estratégia Açoriana para a Energia 2030”*.

Relativamente à eficiência energética e energias renováveis, referiu que a prioridade é para a execução do PRR e para o objetivo da descarbonização da economia, com a intensificação da execução do SOLENERGE e na aposta da produção de energia para autoconsumo através de fontes de energias renováveis, a que se acrescenta o investimento da EDA e da EDA RENOVÁVEIS, também no âmbito do PRR, relativamente ao aumento da capacidade instalada para a exploração da energia geotérmica, novos sistemas de armazenamento de energia elétrica e ainda o projeto “Corvo Renovável”.

Acrescentou que, estas prioridades serão complementadas com a execução do PROENERGIA, com a criação de novos e melhorados incentivos para aquisição, produção e armazenamento de energia a partir de fontes renováveis.

A Senhora Secretária Regional referiu ainda estar a promover o aumento do investimento na mobilidade elétrica, visando a intensificação do seu contributo para a descarbonização da economia e para a transição energética nos transportes terrestres, mas também investindo na divulgação e na sensibilização ativa da população para opções de consumo cada vez mais conscientes e alinhados com a mobilidade suave. Realçou assim, o alargamento do sistema de incentivos à aquisição de veículos elétricos e pontos de carregamento, passando a incluir as empresas de táxi e de rent-a-car.

Relativamente à política energética, informou que continuarão a combater a pobreza energética e investir na participação de projetos nacionais e europeus, criando sinergias, consolidando redes de contactos e explorando soluções inovadoras, que facilitem a transição energética, assim como novas respostas do longo prazo para o futuro do setor energético nos Açores.



Destacou as iniciativas desenvolvidas no âmbito do LIFE IP Climaz, nomeadamente a campanha de atribuição gratuita de termoacumuladores na ilha Graciosa, que deverá ter uma segunda edição, assim como haverá uma edição na ilha das Flores.

Realçou que o plano de investimentos da presente Secretaria contempla, como entidade executora, de acordo com as indicações da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, vários investimentos de proteção da orla costeira e outras intervenções de cariz ambiental, que totalizam um valor de 8,5 milhões de euros.

Por fim, referiu o investimento da Atlânticoline, no valor de 25 milhões de euros, para a aquisição de dois navios elétricos, *“visando uma mudança de paradigma na mobilidade e na transição energética no setor marítimo”*.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Sandra Dias Faria.

A deputada Sandra Dias Faria referindo-se à importância da transição energética e de todas as políticas que têm sido desenvolvidas na Região, em linha com as políticas nacionais e europeias, destacou que para as áreas da eficiência energética e energias renováveis, e em dotação revista de 2022 apresentava de pouco mais de 39 milhões de euros, com redução em 2023 para 26,5 milhões de euros e agora para o ano de 2024 apresentam um aumento que não atinge os valores de 2022, para acerca de 32 milhões de euros. No entanto, referiu que as taxas de execução do ano 2022 e as que são conhecidas para o presente ano geram preocupação para a capacidade de execução para o ano em análise do plano de investimentos, uma vez que para o ano de 2022 num total de aproximadamente 40 milhões de euros, apenas foram executados 1,58%, apresentando em 2023 igualmente uma taxa baixa.

Realçou ainda que, na área da política energética, e num valor, no ano de 2022, de pouco mais de um milhão de euros, executaram apenas 23.000 euros, referindo que *“não é credível aquilo que este plano de investimento nos traz, porque o vosso histórico em termos de execução não nos traz tranquilidade naquilo que será a capacidade de executar no próximo ano.”*

Referiu ainda que a conjuntura atual que tem sido utilizada como argumento para justificação da não execução de investimentos, mantém-se e com maior instabilidade, questionando como



pode ser o plano de investimentos para 2024 considerado credível e não ser apenas *“vender aos açorianos a ideia de que em 2024 será o ano de executar tudo aquilo que não executaram durante três anos”*.

Em resposta, a Senhora Secretária Regional referiu que o projeto eficiência energética, contempla verbas relacionadas com execução de fundos por parte da EDA - PRR– contempla fundo alocados também ao PRR, da responsabilidade da Direção da Regional da Energia, no que diz respeito ao SOLENERGE, assim como fundo do REPowerEU para o PROENERGIA, assim como um reforço para a comparticipação das baterias. Referiu não existir nenhuma razão para uma boa execução para o ano 2024, uma vez que todas as entidades mencionadas já estão em implementação dos projetos que foram candidatados ao PRR, comprovada pela taxa de execução de 40%, mas que possui uma taxa de compromisso de 68,5%, representando a execução material.

Realçou que a execução financeira *“tem muito a ver com o fato dos promotores serem mais ou menos céleres na concretização do seu investimento, na instalação dos painéis, e do que compreende a sua candidatura. Por razões várias, entre elas a dificuldade das cadeias de abastecimento fornecerem em simultâneo os equipamentos, mas também é verdade que isso não durará sempre e nós acreditamos que apesar de todas as incertezas internacionais, que os fornecedores e as cadeias poderão agilizar-se mais em termos de melhor responder aos pedidos dos seus clientes”*.

Destacou que a perspetiva da Secretaria Regional é que *“ainda em 2024, se chegue quase ao nível de comparticipação próxima dos 100%, relativamente àquilo que são as verbas de 2023, o que nos dá ótimas perspetivas de execução da verba que está prevista no plano para 2024”*.

No seu direito a réplica, a Deputada Sandra Dias Faria realçou o que considera ser uma contradição entre o discurso que a Senhora Secretária Regional teve inicialmente com o que foi agora a sua resposta, uma vez que na introdução realçou a instabilidade dos mercados e o que significará na execução do Governo Regional, tendo afirmado posteriormente que *“quer acreditar que vá correr bem”*.



A Senhora Secretária Regional reafirmou não existir contradição, apenas *“ponderação, responsabilidade, capacidade de análise da conjuntura que nos acompanha nestes momentos difíceis, realismo”* que é transposto para este plano.

Reportando-se à recente aprovação da majoração até 85% para aquisição de baterias, referiu que *“só isso já vai fazer com que a execução destes vários programas que estão incluídos no 9.1 tenham uma execução bastante diferente daquela que teve até agora, porque as baterias para além de serem equipamentos caros, são comparticipados até 85%, a partir do momento em que foi aprovado esse Decreto Legislativo Regional”*, tendo sido reforçada a verba do REPowerEU para dar resposta a estas situações.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS, DISPONÍVEL EM [Parlamento online - Audição do Secretário Regional do Mar e das Pescas - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região para 2024 \(alra.pt\)](#)

O Secretário Regional do Mar e das Pescas iniciou a sua intervenção referindo que o total do Plano e Orçamento da sua secretaria apresenta um valor total de 43 174 559,00€ [quarenta e três milhões, cento e setenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e nove euros], com 28 milhões de euros de fundos comunitários e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, um valor de 15 milhões de euros. Referiu que, em comparação com o Plano apresentado para o ano 2023, possui um aumento de 27%, referindo que o ano 2024 será decisivo nos investimentos no âmbito do Cluster do Mar dos Açores, com os dois grandes investimentos – Tecnopolo Martec e o Navio de investigação científica.

Informou que, relativamente ao Tecnopolo Martec, aguarda, há cerca de um mês, o visto do Tribunal de Contas para a fiscalização, para que o projeto possa ser apresentado publicamente, e relativamente ao navio de investigação oceanográfica, referiu que no dia 10 de novembro, será *“assentada a quilha da embarcação, correspondendo à primeira pedra de um edifício”*, sendo estes projetos prioritários para o Governo Regional dos Açores, atendendo aos prazos *“muito curtos para o cumprimento do PRR e temos que nos esforçar por cumprir para podermos acautelar os fundos que são disponibilizados no âmbito do PRR”*.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Salomé Matos e a Deputada Joana Pombo Tavares.



A deputada Salomé Matos iniciou a sua intervenção por referir que o investimento relativo ao Cluster do Mar é significativo no programa da Economia do Mar, sendo que este programa está assente numa visão estratégica de promoção de um *“oceano saudável e bem gerido, concertando com políticas regionais e políticas nacionais e europeias”*. Realçou o que considera serem duas mensagens do plano, nomeadamente a importância da investigação científica, como ferramenta essencial para a gestão dos usos do mar dos Açores, bem como a identificação da Universidade dos Açores como parceiros essenciais.

Realçou a construção do Centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao mar, um investimento sediado na ilha do Faial, mas que servirá toda a comunidade açoriana e além-fronteira, em virtude de parcerias que podem ser efetuadas.

Questionou o Senhor Secretário sobre as potencialidades e as vantagens para que, a médio e longo prazo, esse investimento possa ter resultados.

Referiu ainda que, a Escola do Mar dos Açores, e apesar de se encontrar também sediada na ilha do Faial, tem vindo a estar ao serviço de todos os açorianos, sendo que todas ações de formação que têm sido administradas são essenciais para a segurança e eficiência das atividades marítimas, tendo sido as formações em elevado número no ano de 2022 e 2023.

Questionou o Senhor Secretário, sobre o ano de 2023 e sobre o trabalho que tem sido desenvolvido pela Escola do Mar dos Açores, no primeiro semestre, se está a satisfazer as necessidades e quais os seus projetos futuros.

O Senhor Secretário Regional esclareceu que ultrapassados alguns constrangimentos iniciais, foi possível a certificação da Escola do Mar dos Açores, e que com o programa que possui, pretende ser *“não uma escola de pescadores, mas uma escola das profissões marítimas, das profissões ligadas à economia azul”*, sendo uma escola aberta às novas tecnologias, mas também às novas profissões emergentes ligadas ao mar.



Informou que, será iniciado brevemente o primeiro curso de operadores de *drones*, realçando a aquisição pela Direção Regional de Políticas Marítimas, de dois *drones*, para monitorização de áreas marinhas protegidas, sendo necessário que haja operadores habilitados.

Informou que a Escola do Mar abrirá, nas ilhas das Flores e do Corvo, formação de certificação de gruas, para os profissionais, lúdicos e marítimo-turísticas possam operar as gruas em condições de segurança, diminuindo assim as despesas com utilização indevida das gruas.

Relativamente aos dados solicitados sobre a formação da Escola do Mar, o Senhor Secretário Regional informou que, no primeiro semestre foram duzentos e sessenta e cinco formandos, não só na ilha do Faial, mas deslocando também os seus formadores às diferentes ilhas. Referiu ainda que todos os cursos da Escola do Mar possuem uma componente de ação ambiental marinha, de sustentabilidade.

A Deputada Joana Pombo Tavares destacou que a Secretaria Regional do Mar e Pescas é uma das Secretarias mais importantes atendendo ao seu público-alvo e a importância que têm para a economia dos Açores, assim como para a proteção e monitorização da biodiversidade e áreas de investigação já enunciadas.

Realçou a rubrica 7.6 – Monitorização, promoção, fiscalização e ação ambiental marinha, sendo que se encontra relacionada com o projeto que se encontra em debate na Região, nomeadamente o das áreas marinhas protegidas, destacando a preocupação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com a baixa execução, de 18,4% em 2022, assim como as baixas execuções no 1º semestre e 3º trimestre de 2023. A Deputada realçou, como preocupação maior, a redução no plano apresentado para 2024, com uma redução de dois milhões e setecentos para a rubrica em questão, considerando que colocará em causa a fiscalização e monitorização das áreas marinhas protegidas que serão criadas.

Referindo-se à Criação do Recife Artificial, e sendo do conhecimento em 2020 do protocolo de alinação do navio Schultz Xavier, da Defesa Nacional com a Região Autónoma dos Açores, e sendo que é apresentado no plano para 2024 o nome de “Noruega”, questionou sobre o planeamento para a criação do recife artificial, nomeadamente sobre a sua localização.



Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que a criação do recife artificial, apesar de não se encontrar identificado, *“tem sido sempre reportada à ilha de Santa Maria, era isso que existia na pasta de transição, é isso que é intenção deste Governo”*, havendo já compromissos com associações, que têm sido colaborantes em todo o processo. Informou que o navio Schultz Xavier não reunia as condições de flutuabilidade necessárias para ser rebocado para os Açores. O navio “Noruega”, é um navio do IPMA, e que se encontra em fim de vida, e que serão efetuados os testes de flutuabilidade, referindo ainda que *“não houve possibilidade de avançar anteriormente, o que se vai fazer, está dividido em duas, este montante, os 75.000 seria para proceder de imediato ao estudo e iniciar os trabalhos de descontaminação, (...) tem de haver concurso público”*. Informou que a criação do recife artificial, na Secretaria Regional, encontra-se a cargo do Técnico Superior Especialista Eng.º Naval Nuno Lima.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para uma segunda ronda de perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Salomé Matos.

A Deputada Salomé Matos, relativamente ao ordenamento do espaço marítimo e da posição que têm assumido, sobre as áreas marinhas protegidas, de todo o trabalho que se encontra a ser efetuado, que ocorre em simultâneo com a discussão da *“Lei do Mar”*, e que o seu articulado poderá retirar à região, competências na definição das áreas marinhas, questionou se *“será mais oportuno que os Açores definam as suas áreas marinhas, resultado de um melhor (...) processo de negociação e de consulta que tem vindo a acontecer, ou corremos ou não sérios riscos de a aprovação da Lei do Mar, venha tirar-nos completamente qualquer possibilidade de fazer essa definição. A questão será, decidimos nós ou será prudente que, arrastando-se o atual processo, venhamos a nos confrontar com um período, que por via da aprovação da Lei do Mar, isto passe a ser um não assunto para a Região e termos de deixar, eventualmente que outros decidam por nós”*.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que, relativamente *“às áreas marinhas protegidas, foi decisão do Senhor Presidente do Governo, no intuito de sermos pioneiros, definir as áreas marinhas protegidas até dezembro de 2023. Este trabalho iniciou-se, com o Blue Azores, em 2019, tem sido um trabalho com algumas paragens por motivos da pandemia, mas fora isso foi devidamente prosseguido com várias reuniões, só em reuniões alargadas foram quarenta e quatro, salvo erro, com todos os envolvidos e tentou-se criar uma base de entendimento e basear*



esta definição naquilo que foram os modelos apresentados pelos cientistas que foram envolvidos neste projeto. As áreas marinhas protegidas têm de ser vistas como um processo de definição, e isso é compromisso do Governo até final do ano fazer apresentar na Assembleia Legislativa Regional o diploma, e que terá depois um período normal, de processamento da própria atividade legislativa, e estamos a crer que a sua implementação, a implementação exige que sejam efetuados os planos de gestão, que seja depois monitorizadas, a monitorização, a fiscalização, e em que moldes vai ser feito, não podemos fazer isso até 31 de dezembro. Essa implementação terá de ser posterior, e nessa medida, agora, acho que temos que avançar, e os Açores, independentemente, daquilo que vier a ser decidido, em termos da dita lei do mar, que estamos esperançados que ainda existirão alterações, (...) que o quadro legal seja mais favorável que aquele que atualmente nos perfila, (...) mas não vamos ficar parados à espera de ... e portanto todo este trabalho que está a ser feito será (...) para mostrar mais uma vez que a Região tem um empenho nestas matérias, (...) no que se refere à defesa do seu mar, defesa essa que até tem congregado todas as forças políticas que estão representadas nesta Assembleia.”

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE emitiu parecer desfavorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PPM emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do PAN não emitiu parecer quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e PPM, com os votos contra do BE e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024”;**
- 2) Com os votos a favor do PSD e PPM, com os votos contra do BE e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024”.**

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento da devida tramitação processual, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Vila do Porto, 6 de novembro de 2023

A Relatora,

(Joana Pombo Tavares)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(José Gabriel Eduardo)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 66/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2024” E N.º 67/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2024”

6 DE NOVEMBRO DE 2023



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu nos dias 2 e 3 de novembro de 2023, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024” e n.º 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024”.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão Permanente de Política Geral, no dia 27 de outubro de 2023, com data-limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 6 de novembro de 2023.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio, na sua redação atual.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e pela



Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias inframencionadas são competência da Comissão Permanente de Política Geral.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão Permanente de Política Geral a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambos para o ano de 2024, nas seguintes matérias:

- Administração Pública, regional e local;
- Organização administrativa da Região;
- Ordem e segurança pública e proteção civil;
- Comunidades açorianas;
- Construção europeia, sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras comissões;
- Tratados e Acordos internacionais;
- Habitação e equipamentos;
- Arrendamento urbano;
- Urbanismo;
- Prevenção e segurança rodoviária;
- Cooperação Regional
- Trabalho e formação profissional;
- Concertação social e mecanismos de resolução alternativa de conflitos.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.

APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual vertida neste documento estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2024.



A análise da presente proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre a análise dos Projetos, Ações e correspondentes Programas e na audição dos Membros do Governo Regional que os tutelam.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2024.

Quadro

Plano Regional Anual para 2024

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Política Geral)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 – Coesão, transição digital e representação			
1.3 Coordenação da atividade governativa	800.000	800.000	
1.4 Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores	262.500	262.500	
1.5 Os Açores no Espaço Europeu	331.035	331.035	
1.6 Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo - infraestruturas e equipamentos municipais	200.000	200.000	
1.7 Cooperação com os Municípios	5.223.312	5.223.312	



1.8 Cooperação com as Freguesias	4.088.500	4.088.500	
1.9 Emigrado e Regressado	57.702	57.702	
1.10 Identidade cultural e Açorianidade	265.941	265.941	
1.11 Imigrado e Interculturalidade	56.357	56.357	
2 – Desenvolvimento social e inovação			
2.6 Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional	13.639.246	13.639.246	
2.7 Arrendamento acessível e cooperação	19.063.458	19.063.458	
2.8 Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	484.405	484.405	
2.11 Cooperação institucional	175.000	175.000	
3 – Finanças, planeamento e empreendedorismo			
3.2 Qualificação e emprego público	195.250	195.250	
3.3 Modernização e Reestruturação da			



Administração Pública Regional	8.536.770	8.536.770	
3.4 Eficiência no Serviço Público	1.200.000	1.200.000	
5 – Promoção da Saúde e Proteção Civil			
5.14 Equipamentos e Comunicações	2.656.200	2.656.200	
5.15 Infraestruturas do SRPCBA	210.000	210.000	
5.16 Protocolos e Apoios	8.778.800	8.778.800	
5.17 Formação	255.000	255.000	
9 – Desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas	344.846.232	263.494.000	81.352.232
10 – Juventude, qualificação e estabilidade laboral			
10.2 Qualificação Profissional e Emprego	88.506.262	19.085.000	69.421.262

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS:

A Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral, iniciou a sua intervenção referindo que a proposta de Plano Regional Anual 2024 integra um investimento em Obras Públicas de 114,8 milhões de euros, representando cerca de 44% do total de investimento da responsabilidade da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Estão em causa 149 ações repartidas por 24 projetos, que sustentam um incremento do investimento público em obras públicas de mais de 34% face a 2023. Deu nota que que 43



destas ações serão alavancadas por fundos comunitários, com um potencial de receita acima dos 44 milhões de euros, onde se destaca, naturalmente, o peso do Plano de Recuperação e Resiliência.

Salientou que a execução do PRR é a grande prioridade deste plano de investimentos, não só pelos prazos, marcos e metas com os quais nos comprometemos, mas, sobretudo, pelo sentido profundamente estratégico que estes investimentos têm para a economia da Região.

Neste particular, destacou os circuitos logísticos; o Laboratório de Experimentação da Administração Pública dos Açores; o Centro de Qualificação dos Açores; a construção de um segundo edifício, no TERINOV; e a continuidade do projeto Escolas Digitais.

Para além desta prioridade absoluta do PRR, apresentou outros objetivos, incluindo o início de um trabalho de base para a evolução das estruturas rodoviárias da Região; a execução de obras estruturantes de vários setores do Governo; para além de diversas iniciativas de reabilitação, requalificação e reparação de diferentes infraestruturas, em todas as ilhas, muitas delas sistematicamente votadas ao abandono durante mais de duas décadas.

Referiu que nas estradas e circuitos logísticos, haverá um investimento superior a 80 milhões de euros, onde se incluem 29,7 milhões de euros alocados no âmbito do PRR, mas onde estão também incluídas obras de reabilitação das estradas regionais em todas as ilhas e, ainda, o desenvolvimento de projetos para novas soluções que alterarão e valorização muito substancialmente o paradigma logístico da ilha de São Miguel.

Anunciou que o Governo Regional manterá, igualmente, o trabalho em projetos de apoio e evolução qualitativa de infraestruturas e de equipamentos através do LREC, para além de darmos seguimento a contratos ARAAL com câmaras municipais em diferentes ilhas, visando a implementação de projetos de relevante interesse estratégico local.

Destacou, ainda, o volume de investimento previsto em obras e equipamentos em diversos setores fundamentais, incluindo 11,2 milhões de euros na Educação e Assuntos Culturais; 6,1 milhões de euros na Saúde e Desporto; 8,5 milhões de euros no Ambiente e Alterações Climáticas; e 3,5 milhões de euros na Qualificação Profissional – valor alocado ao início da empreitada do já referido Centro de Qualificação dos Açores, desenvolvido no âmbito do PRR e que representa um investimento estruturante na Região.

Por ser matéria da competência desta Comissão Especializada, assinalou, ainda, a continuidade do protocolo de cooperação com a Prevenção Rodoviária dos Açores, através do Fundo Regional dos Transportes Terrestres, nos termos recentemente revistos e que implicam a



transferência de, no máximo, 50% das receitas deste Fundo relativas às inspeções e reinspeções de veículos na Região.

Para terminar, referiu que, se a conjuntura regional, nacional e internacional nos últimos anos tem sido extremamente adversa, hoje perspectiva-se bastante mais desafiante.

Para além da recuperação de efeitos socioeconómicos provocados pela Pandemia de Covid-19 que ainda perduram, a que se juntaram os efeitos da Guerra na Ucrânia, a crise energética, a crise inflacionista, a subida das taxas de juro, a disrupção de cadeias de abastecimento, a crítica falta de mão-de-obra e sucessivos acontecimentos meteorológicos muito agressivos, recentemente juntou-se a Guerra em Israel. É uma tempestade perfeita, com fatores que, só por si individualmente, têm potencial para afetar a execução material e financeira de qualquer plano de investimentos, seja de que dimensão e natureza for.

Nos últimos dois anos, o Governo Regional tem tido concursos desertos, aumentos muito significativos de preços – que chegam a superar os 100% de incremento –, muitas dificuldades de aquisição de materiais e matérias-primas em mercados internacionais, e uma clara preferência de empresas especializadas em investir em obras de maior dimensão e em locais de menor risco e com maiores economias de escala. Estes constrangimentos vão continuar a subsistir em 2024, exigindo pragmatismo, racionalidade e sentido de responsabilidade na gestão dos recursos públicos, de modo a garantir a execução adequada dos investimentos considerados estruturantes para a Região e para a evolução qualitativa do bem-estar e das condições de vida em cada uma das nove ilhas dos Açores.

Questionada, pela Senhora Deputada Alexandra Manes (BE), sobre as verbas destinadas para a intervenção no edifício do Instituto Açoreano da Cultura na ilha Terceira e para a empreitada de melhoria das condições operacionais do porto de pescas das Poças, uma vez que as verbas presentes no plano parecem ser insuficientes para as obras que são necessárias, a Senhora Secretária Regional respondeu que a intervenção no Instituto Açoreano da Cultura está já em curso, mas que o Governo poderá reforçar a verba caso seja necessário para terminar a obra. Relativamente às questões sobre o porto de pescas das Poças referiu que o projeto já está concluído, estando atualmente na fase da realização da avaliação de impacto ambiental, mas lembrou que processos desta dimensão e complexidade são demorados.

Seguidamente, o Senhor Deputado Berto Messias (PS) usou da palavra e começou por referir que os níveis de execução, quer no relatório de execução financeira, como também do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e no âmbito do programa Açores2030, é demasiado baixa, sendo até risível em algumas ações e questionou o que irá mudar no ano de 2024 para que



estas taxas não sejam as que atualmente se verifica, como pretende o Governo Regional executar 400 milhões de euros de fundos comunitários, quando até ao presente não executou um quarto desse valor, e que credibilidade tem os anúncios feitos pelo Governo Regional, tendo em conta o contexto referido anteriormente.

A Senhora Secretária Regional respondeu que a Direção Regional das Obras Públicas tem uma taxa de execução de 66,9% e que a taxa de compromisso é de 96,5%, ou seja, a taxa de compromisso aproxima-se mais da capacidade de realização e execução material, mas que é preciso ter em conta a situação que a Região vive, nomeadamente o facto de haver muitas obras desertas, mas também pela falta de mão de obra e recordou que uma iniciar-se uma obra são necessário quase dois anos envolta de procedimentos que demoram imenso tempo e despendem muitos recursos, desde logo com o lançamento de concurso público para o projeto, realização do projeto, lançamento do concurso para a execução da obra, visto do Tribunal de Contas e outros procedimentos necessários para o arranque da obra. Deu nota que muitos destes projetos estiveram, nestes últimos dois anos, a serem preparados e que agora o Governo Regional vai entrar no arranque da maior parte das obras a que se propus e estas poderão entrar em velocidade cruzado.

Salientou que há obras integradas no PRR que estão concluídas, nomeadamente alguns circuitos logísticos como a Variante ao Portal do Vento e a Variante a São Roque, no concelho de Ponta Delgada, em fase de conclusão tem a Variante às Furnas e em fase de expropriação a Variante das Capelas. Quanto às variantes nas restantes ilhas os procedimentos estão a avançar. No que diz respeito às obras relacionadas com o Furacão Lorenzo deu nota que estão a avançar, desde logo a obra do Porto Comercial das Lajes das Flores que está a seguir os trâmites normais. Deu nota que o programa Açores2030 ainda não arrancou, tendo em conta que a plataforma de candidaturas ainda não está operacional, apesar de a Região já ter faturas e processos prontos para serem submetidos.

Questionada pela Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) sobre a verba incluída no Plano Regional Anual para 2024 para a Variante à Ribeira das Tainhas/Ponta Garça e ainda o montante de execução, a Senhora Secretária Regional respondeu que o Governo Regional tem bem noção da dificuldades que estas duas freguesias do concelho de Vila Franca do Campo têm em termos de acessibilidades, como outras que também constam do Plano Regional Anual, e que as verbas a elas destinadas são para o início de todo o processo, desde logo para levantamento das necessidades e do seu programa preliminar e projeto. Referiu ainda que a Direção Regional das Obras Públicas tem uma dotação 88 milhões de euros, mas foram já pagos mais de 60 milhões de euros, o que demonstra e comprova que a execução está num bom ritmo.



Questionada pelo Senhor Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) sobre a verba inscrita no Plano Regional Anual par 2024 para a conservação e manutenção da Via Vitorino Nemésio (VVN), a Senhora Secretária Regional respondeu que a Variante que liga a Vitorino Nemésio a Angra do Heroísmo é uma obra bastante importante porque irá fomentar uma dinâmica de escoamento de trânsito numa zona central da cidade de Angra do Heroísmo e vem facilitar a acessibilidade a várias freguesias limítrofes da mesma cidade. Referiu que a obra está na fase final para ser adjudicada, apesar de todo o procedimento estar ainda a decorrer e terminou referindo que todos os macros e metas estão a ser cumpridos, conforme definido anteriormente.

Seguidamente, o Senhor Deputado Carlos Freitas (PSD) usou da palavra para perguntar em que ponto se encontrava a circular à Madalena do Pico no ano de 2020, ano em que este Governo Regional iniciou funções, e como se encontra atualmente. A Senhora Secretária Regional respondeu que em 2020 encontraram somente a intenção de candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência e que foi já este Governo Regional que avançou com a candidatura e todos os procedimentos necessários para que a obra arranque, tal como acontecerá nos próximos dias.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, iniciou a sua intervenção referindo que o Governo Regional, tal como estava definido no Plano Regional Anual para o ano de 2023, reinstalou o Conselho Consultivo da Administração Pública Regional, que estava sem reunir desde 2011, e que tem desenvolvido um trabalho de reflexão de várias questões, desde logo a reforma da estrutura da remuneração complementar, mas também questões relacionadas com a formação profissional. Com base nessa reflexão feita pelo Conselho Consultivo da Administração Pública Regional, o Governo Regional pretende abranger, em 2024, mais 1500 trabalhadores do que acontece atualmente, aumentar substancialmente a base da remuneração complementar em 5%, dando nota que em 2020 a base era 66,29€ e que em 2024 serão 84,47€. Destacou ainda que o Orçamento para o ano de 2024 pretende regularizar extraordinariamente os profissionais de saúde abrangidos com contratos a termo incerto, celebrados no âmbito da COVID-19, que serão integrados.

Salientou que o Orçamento para 2024 pretende o alargamento da mobilidade Intercarreiras para os técnicos dos hospitais, uma vez que estes não eram abrangidos por esta modalidade.

Para além destas medidas, o Orçamento para o ano de 2024 pretende ainda que os funcionários públicos possam progredir na carreira muito mais rapidamente do que acontecia até aqui,



dando nota que no modelo em vigor atualmente há funcionários públicos que poderiam levar mais de 100 anos para poderem chegar ao topo da carreira. Esta alteração fará com que todos os funcionários públicos que acumulem 6 ou mais pontos nas avaliações de desempenho possam subir de carreira e passar para a posição remuneratória seguinte. O Senhor Secretário Regional disse que estima que haja uma redução de 40% do tempo que levavam para atingir o topo da carreira, deixando nota que esta é uma medida de extraordinário impacto e histórica, uma vez que vem trazer mais justiça a estes funcionários públicos em comparação com outros profissionais da área da educação e saúde que já tiveram as suas carreiras remuneratórias valorizadas.

Questionado pela Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) sobre se a acumulação de pontos, ou seja, o remanescente conta para a avaliação seguinte, o Senhor Secretário Regional respondeu que é um facto que houve, no passado, momentos em que os técnicos superiores no início da carreira recebiam também remuneração complementar, mas que acabou por se perder ao longo dos anos. O que este Governo Regional pretende é repor essa justiça, uma vez que poderá ser um incentivo para atrair técnicos superiores para a Administração Pública, tendo em conta algumas dificuldades que certos departamentos têm. Salientou que com este aumento de 5% da base da remuneração complementar prevista para 2024 significará que ao longo desta legislatura, de 2020 a 2024, haverá um crescimento de cerca de 30% da base da remuneração complementar.

Questionado pelo Senhor Deputado Berto Messias (PS) sobre o número de trabalhadores abrangidos por este aumento da remuneração complementar e qual o aumento real mensal para cada trabalhador. Questionou ainda o Senhor Secretário Regional sobre a regularização extraordinária dos profissionais de saúde abrangidos com contratos a termo incerto, celebrados no âmbito da COVID-19, nomeadamente o número de trabalhadores abrangidos por esta regularização e as suas categorias, o impacto orçamental desta medida e a cronologia da sua implementação. Relativamente à diminuição do tempo para progressão da carreira dos funcionários públicos, o Senhor Deputado perguntou se os trabalhadores do Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores (SPERAA) serão abrangidos por esta medida e qual o seu impacto orçamental.

O Senhor Secretário Regional respondeu que serão 1504 os trabalhadores abrangidos por este alargamento e que o impacto orçamental é de cerca de 2 milhões de euros. Salientou que passarão a receber a remuneração complementar 10267 trabalhadores, sendo que 2583 trabalhadores recebem a 100%, 887 trabalhadores recebem a 90%, 1301 trabalhadores recebem a 80%, 769 trabalhadores recebem a 70%, 386 trabalhadores recebem a 60%, 687



trabalhadores recebem a 55%, 945 trabalhadores recebem a 45%, 1335 trabalhadores recebem 35% e no último escalão há 1374 trabalhadores.

No que diz respeito ao número de trabalhadores abrangidos pela regularização extraordinária dos profissionais de saúde respondeu que serão 534 trabalhadores, distribuídos da seguinte forma: 5 médicos; 126 enfermeiros; 23 técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica; 54 técnicos superiores; 108 assistentes técnicos; 214 assistentes operacionais e 4 informáticos. Disse ainda que o impacto orçamental desta medida será praticamente nulo, tendo em conta que estes trabalhadores são atualmente remunerados pela Região, ou seja, haverá apenas uma regularização em termo contratuais, sem qualquer alteração significativa em termos orçamentais.

Quanto à questão da diminuição do tempo para a progressão da carreira, o Senhor Secretário Regional deu nota que esta medida significa um investimento de mais de 4 milhões de euros. Sublinhou que todos os funcionários do SPERAA que sejam avaliados por pontos serão abrangidos por esta medida e que acontecerá a partir de agora em todas as progressões, tendo realçado novamente que esta é uma medida inovadora, histórica, relevante e impactante para os funcionários públicos dos Açores.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO:

A Senhora Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Maria João Carreiro, iniciou a sua intervenção referindo que as verbas previstas na área da Qualificação e Emprego assumem o valor total de 88.506.262,00€, dos quais 19.085.000,00€ são afetos pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Salientou que existe um reforço de 38,6% da dotação total para estas áreas, por comparação ao ano de 2023, considerando o acréscimo de 93,82% (33,6 ME), em relação a este ano, do financiamento proveniente de outros fundos, designadamente fundos comunitários.

Este é um Plano Anual que permite reforçar uma trajetória de investimento público na qualificação, formação e emprego dos açorianos, que está a gerar efeitos positivos na vida de muitos açorianos que estão hoje, indiscutivelmente, em melhor circunstância laboral do que estavam há quatro ou cinco anos.

Deu nota dos seguintes resultados positivos que a Região tem obtido com a nova estratégia de emprego e qualificação profissional, nomeadamente: o desemprego registado está a baixar nos Açores há mais de 24 meses, desde junho que a Região regista menos de 5.000 desempregados;



em 2022, a Região atingiu máximos históricos de população empregada; o número de desempregados em medidas de inserção socioprofissional também está a diminuir progressivamente, sem que esta diminuição tenha conduzido ao aumento do desemprego, como muitos vaticinaram ou desejavam (2020); desde 2021, foram apoiados na Região 4.775 contratos de trabalho, dos quais 85% visaram contratos sem termo e 56% envolveram trabalhadores até aos 30 anos de idade; através das medidas de apoio à contratação, indexado ao salário pago pela empresa ou entidade empregadora aos trabalhadores cujo contrato de trabalho foi apoiado, estimulamos o aumento salarial em 10%, em 2021, e em 15%, em 2022 e ainda que 73% dos jovens que concluíram o Estagiar T em 2021 e 2022 e 74% dos jovens que concluíram o Estagiar L no mesmo período estavam empregados 4 semanas após o Estágio.

Estes são apenas alguns resultados de uma nova geração de políticas de qualificação e emprego, aliada à confiança das empresas e entidades empregadoras, que está centrada nas pessoas e nos trabalhadores, que está orientada para o reforço da empregabilidade dos açorianos, para a contratação, para o emprego estável e para uma melhor remuneração.

Lembrou que o XIII Governo dos Açores estabeleceu como uma das prioridades estratégicas para a governação da Região a política de Qualificação Profissional e Emprego.

Para este percurso francamente positivo e histórico relevam medidas como, por exemplo:

- CONTRATAR, de apoio à contratação;
- CONVERTER, para apoiar a conversão de contratos de trabalho a termo em contratos de trabalho sem termo;
- TURIS.ESTÁVEL, para apoiar a contratação estável no setor do turismo, um setor ainda muito marcado pela precariedade laboral;
- PRO.ATIVO, para apoiar os desempregados em programas ocupacionais que celebrem um contrato de trabalho;
- ESTAGIAR, através do qual diferenciamos, em termos remuneratórios, os jovens com mais habilitações ou formação, além da introdução da proteção social e da prioridade dada aos estágios no setor privado, onde reside a obrigatoriedade de contratação;
- RECONVERTER PRO, para apoiar a integração dos desempregados com menor empregabilidade por via da sua reconversão profissional em contexto laboral, sobretudo nos setores de atividade com necessidades de recrutamento.



O Plano Anual em apreciação confirma a responsabilidade deste Governo em continuar a promover as melhores respostas para a valorização dos açorianos no e para o mercado de trabalho, associada a melhor emprego e mais rendimento para os trabalhadores.

Este é o 4.º Plano Anual da responsabilidade da atual governação, sendo que os dois primeiros visaram, sobretudo, uma resposta imediata à circunstância excecional que se vivia, então, de combate à pandemia de Covid-19 – que só não teve consequências mais gravosas do ponto de vista do mercado de trabalho graças à célere e atempada intervenção do Governo dos Açores.

Realçou que, em 2024, o Governo Regional pretende consolidar a estratégia de sucesso de promoção da empregabilidade dos açorianos, em especial dos jovens e dos desempregados com maiores vulnerabilidades no mercado de trabalho, por um lado, e readaptar e criar novas medidas ativas de emprego e formação que melhor se ajustem às vicissitudes do mercado de trabalho, incentivando a dignificação das profissões e a valorização da formação e, consequentemente, fomentar a atração e retenção de talento pelas entidades empregadoras da Região.

A melhoria da qualidade do emprego, através de apoios à criação e manutenção de postos de trabalho, com o objetivo de incentivar a estabilidade laboral, a adequação salarial e o aumento do rendimento dos trabalhadores açorianos é uma das prioridades plasmadas neste Plano e adiantou que no próximo ano, no âmbito das medidas de apoio à contratação, será dado um firme e relevante contributo para promover o incremento do rendimento dos trabalhadores açorianos de acordo com as suas habilitações.

Através do novo CONTRATAR será dado um forte estímulo ao incremento salarial, por via do apoio financeiro destinado à criação de postos de trabalhos na Região, mediante a celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado e a tempo completo. O CONTRATAR vai apoiar a contratação sem termo de jovens recém-licenciados com salário base até 2.500 euros; bem como a contratação sem termo de trabalhadores qualificados com os níveis IV e V com salário base até 1.700 euros. Esta é, portanto, uma medida inovadora na Região, na medida em que fixa um valor mínimo a apoiar consoante as habilitações dos trabalhadores, que promove a qualidade do emprego, através da estabilidade laboral, da melhoria e adequação do rendimento às habilitações dos trabalhadores; que incentiva e atração e fixação de talento.

Por cada posto de trabalho criado é concedido um apoio no valor de 15 vezes a respetiva remuneração ilíquida, majorado ainda em função da localização do posto de trabalho criado, de forma a fixar trabalhadores nos concelhos com económicas locais menos dinâmicas e com menos ofertas de emprego.



Defendeu que problemas diferentes exigem respostas diferenciadas e é com base neste princípio, o de não tratar por igual aquilo que é diferente, que o Governo dos Açores tem vindo a afetar o investimento público à criação e implementação de medidas e ações para os diferentes públicos, nomeadamente:

- O Gabinete de Orientação Vocacional e Profissional (GOVP), enquanto resposta ao público jovem e adulto desempregado, com baixa empregabilidade e/ou com fragilidades sociais tendo em vista a sua integração ou reintegração no mercado de trabalho;
- O QUALIFICA.IN, para apoiar a formação e qualificação da população ativa, empregada e desempregada, que inclui prática em contexto de trabalho;
- O AZORES DIGITAL, para apoiar a formação de recursos humanos altamente qualificados e especializados na área tecnológica e dos recursos digitais;
- O QUALIFICA.SUPERIOR, para contribuir para o aumento do número de adultos, empregados e desempregados, qualificados com ensino pós-secundário e superior;
- O aumento da oferta de cursos de nível IV nas Escolas Profissionais da Região, bem como o apoio à modernização dos seus equipamentos, que insere numa estratégia de continuar a aumentar o número de jovens nesta via de ensino profissionalizante;
- A adequação dos cursos de curta e média duração, em parceria com as Escolas Profissionais e o Centro de Qualificação dos Açores, direcionados para o mercado;
- A Escola de Negócios, apresentada há poucos dias, para apoiar os desempregados e recém-diplomados no desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências e conhecimentos relacionados com a gestão de negócios, bem como incentivar a criação de um projeto empresarial de micro ou pequena empresa que viabilize a criação do próprio emprego, contribuindo para o desenvolvimento local e a fixação de população;
- Construir o Próprio Emprego, para apoiar financeiramente o salário dos desempregados promotores de projetos aprovados nas medidas “Jovem Investidor” e “Pequenos Negócios” do novo Sistema de Incentivos Construir 2030.

Concluiu que este é um Plano de Investimento que operacionaliza as grandes opções das Orientações de Médio Prazo em consonância com o preconizado no Programa do XIII Governo dos Açores, assegurando, para isso, as condições materiais e financeiras para que a Região possa dar passos ainda mais significativos nas políticas públicas de apoio à contratação e



emprego estável para as quais relevam, sobremaneira, o investimento público na qualificação e formação dos trabalhadores, assegurando respostas públicas diferenciadas para os diferentes públicos e para as diferentes necessidades do mercado de trabalho.

Questionada pelo Senhor Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) sobre a estratégia de reconversão de adultos, desde logo a participação das escolas profissionais nessa reconversão, a Senhora Secretária Regional respondeu que este Governo Regional tem desenvolvido medidas de apoio à contratação e, conseqüentemente, à integração no mercado de trabalho por via da reconversão de adultos, através de programas como o TURIS.ESTAVEL e o RECONVERTER PRO, mas também por via da formação, através de programas como o QUALIFICA.IN e o FORM.AÇORES. Disse ainda que todos estes programas têm sido de enorme sucesso para a empregabilidade e para atribuição de novas competências a estas pessoas e que isso é comprovado pelo número histórico de empregados que a Região regista e também pelo número baixo de desempregados.

Questionada pela Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) sobre o novo programa CONTRATAR que consta no Plano Regional Anual para 2024, a Senhora Secretária Regional respondeu que o novo CONTRATAR pretende desenvolver o incremento salarial e a estabilidade laboral pela via do apoio à contratação com determinada remuneração base ilíquida e deixou o exemplo de um licenciado que poderá recorrer ao apoio do novo CONTRATAR caso aufera 1,50 vezes a retribuição mínima mensal garantida até ao máximo de 2.500€ e o caso de um detentor dos níveis 4 e 5 que também poderão ser apoiados caso aufera 1,25 vezes a retribuição mínima mensal garantida.

Seguidamente, o Senhor Deputado Berto Messias (PS) questionou a Senhora Secretária Regional sobre a taxa de cerca 30%, referidas no Relatório de Execução Financeira de janeiro a setembro de 2023, onde estavam previstos cerca 25 milhões de euros, mas foram executados apenas 7,9 milhões de euros, alegando ser uma execução manifestamente baixa e que leva o Partido Socialista a ter algumas reservas quanto ao que é proposto no Plano Regional Anual para 2024. Perguntou também pelo Fundo Social Europeu Mais (FSE+), uma vez que estava previsto para setembro o anúncio de onze avisos no âmbito do FSE+, mas que na verdade foram lançados apenas quatro avisos.

A Senhora Secretária Regional respondeu que no que diz respeito à execução de janeiro a setembro de 2023 da Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional é preciso analisar cuidadosamente cada uma das ações previstas, nomeadamente a ação da Formação Profissional, que tem uma taxa de execução superior aos 70%, a ação dos Programas de Estágios



Profissionais e ainda a ação dos Programas de Emprego, sendo que estes dois últimos têm uma taxa de execução baixa pela conjuntura que a Região vive de pleno emprego por um lado, mas por outro lado por não haver a procura de medidas de apoio à contratação e tendo em contas as necessidades do mercado. Lembrou que existe atualmente uma procura gritante de mão de obra e que tudo isto está a condicionar a execução das ações referidas. Por outro lado, a Senhora Secretária esclareceu que foi o atual Governo Regional que alterou as condições de candidatura aos Programas de Estágio, mas também que criou mecanismos de apoio à contratação inovadoras e que têm vindo a demonstrar serem um sucesso pelos resultados alcançados.

Quanto à questão sobre o Fundo Social Europeu a Senhora Secretária referiu que existe uma execução quase de 100%, como também a execução do REACT-EU que está também próxima dos 100% e anunciou que relativamente aos avisos no âmbito do FSE+ este ano ainda serão abertos três avisos e que no ano de 2024 serão abertos outros quatro avisos, mas esclareceu que os onze avisos que foram mencionados referem-se ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), fora da competência da Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

A Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) questionou sobre a aplicação do Fundo Social Europeu até ao ano de 2020, lembrando que este Governo Regional tem vindo a aproveitar o Fundo Social Europeu investir na capacitação e na empregabilidade dos açorianos, criando medidas que apostem na contratação e reconversão, em vez de anteriores Governos Regionais que aplicavam os montantes do Fundo Social Europeu para iludir os açorianos com Programas Ocupacionais.

A Senhora Secretária Regional respondeu que é importante ter noção da aplicabilidade das verbas do Fundo Social Europeu pelos Governos Regionais anteriores e lembrou que esses fundos serviram para iludir e criar expectativas erradas quanto ao pleno emprego e a sua estabilidade investindo em medidas que não criavam mecanismos estáveis e dignos para muitos trabalhadores. Disse ainda que o Governo Regional, através dos seus mecanismos de apoio à contratação, apoiou 4775 contratos de trabalho desde 2021, dos quais 85% são contratos sem termo e 56% foram pessoas empregadas até aos 30 anos de idade.

DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA:

O Senhor Subsecretário Regional da Presidência, Pedro Faria e Castro, iniciou a sua intervenção referindo que o Plano Regional Anual para o ano de 2024 tem uma verba inscrita de cerca de 27,7 milhões de euros nas suas várias ações, desde logo as ações relacionadas com a cooperação



com os Municípios e com as Freguesias, com cerca de 9,2 milhões de euros, onde destacou uma nova ação com uma dotação de 4 milhões de euros para o Fundo para o Desenvolvimento para as Freguesias. Referiu ainda que há ações para o apoio à recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo e para a devolução do IRS e do IVA aos Municípios da Região com cerca de 3,5 milhões de euros e que vai ao encontro de um compromisso assumido por este Governo Regional para com as Autarquias dos Açores.

Em relação às ações sobre as Comunidades anunciou que o Governo Regional tem vindo a dar prioridade a três áreas, nomeadamente Emigrado e Regressado, Identidade Cultural e Açorianidade e Imigrado e interculturalidade.

No que diz respeito aos Assuntos Europeus e Cooperação Externa existem duas ações novas, nomeadamente Relações com o Atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores e ainda os Açores no Espaço Europeu salientado que a atividade do Governo Regional incide na coordenação política da ação da Região no âmbito da integração europeia, mas também com o programa Açores na Europa, que tem a ver com a constituição de um gabinete de representação dos Açores em Bruxelas que tem vindo a confirmar ser um sucesso para acompanhar com proximidade o trabalho das instituições da União Europeia e contribuir com o conhecimento da Região nessas mesmas instituições.

No âmbito da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM), o Senhor Subsecretário Regional realçou que será organizado nos Açores, em março de 2024, a Assembleia Geral da Comissão das Ilhas da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da União Europeia (CRPM) e deu nota que o Senhor Presidente do Governo Regional preside, de forma interina, esta Comissão das Ilhas.

Seguidamente a Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) usou da palavra para enaltecer aquele que é o investimento que tem sido feito com as autarquias dos Açores, desde logo com o assumir de compromissos quer do IRS, mas também do IVA e ainda a cooperação e proximidade entre o Poder Regional e o Poder Local e questionou sobre a taxa de execução de cooperação técnica e financeira com o Poder Local. O Senhor Subsecretário Regional respondeu que o Governo Regional tem vindo a assumir todos os compromissos realizados com as autarquias da Região e que para além da cooperação financeira, tem existido uma cooperação direta na resolução de problemas existentes, através da Direção Regional da Cooperação com o Poder Local, criada por este Governo Regional, e que tem vindo a verificar ser um parceiro ativo e de proximidade. Deu nota também que o Fundo para o Desenvolvimento das Freguesias é mais um cumprir com um compromisso assumido que vem promover a cooperação e partilha de meios financeiros de



investimento para os municípios e freguesias, baseada em critérios objetivos e equitativos, com previsibilidade e estabilidade no relacionamento com estes agentes de poder local. Para terminar, disse que a taxa de execução dos compromissos assumidos é de 91,29% e a taxa de execução financeira é de 83,13%.

O Senhor Deputado Berto Messias (PS) começou por referir que é muito importante que o Governo Regional dê continuidade do trabalho de presença, assiduidade e credibilização junto das instituições europeias e que o Partido Socialista tem contribuído para essa dignificação e credibilização da Região, através do trabalho que tem sido desenvolvido pelo presidente do Comité das Regiões Europeu, Vasco Cordeiro. Disse também a taxa de execução da ação da cooperação com os municípios é de 98%, mas a execução da ação da cooperação com as freguesias a taxa é de 38%, ou seja, bastante baixa e longe de uma execução aceitável e, nesse sentido, pediu que fosse esclarecido o porquê desta baixa execução.

Lamentou, no entanto, que o Governo Regional não seja justo e equitativo para com todos os municípios dos Açores, afirmando que os contratos de desenvolvimento entre a Administração Regional Autónoma e a Administração Local (ARAAL) demonstram claramente o tratamento desigual que existe entre municípios, uma vez que dos contratos ARAAL já assinados totalizam 11,6 milhões de euros e desses 11,4 milhões são com municípios da responsabilidade da Coligação PSD, CDS-PP e PPM e que os restantes 245 mil euros é com um município socialista.

O Senhor Subsecretário Regional respondeu que compreende a surpresa pela taxa de execução da cooperação com as freguesias ser baixa, no entanto explicou que atualmente essa taxa se fixa em cerca de 70%, tendo em conta os pagamentos realizados durante o mês de outubro, ou seja, não contabilizado na taxa de execução apresentada pelo Senhor Deputado Berto Messias.

No que concerne aos contratos ARAAL esclareceu que estes são celebrados com municípios que o solicitam e são articulados com base numa estratégia de desenvolvimento comum. Desafiou o Senhor Deputado Berto Messias a referenciar um município que tenha solicitado a realização de um contrato ARAAL e que não tenha sido estabelecido. Terminou referindo que o Governo Regional está sempre disponível para encontrar soluções que vão ao encontro das necessidades desses municípios.

DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL:

O Senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção fazendo um resumo das áreas que estão na alçada da Vice-Presidência e que se enquadram na Comissão de Política Geral. Nesse sentido referiu que a área da habitação tem prevista uma dotação de cerca de 33 milhões de euro para



o ano de 2024, o que demonstra ser um dos maiores investimentos de sempre em habitação nos Açores e estão distribuídos da seguinte forma:

- Promoção e apoio à habitação própria e a custos controlados com uma verba de cerca de 1,1 milhões de euros;
- Promoção e apoio à autoconstrução com cerca de 500 mil euros;
- Programa Casa Renovada, Casa Habitada e combate à infestação por térmitas com uma inscrição de cerca de 4,3 milhões de euros;
- Incentivo ao arrendamento e cooperação com uma dotação de cerca de 4 milhões de euros;
- Construção/arrendamento de fogos para arrendamento/subarrendamento apoiado com um total de mais de 15 milhões de euros;
- Operações de inserção e reintegração social cerca de 300 mil euros;
- Reabilitação do parque habitacional da Região com uma verba inscrita de cerca de 7,5 milhões de euros.

O Senhor Vice-Presidente disse ainda que desde o início da legislatura que o Governo Regional tem vindo a pagar encargos diversos com contratos ARAAL no total de cerca de 6,5 milhões de euros e de que desse montante total, cerca de 2,2 milhões de euros foi para liquidar dívidas que este Governo Regional recebeu.

Sublinhou a evolução em crescente do programa 2.6 - Promoção, reabilitação e renovação habitacional que viu a verba inscrita aumentar de 9 para 11 milhões de euros de 2022 para 2023 e para 13,6 milhões em 2024. Justificou este aumento de mais de 2 milhões de euros com a continuidade da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Quanto ao programa 2.6.3 - Reabilitação do parque habitacional da Região tem um aumento de mais 7 milhões de euros face ao ano anterior.

Realçou que a Região tinha uma dotação inicial de 60 milhões de euros para programas ligados à habitação, através do PRR, mas que conseguiu este Governo aumentar em 4,3 milhões de euros com objetivo que de promover a construção de habitação por via da autoconstrução, e sublinhou que a previsão era da construção de 277, mas que o Governo Regional aumentou para a construção de 301 habitações, no que diz respeito à reconstrução passaram a ser 527 habitação, continuando com objetivo de 828 intervenções. Realçou ainda o objetivo de adquirir e construir 145 lotes infraestruturados para cedência mediante concurso público.

O Senhor Deputado Berto Messias (PS) começou por referir que o Relatório de Execução Financeira indica que o programa Promoção, Reabilitação e Renovação, de janeiro a setembro,



tem uma execução de 39%, entre outros programas que têm uma ação demasiado baixo e que vem comprovar que o Plano Regional Anual não é coerente com aquilo que tem sido a execução este ano. Questionou o Senhor Vice-Presidente sobre o que poderá ser realizado para alterar esta trajetória de baixa execução.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que a baixa execução está relacionada com atrasos em determinados projetos que estavam munidos de várias irregularidades e ilegalidades e que foi necessário trabalhar na correção destes aspetos, entre outros que foram detetados. Deu nota ainda que é preciso ter em conta da falta de mão de obra que se vive na Região e que isso tem prejudicado em muito a execução do proposto para o ano de 2023. No entanto, salientou que o Governo Regional está a trabalhar fortemente para resolver a execução na construção de vários empreendimentos que foram deixados ao abandono durante vários anos. Sublinhou, também, que este Governo Regional já concluiu diversos projetos ligados à habitação, nomeadamente: 24 habitações no Bairro de Nossa Senhora de Fátima, na Praia da Vitória; 5 nos Ginetes, 17 em São Vicente Ferreira e 24 Fenais da Luz, em Ponta Delgada, 23 nos Foros do Solmar, em Vila Franca do Campo, 13 em São Brás, na Praia da Vitória, 15 na Achadinha, no Nordeste, 12 na Maia e 52 no Trás-os-Mosteiros, na Ribeira Grande, entre outros projetos que estão em procedimentos.

Questionado pelo Senhor Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) sobre o ponto de situação da construção das habitações na freguesia de São Brás, no concelho da Praia da Vitória, o Senhor Vice-Presidente respondeu que este Governo Regional encontrou aquele processo praticamente por elaborar desde 2004, existindo apenas uma habitação construída, e foi este Governo que terminou o processo e adjudicou a empreitada de construção de 13 habitações.

O Senhor Deputado Carlos Furtado (Ind.) começou por referir que o direito constitucional à habitação só é possível com a disponibilidade de empreiteiros que possam construir todas as habitações que estão a ser projetadas, não acreditando ser possível construir tudo por falta de mão de obra e de empreiteiros disponíveis. Saudou o aumento previsto nos diversos programas na área da habitação e questionou o Senhor Vice-Presidente sobre a diminuição de verbas de dois programas que, a seu ver, são essenciais para ajudar as famílias açorianas.

O senhor Vice-Presidente respondeu que este Governo Regional defende uma estratégia de apoio à construção de habitação própria ou por via do arrendamento, mas que possam dar mais condições para que as famílias consigam ter a sua habitação, ao contrário do que era feito, anteriormente, em que era dada prioridade a bairros sociais e onde os problemas sociais se agravavam. Disse ainda que existe uma variação de verbas inscritas em determinados programas



tendo em conta as necessidades atuais e que advém do resultado de um levantamento dessas mesmas necessidades.

Questionado pelo Senhor Deputado Berto Messias (PS) sobre que bairros sociais é que o Governo Regional não deveria ter construído e que são um mau exemplo, o Senhor Vice-Presidente respondeu que o problema dos bairros sociais nada tem haver por ser construído numa determinada freguesia, mas sim pelo facto de serem bairros mal estruturados, em termos de estratégia, mas também pela sua dimensão, tendo em conta o aglomerado que causam.

A Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) questionou o Senhor Vice-Presidente sobre os Foros do Solmar, nomeadamente em que ponto de situação está o processo e como este Governo Regional o encontra, mas também sobre o Bairro da Galega, na Ribeira das Tainhas.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que os Foros Solmar estava num processo muito embrionário, sem estar registado e licenciado, para além de estarem em ruínas e à espera de serem concluídos. Neste momento o Governo Regional aguarda apenas o visto do Tribunal de Contas para iniciar a obra.

A Senhora Deputada Alexandra Manes (BE) questionou sobre o caso de um edifício da Câmara de Santa Cruz das Flores, que já foi um empreendimento turístico, mas que está totalmente abandonado, podendo ser uma resposta rápida para as dificuldades de habitação sentidas na ilha das Flores.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que o Plano Regional Anual prevê a construção de três novas habitações nas Flores e a recuperação de oito habitações, para além dos passos que estão a ser dados para a aquisição de terrenos que possam dar resposta à construção de mais habitação, num processo em parceria com a Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores. Relativamente ao edifício da Câmara de Santa Cruz das Flores, que já foi um empreendimento turístico, o Senhor Vice-Presidente deu nota que o edifício não pertence ao Governo Regional dos Açores, pelo que deverá ser a própria Câmara Municipal a candidatar a recuperação daquele edifício, através, por exemplo, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO:

A Senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto, Mónica Seidi, iniciou a sua intervenção referindo que a política de investimento que enfatiza o setor da Proteção Civil e que é defendida pelo Governo Regional assenta essencialmente em 5 princípios base: sensibilização, prevenção, formação, planeamento e assistência rápida à população. São estes os 5 princípios que regem



o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e que face à sua excelente prestação veem reforçado no plano de investimentos para 2024 a verba que lhes é atribuída. Referiu, também, que a verba para 2024 é de 11,9 milhões, o que representa um aumento de 10% relativamente a 2023. O Governo Regional reforça assim a mensagem que pretende transmitir a todas as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários dos Açores, mas também aos vários parceiros com os quais o Governo tem acordos, nomeadamente ao CIVISA, que recentemente foi alvo de uma alteração justa e meritória relativa ao valor que lhes é atribuído anualmente.

No que diz respeito ao plano de investimentos, o mesmo está dividido em quatro ações, a primeira diz respeito aos equipamentos e comunicações, a segunda relacionada com as infraestruturas da Proteção civil e Bombeiros, a terceira ação corresponde aos protocolos e apoios, uma rubrica que foi reforçada e a última ação que corresponde à formação. Na primeira ação, a Senhora Secretária Regional destacou que se pretende prosseguir a política do Governo Regional ao longo desta legislatura no sentido de renovar, de forma contínua, a frota de todas as Associações. Recordou, também, que ao longo dos últimos 3 anos foram atribuídos mais de 2 milhões de euros destinados a viaturas.

Relativamente à segunda ação, ao nível das infraestruturas, a Senhora Secretária Regional referiu que existem duas rubricas que dizem respeito a projetos de execução para novos quartéis em Vila Franca do Campo e Nordeste, uma vez que são os quartéis que, neste momento, demonstraram uma necessidade premente de serem alterados face às necessidades crescentes deste setor.

Destacou, ainda, o papel essencial do Centro de Formação da Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores, referindo que estão programadas ao longo do ano várias formações com o intuito de dotar as equipas para serem cada vez mais capazes e estarem cada vez mais prontas para dar uma resposta não só na região, mas também para o exterior, como tem sido o caso em diversas situações, quer seja na área dos incêndios, quer também, num futuro próximo, haver uma equipa preparada com 20 elementos destacados para dar resposta a fenómenos extremos, como os sismos, por exemplo, em que há necessidade de haver uma equipa destacada para estruturas colapsadas. Ainda nesta rubrica, realçou a necessidade de se continuar a formar os TAS (Tripulantes de Ambulância e Socorro) de capacidades no que diz respeito à emergência pré-hospitalar.

Relativamente à terceira ação, salientou três pontos, sendo que dois deles constituem-se como uma inovação, nomeadamente o acordo que existe com o Centro de Informação e Vigilância



Sismovulcânica dos Açores (CIVISA) mereceu a duplicação da verba que se cifrava nos 300 mil euros e que passará para 600 mil euros, uma vez que se constitui como uma necessidade, premiando esta estreita colaboração com esta entidade que presta um serviço a toda a Região e a todos os açorianos.

A Senhora Secretária Regional aludiu ao Estatuto Social do Bombeiro, referindo que foi recentemente aprovada a proposta em Conselho de Governo e dará entrada nesta assembleia para seguir os trâmites habituais. Este é um documento que vem melhorar aquilo que já está em vigor, uma vez que é essencial que o regime do bombeiro voluntário seja valorizado de forma que se possa, de forma justa, retribuir aos Bombeiros o trabalho que realizam em prol da Região. Relativamente ao modelo de financiamento que está previsto ser implementado ao longo deste ano, a Senhora Secretária da Saúde e Desporto referiu que o mesmo vem permitir finalmente previsibilidade às associações, sendo esta uma das maiores queixas que destas entidades. Em articulação com os municípios da região pretende-se chegar a um consenso, uma vez que considera que os municípios devem participar na elaboração e na atribuição deste modelo de financiamento. No que diz respeito à verba da formação, a mesma aumenta cerca de 10 mil euros comparativamente ao ano em vigor, sendo que, e de acordo com a Senhora Secretária Regional, o Governo Regional prepara-se para, em 2024, e em articulação com a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais, implementar nas escolas açorianas, até ao nono ano de escolaridade, um projeto de suporte básico de vida, tendo mencionado que é fundamental sensibilizar as crianças e os jovens adultos para a importância que o suporte básico de vida poderá ter em salvar uma vida. Referiu, ainda, que as compressões salvam vidas e é essa a dinâmica que o Governo Regional pretende incutir para que independentemente do grau de diferenciação, é essencial que se promova também a literacia em saúde.

O Senhor Deputado Berto Messias (PS) referiu que, sem prejuízo daquele que é o direito de escrutínio e de fiscalização que qualquer partido político tem neste parlamento, obviamente que a proteção civil é uma matéria suprapartidária e que deve mobilizar todos, no apoio, no respeito, no entendimento e na perceção que esta área exige a todos, em situações de calamidade e de catástrofe, sem prejuízo, obviamente, daquela que é a função fiscalizadora da ação governativa, sendo o Serviço Regional de Proteção Civil um serviço verdadeiramente público. Nesse sentido, aludiu ao facto de a Senhora Secretária ter referido estatuto social do bombeiro que foi recentemente aprovado e não ao estatuto do bombeiro propriamente dito, pelo que questionou em que medida o estatuto do bombeiro terá impacto em 2024 e qual o seu impacto orçamental e financeiro.



A Senhora Secretária Regional respondeu que o estatuto que referenciou é o estatuto social do bombeiro e esclareceu, também, que na Região não existem bombeiros profissionais, mas sim bombeiros assalariados, uma vez que, são considerados bombeiros profissionais os bombeiros municipais e os bombeiros sapadores que não existem na Região. Os bombeiros assalariados são aqueles que prestam o serviço remunerado e que estão ao serviço nas associações e, portanto, têm obviamente um contrato de trabalho e estão dignificados dessa forma.

Continuou referindo que o estatuto social do bombeiro abrangerá os 800 bombeiros da Região, sendo cerca de 400 assalariados e os restantes não assalariados. Há um estatuto em vigor e o Governo Regional pretende apenas melhorar o existente adotando diversas medidas, nomeadamente, ao nível do apoio psicológico, que era algo que não estava contemplado, permitindo que os bombeiros tenham acesso a consultas de psicologia, quer por abrangência ao Serviço Regional de Saúde, quer por protocolo com o próprio Instituto de Segurança Social dos Açores. Outra medida que já existia e que abrange todos os bombeiros é o apoio à educação, que permite que possa haver uma majoração, consoante o nível de diferenciação escolar que o bombeiro possa vir a requerer. Está também prevista uma medida que diz respeito a um apoio extraordinário, uma atribuição de cerca de 50% do valor da retribuição mínima mensal garantida aos bombeiros em regime de voluntariado e que atinjam as 250 horas anuais de regime de voluntariado.

A Senhora Secretária Regional referiu ainda que para os bombeiros assalariados está prevista uma medida a nível da bonificação do tempo de serviço para efeitos de pensão e deixou o exemplo de um bombeiro com 61 anos de idade e que lhe falte cerca de 5 anos para chegar à reforma, será dada a possibilidade de reforma antecipada. O valor relativo a essa atribuição será pago em 50% da reforma completa pela Liga Nacional de Bombeiros, 25% pelo Governo Regional e o bombeiro voluntário os restantes 25%. Em 2024 a Região terá cerca de 20 bombeiros em condições de usufruir desta medida, sendo que a mesma terá um impacto financeiro de 114 mil euros previstos no Plano e Orçamento da Região.

A Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) iniciou a sua intervenção referindo que efetivamente tem existido discussão sobre o estatuto social do bombeiro e que há vontade e curiosidade para que ele se efetive brevemente e perguntou relativamente ao quartel de Vila Franca do Campo, aludindo ao facto da Senhora Secretária Regional ter referido o quartel como uma das prioridades identificadas por este Governo Regional, que passos serão dados para a concretização desta ação.



A Senhora Secretária Regional esclareceu que esta atribuição de prioridades se deve à auscultação das entidades e pelas visitas que o Governo tem feito e que lhes permite constatar que há, efetivamente, corporações que face à dimensão e à atividade que é prestada, tem mais necessidades do que outras. O Governo Regional gostaria de renovar todos os quartéis em simultâneo, mas, infelizmente, por uma questão orçamental não é possível. No que diz respeito ao quartel de Vila Franca do Campo e, face ao serviço que é prestado, é imperioso proceder à ampliação do quartel, sendo que o terreno está identificado. A verba inscrita é para um projeto de execução e, portanto, é certo que ao longo do ano 2024, não haverá um novo quartel, mas o Governo Regional está empenhado em garantir que este processo não pare.

A Senhora Secretária Regional reforçou a importância do serviço de proteção civil, concordando com a afirmação de que esta matéria deve ser suprapartidária. O reconhecimento da importância deste serviço está espelhado no aumento das verbas dos planos de investimentos disponíveis para este setor. Referiu, ainda, que o Governo Regional tem tentado dotar as associações com melhores equipamentos, distribuindo-os ao longo do ano e consoante as necessidades que estão identificadas. Constatou também que ao longo desta legislatura, o Governo Regional já investiu cerca de 34 milhões de euros em todas as associações da Região Autónoma dos Açores e, portanto, que este valor demonstra bem a importância que o Serviço de Proteção Civil e dos Bombeiros da região tem para os Açores e para os açorianos.

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE emitiu parecer desfavorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PPM emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Política Geral deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM, contra do BE e com a abstenção com reserva de posição para Plenário do PS, emitir **parecer favorável**, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM, contra do BE e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, emitir **parecer favorável**, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024”**.

Conforme despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia.

Ponta Delgada, 6 de novembro de 2023

O Relator

Flávio Soares

O presente relatório foi aprovado por maioria, com abstenção do PS.

A Presidente

Elisa Sousa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 66/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2024” E N.º 67/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2024”

6 DE NOVEMBRO DE 2023



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 3 de novembro de 2023, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024” e 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024”.

As supramencionadas propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Sociais no dia 27 de outubro de 2023, com data limite para emissão de parecer setorial e envio deste à Comissão Especializada Permanente de Economia até ao dia 6 de novembro de 2023.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região



Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, a matéria da presente iniciativa, abaixo identificada, é da competência da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Sociais a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024, nas seguintes matérias:

- Apoio à família e às migrações;
- Educação;
- Juventude;
- Cultura;
- Ciência, investigação e inovação tecnológica;
- Solidariedade e segurança social;
- Igualdade de género e combate à discriminação;
- Pobreza e exclusão social;
- Promoção da infância;
- Apoio a idosos;
- Apoio a cidadãos com necessidades especiais;
- Serviço Regional de Saúde;
- Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde;
- Saúde pública e comunitária;
- Saúde e desporto escolar;
- Prevenção e combate às dependências;
- Segurança alimentar;
- Promoção de estilos de vida saudáveis;
- Atividade desportiva profissional e não profissional.

O parecer das propostas de decreto legislativo regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

Com o Plano para 2024 inicia-se o quarto ciclo anual de programação do investimento público nos Açores, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2021-2024. A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo, e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional dos Açores durante o ano de 2024.

A análise da proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento referente a 2024, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre as áreas da sua competência.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2024, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

Quadro

Plano Regional Anual para o ano de 2024

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 – Coesão, transição digital e representação			
1.9 – Emigrado e Regressado			
1.10 – Identidade cultural e Açorianidade	57.702	57.702	
1.11 – Imigrado e Interculturalidade	265.941	265.941	
1.12 - Iniciativas, projetos e infraestruturas de base tecnológica	56.357	56.357	
1.16 – Sistemas de informação e infraestruturas de suporte	1.306.465	1.306.465	
1.17 – Cibersegurança e segurança da informação	5.155.980	5.155.980	
	380.527	380.527	



1.19 – Transição digital	7.663.493	7.663.493	
2 – Desenvolvimento social e inovação			
2.1 – Apoio à Infância e Juventude	3.611.062	3.611.062	
2.2 – Apoio à família, Comunidade e Serviços	4.806.900	4.806.900	
2.3 – Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	5.955.000	5.955.000	
2.4 – Apoio a Idosos	7.035.518	7.035.518	
2.5 – Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza	35.005.023	35.005.023	
2.12 – Programa de incentivos ao Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA)	5.721.134	5.721.134	
2.13 – Ações de valorização e promoção da ciência, tecnologia e inovação	536.418	536.418	
2.14 – Promoção de ecossistemas tecnológicos e digitais	334.783	334.783	
2.15 – Construção de parques de ciência e tecnologia	425.000	425.000	
3 – Finanças, planeamento e empreendedorismo			
3.5 - Serviços Sociais	185.000	185.000	
4 – Educação e dinâmica cultural	42.948.993	42.948.993	
5 – Promoção da Saúde e Proteção Civil	62.422.868	62.422.868	



10 – Juventude, qualificação e estabilidade laboral			
10.1 - Juventude	1.665.000	1.665.000	
10.5 – Transição Digital, Energética e Ações de Promoção	150.000	150.000	

Não foi incluído no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das Obras Públicas (programa 9) mas que são respeitantes a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

- a) 9.25 – SREAC – Construções Escolares;
- b) 9.26 – SREAC – Reparação das Instalações da SREAC;
- c) 9.27 - SRSD – Instalações Desportivas;
- d) 9.28 – SRSD – Ampliação e Remodelação de Infraestruturas;
- e) 9.29 – SRSD – Beneficiação de Infraestruturas;
- f) 9.33 – VPGR – Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia;
- g) 9.34 - SREAC – Defesa e valorização do Património Arquitetónico e Cultural;

DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL:

O Vice-Presidente do Governo Regional começou por fazer a apresentação das áreas que estão sob a sua responsabilidade naquilo que são as propostas de investimento para o próximo ano. Neste seguimento, deu nota que a Vice-Presidência do Governo apresenta globalmente para 2024 um Plano e Orçamento de 100 milhões de euros, tendo como objetivo reforçar ainda mais a componente humanista e social, atenuando as dificuldades das famílias da classe média que precisam de ser apoiadas, nunca esquecendo os mais pobres.



Na área social, o governante deu nota que o Plano de investimentos para o próximo ano é de cerca de 56 milhões de euros, o que representa um aumento de 35% em relação a 2023 e salientou as várias ações que registam um incremento significativo de verbas, como o Compamid, o abono de família e o programa Novos Idosos, que será estendido a todos os concelhos. Destacou, ainda, várias intervenções previstas ao nível de infraestruturas e informou que, pela primeira vez, a Região Autónoma dos Açores terá uma Estratégia Regional para a Inclusão da Pessoa com Deficiência, que é transversal a todos os departamentos do Governo e foi merecedora de um elogio por parte do Instituto Nacional para a Reabilitação.

O Vice-Presidente anunciou ainda que haverá um investimento robusto no apoio à infância e Juventude, com medidas que permitem uma enorme poupança às famílias, como é o caso do alargamento do programa Nascer Mais a todos os concelhos e o reforço nas verbas alocadas tanto ao pagamento de propinas, como de bolsas de estudo para alunos do ensino superior.

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), serão criados 12 pontos de estudo nos territórios mais afetados pela pobreza e exclusão social e será dada continuidade às ações de formação para as famílias abrangidas pelo rendimento social de inserção, de modo a melhorarem as suas competências sociais e profissionais, bem como a sua literacia financeira.

O governante sublinhou a atitude dialogante e cooperante do atual Governo Regional, que durante a presente legislatura já aumentou o valor-padrão de diversas valências, exemplificando com o caso do aumento em mais de 25% do valor pago por utente nas Estruturas Residenciais para Idosos em menos de três anos. A própria revisão do regime jurídico de apoio ao cuidador informal levada a cabo pelo atual Governo Regional permitiu que dezenas de cuidadores, que antes nada recebiam, pudessem agora ser abrangidos por um apoio. Para o Vice-Presidente, o Governo tem agido com responsabilidade.

Outro aspeto sublinhado prende-se com o novo Plano Regional para a Igualdade e a Não Discriminação, um plano inovador que prevê uma “atuação articulada” para combater a violência doméstica na região.

No que toca à área da ciência e tecnologia, o governante sublinhou o aumento da capacidade do sistema científico e tecnológico, ao prever a expansão do parque de ciência e tecnologia e a aquisição de uma infraestrutura avançada de computação, sendo asseguradas as ações necessárias ao seu funcionamento através de contratos programa.

A terminar, asseverou que o Governo Regional dará cumprimento integral ao compromisso assumido no início da legislatura, de reforçar progressivamente a verba de apoio à tripolaridade



da Universidade dos Açores, referindo que no fim da legislatura o valor totalizará os 950.000 EUR.

Aberta a primeira ronda de questões, interveio a deputada Célia Pereira (PS) que, fazendo referência a uma intervenção feita pelo Vice-Presidente em plenário, no mês de abril, em que anunciou um programa denominado “Localizar, Caracterizar e Incluir”, referindo tratar-se de um programa desenvolvido em articulação com outros departamentos governamentais, questionou quais os resultados obtidos até ao presente e que medidas estão a ser realizadas.

A terminar, a deputada afirmou que se assiste a um desinvestimento na área social, ao contrário do anunciado pelo Governo Regional, uma vez que surgem verbas significativas para determinadas ações, mas a execução é demasiado baixa, o que leva a concluir que o Plano Regional Anual agora em análise é pouco credível.

Em jeito de esclarecimento, o Vice-Presidente refutou a leitura feita pela deputada socialista, contra-argumentando com uma série de ações levadas a cabo na presente legislatura e nas inovações que a sua secretaria apresentou, como a Estratégia Regional para a Inclusão da Pessoa com Deficiência, que é inédita e integrada, uma vez que trabalha em articulação com outras áreas governamentais, como a Educação. A título de exemplo, explicou que no ensino pré-escolar as crianças aprenderão língua gestual portuguesa. Para o governante, as críticas feitas demonstram falta de sensatez, uma vez que, desde o seu anúncio até à sua materialização, a Estratégia levou cerca de um ano a surgir, muito menos tempo que aquele que levou o Partido Socialista a materializar a sua Estratégia Regional de Combate à Pobreza, que foi apresentada somente após 20 anos de poder.

No que toca à baixa execução referida pela deputada socialista em termos de obras, o Vice-Presidente explicou que as mesmas não dependem do Governo e que a discussão do Plano é sobre as propostas para 2024, não as taxas de execução, relembrando que o passado do Partido Socialista não era abonatório e exemplificou com a taxa global de execução da solidariedade social que em 2019 se ficou nos 68%, passando para 83% em 2021, ou seja, registando uma subida considerável com o Governo de coligação.

O Vice-Presidente lembrou os aumentos reais nos apoios que se verificaram na área de ação social e as poupanças reais que as famílias fizeram com as medidas do Governo de coligação, com questões como as creches gratuitas e o aumento do Compamid e do valor-padrão. Para o governante, nunca antes se apoiou tanto as famílias como agora, pelo que as críticas apontadas não têm qualquer fundamento.



Em réplica, a deputada Célia Pereira (PS) reconheceu que foram implementadas boas medidas com o atual Governo Regional, e que se apresentarem duas estratégias importantes, mas que merecerão elogio de acordo os projetos e ações a que as mesmas venham a dar lugar. Contudo, disse que se esperava mais, uma vez que algumas das medidas referidas são totalmente financiadas pelo PRR. Assim, questionou o que tinha o Governo Regional a dar aos açorianos para além das medidas do PRR. Disse ainda que em vez de apoio a medicamentos, com o Compamid, o que se deveria trabalhar era o envelhecimento ativo.

Face à questão colocada, o governante referiu que os Açores devem aproveitar todas as verbas que chegam da Europa e que tudo aquilo que o Governo tem anunciado, tem cumprido, ao contrário do que sucedia com o Partido Socialista. A este propósito lembrou que os idosos poderiam ser mais ativos, se o Partido Socialista tivesse implementado o enfermeiro de família proposto pelo CDS-PP em 2012.

De seguida, o deputado Carlos Furtado (DI) pediu a palavra e regozijou-se pela decisão de se estender a todos os concelhos da região o programa Novos Idosos, uma reivindicação sua que viu agora ser acolhida. O deputado elogiou também as propostas apresentadas na área da solidariedade social, bem como o incremento de verbas associadas a determinadas ações muito importantes para a população e solicitou que fosse detalhada a ação 2.5.32 “Apoio ao combate à precariedade económica” e que fosse explicada a razão do decréscimo de verbas na ação 2.1.4. “rede de amas”.

Em resposta, o Vice-Presidente reconheceu que sempre fora pretensão do deputado independente que o Programa Novos Idosos se estendesse aos 19 concelhos da Região, algo que se tornará real em breve. Quanto às questões colocadas, no que toca à ação 2.1.4. “rede de amas”, o governante deu nota que não têm surgido candidatas para fazer o curso de amas, mas, a alterar-se o cenário e caso venha a ser necessário, as verbas poderão ser reforçadas.

Quanto à ação 2.5.32., é nova e tem de ser inscrita no Orçamento para depois ir buscar as verbas europeias, decorrente de alteração de legislação nacional, e resultam do estudo que o ISSA fez no âmbito da FEAC – Fundo Europeu de Apoio às Famílias Carenciadas.

De seguida, a deputada Alexandra Manes (BE) lembrou que havia sido aprovado o DLR que estabelece medidas de apoio aos indivíduos diagnosticados com doença de Machado-Joseph, no plenário de outubro, e questionou se o Plano e Orçamento para a Região contemplam verbas para concretizar as propostas aprovadas.



Em resposta, o Vice-Presidente explicou que tanto o Plano Regional Anual como o Orçamento para 2024 já estavam elaborados, aquando da aprovação do DLR. Não obstante esta realidade, será cumprido o que ficou decidido, mas referiu que o mesmo pode encontrar enquadramento no que está definido para o cuidador informal.

Em réplica, a deputada bloquista referiu que a questão surgiu por ter sido levantada na discussão do DLR em que lhe asseguraram que o cuidador ao domicílio nada tinha a ver com o cuidador informal, mas o Vice-Presidente voltou a afirmar que há pontos comuns entre ambas as figuras.

Por último, a deputada Nícia Inácio (PSD) pediu a palavra e fez uma exposição de diferentes medidas levadas a cabo pelo Governo de coligação com vista a apoiar as famílias, tanto os públicos mais vulneráveis, como a classe média, referindo que os documentos em análise não apresentam medidas avulsas, mas sim soluções, numa conjuntura complexa como aquela em que vivemos. De seguida, solicitou que o governante detalhasse a medida 2.5.23. “HaBitua-te Passo a Passo”, ao que foi esclarecida que se trata de um programa que será trabalhado entre técnicos da Câmara Municipal de Ponta Delgada e da Vice-Presidência do Governo, com vista a dotar os sem-abrigo de competências para que possam sair da rua, ao nível da higiene pessoal, alimentação e acesso a habitação. Segundo o governante, trata-se de um “programa holístico” que será feito em “parceria com quem está no terreno”, designadamente o “poder local” que “está mais próximo das populações”.

Na segunda ronda de questões, inscreveu-se o deputado Paulo Estevão (PPM) que enalteceu as políticas levadas a cabo pelo Governo de coligação para retirar as pessoas da pobreza e da dependência, num caminho completamente inverso ao que era feito pelo Partido Socialista. Relembrou que o complemento regional de pensão, o chamado “cheque-pequenino” duplicou em três anos, que se assiste ao maior número de empregados da história dos Açores e que houve uma redução na ordem dos 40% dos beneficiários do rendimento social de inserção (RSI). Perguntou, após esta explanação, como se conseguiu reduzir em tão elevado número os beneficiários do RSI.

Em resposta, o governante explicou que apesar da conjuntura atual, foi feito um trabalho articulado com os vários departamentos governamentais, no sentido de compreender quem eram os beneficiários e o que necessitavam. Assim, com uma política integrada, uma maior fiscalização e obrigatoriedade de cumprimento de regras por parte dos beneficiários, foi possível empregar muitos dos que se encontravam desempregados. O Vice-Presidente



sublinhou o carácter preventivo e pedagógico das fiscalizações feitas e que conduzem à integração das pessoas no meio laboral ou apontam outros caminhos. A concorrer para os bons resultados estão, também, as formações feitas às famílias beneficiárias do RSI.

Para o deputado Paulo Estevão (PPM), assistiu-se a uma melhoria significativa das políticas de emprego na Região, o que contribui, de facto, para o sucesso dos resultados. A par disso, lembrou que a fiscalização, no passado, não era rigorosa, uma vez que o RSI não é pago com verbas da Região, este era um assunto que não preocupava os governantes socialistas. O deputado terminou a sua intervenção congratulando o trabalho levado a cabo pela Vice-Presidência, que apresenta apoios sociais ajustados às necessidades dos açorianos, desde o início da legislatura, ainda que a mesma tenha sido marcada por várias crises - a da covid19, a inflacionista e os conflitos militares. Um sucesso que, para o governante Artur Lima, se deve a todos os que trabalham em prol dos açorianos.

Seguidamente, o deputado Rui Martins (CDS-PP) salientou que se está perante o último orçamento da legislatura e que sempre foram apresentadas medidas firmes e graduais. No orçamento atualmente em vigor, as creches passaram a ser gratuitas para todos e agora é reafirmado esse compromisso. Também o programa “Novos Idosos” começou como um projeto piloto que gradualmente se foi alargando, com a segurança de que a medida estava a ser bem aceite e que estava a ter o alcance que se pretendia. Nesta sequência, questionou se as propostas para o Plano Regional Anual e o Orçamento da Região para 2024 são o consolidar de um rumo que se trilhou desde o início da governação.

Em jeito de esclarecimento, o Vice-Presidente explicou que uma das prioridades para a legislatura era a de combater o despovoamento e a baixa natalidade, pelo que foi necessário, desde o início, pensar-se em políticas públicas capazes de reverter este cenário, através de medidas eficazes, realizadas de modo integrado. Assiste-se, assim, a um conjunto de medidas que, no seu conjunto, pretendem concorrer para a fixação de pessoas, dando-lhes as devidas condições para que possam ter melhor qualidade de vida. Tem sido possível as famílias fazerem uma poupança muito significativa por via das creches gratuitas. Também se tem apostado na criação de mais emprego, no apoio à juventude com políticas de habitação, no incentivo à natalidade e na criação de condições para uma vida digna para os idosos.

Em réplica, o deputado Rui Martins (CDS-PP) reiterou que houve, efetivamente, sucesso nas medidas aplicadas e que já há vários resultados à vista.



A deputada Nídia Inácio (PSD) corroborou a conclusão feita pelo deputado que a antecedeu e relembrou que a crítica do Partido Socialista se tem focado nas taxas de execução, o que não compreende que aconteça, porque o relatório de execução financeira do terceiro trimestre mostra que a execução do Governo de coligação é superior à do maior partido de oposição quando, em período homólogo de 2019, estava no poder.

A terminar, a deputada Célia Pereira (PS) referiu que foi mencionado que a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, criada pelo Partido Socialista em 2018, seria alvo de revisão, segundo as palavras do Vice-Presidente há cerca de um ano atrás, mas que nada se sabe sobre o seu ponto de situação. Os únicos dados que se conhecem, segundo a deputada socialista, mostram que os Açores estão em contraciclo com o país e com a União Europeia em termos de indicadores da pobreza, pelo que questionou se a ânsia de reduzir o número de beneficiários do RSI levou a que famílias não estejam a receber o devido apoio para saírem da pobreza e voltou a perguntar se há ou não há estratégia para além das conhecidas medidas e ações que integram o PRR.

Em resposta, o Vice-Presidente relembrou que a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social começou a ser pensada no ano de 2001, mas só nasceu em 2018, portanto volvidos 17 anos, o que não dá qualquer legitimidade à deputada de considerar que a revisão, anunciada há cerca de um ano esteja a demorar demasiado tempo, até porque a estratégia está a ser implementada e as ações não foram suspensas. Para além do referido, no que toca a dependências, o Partido Socialista nunca apontou uma única ação para combater este flagelo. Quanto aos sem-abrigo, o governo socialista criou uma obra megalómana que não dá resposta ao problema. Quanto ao envelhecimento ativo, o governo socialista não aplicou nenhuma medida que incentivasse a boas práticas. Todas estas questões, de acordo com o Vice-Presidente, estão a ser trabalhadas de forma diferente, ora em articulação com as autarquias e o poder local, ora pela implementação de programas, como os “Novos Idosos”.

Ainda no uso da palavra, o governante relembrou que foi durante a governação socialista que se registaram os maiores índices de privação material extrema e de desigualdade. Relembrou, também, que há várias medidas que vão para além do PRR, como o apoio à juventude, nomeadamente o apoio no pagamento de propinas e bolsas de estudo - algo que o Partido Socialista nunca aceitou viabilizar por considerar demasiado dispendioso. Feita a explanação, o governante considerou displicente a crítica da deputada socialista às medidas sociais apresentadas pelo Governo de coligação, que são muitas e variadas, e para todas as faixas etárias. O Vice-Presidente concluiu dizendo que a atuação do atual Governo Regional é nas pessoas, contrariamente ao PS que era no betão.



Em réplica, a deputada Célia Pereira (PS) deixou a nota que os números dos beneficiários do RSI evoluíram e sofreram flutuações com aumentos e com decréscimos que acompanharam aquilo que era também o efeito das crises que assolaram a região à semelhança do país e da Europa e concluiu referindo que aquilo que todos pretendem é que estas pessoas mais vulneráveis façam um caminho de crescimento e desenvolvimento pessoal e social.

O Vice-Presidente comungou desta última ideia, referindo que “os nossos caminhos são diferentes, mas o objetivo talvez seja o mesmo”.

Na última ronda, o deputado Tiago Lopes (PS) deu nota que no âmbito da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social são elaborados planos de ação bianuais e dos mesmos constam um conjunto de medidas, ações, metas a atingir e os respetivos recursos a afetar, abrangendo os vários domínios da política pública. Atendendo a que o Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza diz que desde 2018 as Regiões Autónomas apresentam níveis mais elevados de pobreza ou exclusão social nas suas diferentes dimensões, o deputado solicitou ao Vice-Presidente os relatórios dos últimos biénios, desde 2019.

Em resposta, o Vice-Presidente lembrou que os dados apontados pelo Observatório são referentes ao ano 2021, ou seja, ano de pandemia, pelo que não é correto a alusão às conclusões apresentadas. O governante referiu, ainda, que os apoios às famílias foram multissetoriais e bastante reforçados com o Governo de coligação, pelo que os resultados seriam bem mais preocupantes se se tivesse prosseguido com a política da governação socialista. A esse propósito, lembrou que, aquando da tomada de posse do atual Governo, havia somente 1 ponto de estudo na Região, com uma Estratégia que estava em curso há 3 anos. Pouco se fez, a avaliação da Estratégia era muito subjetiva e pouco mensurável, daí a necessidade da sua revisão. Informou, neste seguimento, que a mesma está a ser avaliada por uma entidade independente, sem interferência política.

A terminar, o deputado Paulo Estevão (PPM) retomou a questão levantada pela deputada Célia Pereira (PS), sublinhando que a diminuição do número de beneficiários do RSI em caso algum poderá ser sinónimo de diminuição de direitos. A este propósito lembrou que os direitos estão previstos na legislação, pelo que esta é cumprida na íntegra. A justificação para a diminuição está no facto de a Região ter uma política de sucesso a nível de emprego, uma ideia partilhada pelo Vice-Presidente do Governo Regional.



DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA:

O Subsecretário Regional da Presidência iniciou a sua intervenção referindo que está previsto, no Plano Regional Anual para 2024, um montante de 1 306 465,00 €, que se dividem em três ações, a saber: 1.12.5 - Implementação da Estratégia dos Açores para o Espaço; 1.12.6 - SATSDIFACTION e 1.12.7 - Participação da Região na Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais.

Verifica-se um aumento nas verbas alocadas à área do Espaço, com vista a promover e a desenvolver a Estratégia para o Espaço que foi aprovada no final de 2022.

Está a ser preparado um novo enquadramento de relacionamento com o Estado, com a União Europeia e com outros parceiros que serão importantes no cumprimento dos objetivos e estratégia da Região.

Aberta a primeira ronda, inscreveu-se a deputada Alexandra Manes (BE) que reconheceu a importância da “Estratégia para o Espaço” para os Açores. Nesta sequência, perguntou se o que estava previsto era somente a instalação do radiotelescópio na ilha das Flores ou se seria algo mais abrangente que permitisse fixar jovens e mão de obra qualificada naquela ilha. Perguntou, também, se a verba prevista para a ação 1.12.7 seria dividida entre as duas ilhas com um projeto espacial, entenda-se Santa Maria e Flores, uma vez que a primeira está numa fase muito mais avançada do projeto.

Em resposta, o Subsecretário explicou que a posição geográfica das ilhas para a recolha de dados é muito importante para a comunidade científica, mas tem um custo. A parceria dos Açores com o Instituto Geográfico Nacional de Espanha é muito importante. O referido Instituto cumpriu a sua parte nos termos do acordo elaborado, sendo que a região tem o dever de cumprir a sua. O governante deu nota que se começou a desenvolver algumas valências na ilha das Flores, mas explicou que não se trata de montar uma estrutura alargada com recursos humanos na ilha das Flores. Pretende-se, aos poucos, ir complementando aquilo que são os objetivos na área do Espaço. O mesmo se passa com Santa Maria, pelo que o valor inscrito na ação será para gerir o funcionamento das duas estações, para se continuar a promover o desenvolvimento das duas valências. O Subsecretário informou que, neste momento, o Governo Regional está ainda a pagar o investimento que foi feito inicialmente, pelo que o caminho está a ser trilhado com responsabilidade e segurança.

Em réplica, a deputada bloquista lembrou que era uma exigência do Instituto Espanhol que a ilha das Flores fizesse parte do projeto por se situar na placa tectónica Norte-Americana. Ciente dos constrangimentos financeiros existentes, a deputada questionou se os custos podem



condicionar o projeto RAEGE naquela ilha, tendo sido esclarecida que a ação a desenvolver na ilha é um investimento, não um custo. O Subsecretário corrigiu uma imprecisão referida pela deputada, explicando que a introdução da ilha das Flores na RAEGE foi uma proposta da Região, o que demonstra a importância que a Região dá ao projeto e, conseqüentemente, à ilha das Flores. Salienta, porém, que este é um projeto a ser feito com responsabilidade.

Seguidamente, interveio a deputada Ana Luis (PS) a criticar o Governo Regional pela baixa execução das ações propostas em planos anteriores, o que fazia com que fosse difícil acreditar que seria diferente com as propostas agora em discussão. Feito este preâmbulo, a deputada recordou que no ano transato questionou o Subsecretário do valor afeto ao projeto Nómadas Digitais, e que ficou surpresa quando depois, em dezembro, no debate do projeto de DLR do PS sobre esta mesma matéria, o Governo tenha aparecido com um projeto inovador, mas nada se diz neste Plano e Orçamento sobre o referido projeto. Neste seguimento, questionou o governante acerca do ponto de situação sobre o nomadismo digital.

A deputada foi esclarecida que o assunto havia sido já tratado na Comissão de Economia, por fazer parte de uma área sectorial que integra aquela Comissão, uma resposta refutada pela deputada socialista, referindo que os diplomas sobre esta matéria foram discutidos na Comissão de Assuntos Sociais, razão pela qual coloca a questão.

Em resposta, o Subsecretário reforçou a ideia de esta matéria fazer parte da transição digital, que está afeta a outra Comissão, no entanto prestou os esclarecimentos solicitados, informando que até ao momento se registaram vários contactos que a Direção Regional das Comunicações tem tido com a associação dos nómadas digitais e tem sido desenvolvida uma plataforma e portal Web de suporte à Comunidade Digitais dos Açores.

Em réplica, a deputada Ana Luis (PS) lamentou o facto de nada se ter feito em 2023 e de agora estarem previstos 61000 EUR apenas para a construção da plataforma Web, que está no âmbito da DNA Azores, não havendo referência a verbas para desenvolver a resolução aprovada por maioria na Assembleia, nomeadamente a proposta de nomadismo digital na ilha de São Jorge, proposta pelo CDS-PP. Esta foi uma visão com a qual o Subsecretário mostrou estar em desacordo, referindo que se está a desenvolver o que necessita ser feito na área do apoio ao nomadismo digital, lembrando que estes investimentos devem também desencadear e estimular outros, por parte de privados.



DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO:

A Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego iniciou a sua intervenção explicando que “O plano de orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024 na área da Juventude prevê um valor de 1665000 EUR. Este montante representa um reforço de 9.5% relativamente ao valor fixado no orçamento de 2023, com um crescimento em quase todas as ações”. A governante acrescentou que “o plano de investimentos proposto operacionaliza as grandes orientações de médio prazo, em consonância com preconizado no programa do XIII Governo dos Açores ou ainda na estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027, que tem um objetivo principal, o desenvolvimento de uma Juventude mais capacitada.”

A governante deu nota que se tem aperfeiçoado os programas de educação não formal, no que toca a problemáticas relacionadas com a Juventude e “para a mitigação de questões como a toxicod dependência, a doença mental, abandono escolar precoce, colocando o foco na promoção da mobilidade dos jovens dos Açores dentro e fora da região, como meio de afirmar a identidade açoriana e partilha de experiências entre jovens dos Açores.”

A par do referido, a Secretária Regional destacou algumas áreas em que se verificou um incremento de verbas, como os programas de mobilidade, de intercâmbio, o associativismo e empreendedorismo. Destacou, ainda, um projeto piloto - a implementação da Academia empreendedora em contexto reclusão no estabelecimento prisional de Ponta Delgada -, bem como a criação de um instrumento legislativo, de modo a poder apoiar financeiramente as ideias de negócio eleitas pelo Inova Açores.

Feita a explanação dos pontos principais relativas à área da juventude, foi aberta a primeira ronda de questões, na qual se inscreveu a deputada Ana Luis (PS). Depois de destacar as várias questões problemáticas, já referidas pela Secretária Regional, em que as políticas de juventude assumem um papel fundamental, acrescentou outras como os jovens Nem Nem, a falta de habitação para os jovens e a reduzida qualificação profissional destes. Questionou, nesta sequência, que contributos foram dados, da parte da secretaria que tutela, para o Plano Regional de Saúde, em termos de combate às dependências, para a Estratégia da Educação em termos de combater o absentismo e para resolver a questão dos Nem Nem e da falta de habitação.

Em resposta, a Secretária Regional deu nota que as áreas de intervenção em termos de juventude estão previstas no diploma das políticas da Juventude, que foi aprovado no passado



mês de julho, não tendo intervenção direta noutros setores, mas refere que as várias áreas transversais se articulam. Assim, explicou que a secretaria que tutela tem assento na Task Force, para ajudar a definir medidas para o problema da toxicodependência; que acompanha os jovens que saem do ensino e não têm perspetivas, articulando a ação com a Direção Regional do Emprego e o Gabinete de Orientação Vocacional (GOV) para desenhar o perfil dos mesmos e integrá-los num percurso para mercado de trabalho; que se criou o programa MOOV na área da formação profissional; que há medidas no plano da habitação destinadas aos jovens, como o programa “Famílias com Futuro”, em que os candidatos elegíveis são jovens e adultos até aos 35 anos de idade. Deu, ainda, o exemplo da iniciativa “Academia Empreendedora”, importante no desenvolvimento da capacidade de inovação nos jovens em contexto escolar, e que tem aumentado, de ano para ano, o número de escolas participantes.

Considerando que as respostas não foram claras, a deputada Ana Luis (PS) reiterou a questão, tendo sido esclarecida que tudo o que disse são formas de articulação com outros departamentos governamentais e que, a par disso, as diferentes questões são discutidas em Conselho de Governo, onde todos os Secretários têm assento e dão os seus contributos. Acrescentou que existe um trabalho de auscultação e reflexão para a definição dos objetivos operacionais do Plano Regional para a Literacia e Participação Democrática – DemocraciaZ, uma iniciativa do Governo dos Açores que pretende ser um instrumento multinível, transdisciplinar e interdepartamental para a promoção de exercício mais ativo da cidadania dos jovens açorianos.

Seguidamente, o deputado Flávio Soares (PSD) destacou o aumento de cerca de 10% das verbas alocadas à área da juventude, bem como o facto de se tratar do primeiro orçamento sem qualquer valor de compromissos assumidos ainda pelo governo socialista a pagar. Enalteceu as ações previstas e as novas políticas de juventude que criam mais condições de participação dos jovens, com responsabilização e acompanhamento das associações juvenis, tanto a nível financeiro como de atividades, referindo que as mesmas se demarcam das políticas do passado. Finalizou a sua intervenção solicitando que a Secretária Regional detalhasse mais a questão do associativismo.

Em nota de esclarecimento, a governante disse que existe um sistema de incentivos a atividades dos jovens agora muito mais flexível, que vai ao encontro do que já tinha sido reivindicado pelas associações no que toca à apresentação de despesas elegíveis, ao aumento do prazo de candidaturas, à integração da Associação Académica da Universidade dos Açores



no registo para candidaturas a apoios, bem como de grupos informais de jovens. Para a Secretária Regional, é importante reforçar apoios para as ações das associações, para que as mesmas tenham a capacidade de dar resposta e executar as atividades, devidamente tuteladas financeiramente para o efeito. Terminou reforçando a ideia de que, de facto, pela primeira vez, este Governo Regional tem um plano e orçamento liberto de amarras de compromisso assumido no passado. O plano de investimentos tem uma dotação bastante considerável, superior a 700.000 EUR, toda ela para as ações do Plano, visto que a última verba em dívida foi liquidada este ano de 2023.

Em réplica, o deputado enalteceu o trabalho desenvolvido e, sobretudo, a abertura do Governo Regional para auscultar verdadeiramente os jovens e propor medidas que vão ao encontro das suas reivindicações, algumas das quais foi testemunha como membro com assento nos Conselhos de Juventude dos Açores, mas que nunca antes tinham sido acolhidas.

Na segunda ronda, o deputado Paulo Estevão (PPM) pediu a palavra, começando por uma nota prévia de congratulação pelos resultados obtidos pelo Governo Regional, por ter conseguido algo sem precedentes, entenda-se, o maior número de empregados de sempre. A este respeito, solicitou que a governante fosse mais específica em relação ao sucesso que está a ter nas políticas de emprego junto dos jovens.

A Secretária Regional Maria João Carreiro relembrou vários projetos já em marcha que terão continuidade e que estimulam os jovens na escolha de um futuro profissional, dando-lhes as ferramentas necessárias para a sua futura empregabilidade. A relacionar duas áreas de intervenção, Juventude e Emprego, destacou os programas MOOV, Academia Empreendedora, o GOV (Gabinete de Orientação Vocacional). A responsável pela pasta da Juventude afirmou que o desemprego jovem tem vindo a diminuir e são vários os jovens que, ao terminarem programas de estágio, entram no mercado de trabalho. A corroborar a afirmação, partilhou que 73% dos jovens que frequentaram um programa de estágio no ano letivo 2021-2022 integraram o mercado de trabalho, ou seja, celebraram contrato de trabalho após o estágio.

Aberta a terceira e última ronda de questões, a deputada Ana Luis (PS) interveio, afirmando que “mesmo com dívidas a pagar no passado, a verdade é que os valores executados eram todos inferiores àquilo que agora se diz que se vai executar. Portanto, eu acho é que a falta de credibilidade destes documentos, independentemente das medidas terem o seu mérito.”



Já o deputado Paulo Estevão (PPM) sublinhou a eficácia das medidas, referindo que “aquilo que nós estamos a observar são resultados práticos. São os resultados que se atingiram (...) temos ou não temos o maior número de desempregados da história dos Açores? Temos, isto é um resultado é irrefutável. Temos sucesso no âmbito das políticas da Juventude? Temos. O que quer dizer que as questões muitas vezes não se resolvem com dinheiro, mas com a qualidade dos programas.”

A Secretária Regional reagiu colocando o foco nos resultados, que “dão bem nota do sucesso das nossas políticas na área da Juventude e qualificação profissional.” Elencou, de seguida, um conjunto de evidências factuais que mostram, na sua ótica, como se têm adequado as políticas de Juventude e de Emprego às reais necessidades dos jovens.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO:

A Secretária Regional da Saúde e Desporto iniciou a sua intervenção referindo que faria uma abordagem em três áreas da sua competência – Desporto, Dependências e Saúde.

No que toca ao desporto, partilhou que se tem vindo a registar um aumento de praticantes de atividade desportiva e de não praticantes, mas pessoas que estão ligadas ao desporto, nomeadamente na função de dirigente e treinadores. Do ponto de vista de investimento, apresenta-se o valor mais elevado deste legislatura. Nesta área, realçou os investimentos na ação 5.9, “Desporto, crianças e jovens”, na promoção de uma atividade regular de exercício físico através de contratos e programa; a ação 5.10. “Atividade Desportiva” que contempla programas que são elaborados com as associações das diferentes modalidades presentes na Região Autónoma dos Açores, salientando o apoio que é dado ao atleta formado na região e a nível do alto rendimento, sendo que de momento há 76 atletas neste percurso a que acresce 12 atletas no âmbito do alto rendimento; a ação 5.12. “Instalações Desportivas” e, para finalizar, as iniciativas transversais às diferentes áreas do desporto, salientando também o programa de ética no desporto.

Na área das dependências, indicou que, para enfrentar o problema e sendo uma área que “deve ser prioritária”, foi aumentado o valor no plano de investimentos, estando contemplado para 2024 um aumento de 1,8 milhões de euros relativamente ao presente ano.

A governante anunciou, entre outras, que uma das apostas passa pelo aumento das equipas de prevenção na região. Atualmente existe uma equipa na ilha Terceira e vão ser criadas mais três, nos concelhos de Ribeira Grande e Ponta Delgada (na ilha de São Miguel) e outra na ilha do Faial.



“Percebemos que é necessária uma aposta forte na prevenção. Iremos alocar uma verba muito significativa nestas três equipas”, assegurou a titular da pasta da Saúde nos Açores.

No campo da reinserção, estão previstas verbas destinadas a casas que apoiem os utentes após concluírem o tratamento nas comunidades terapêuticas.

No que toca à área da Saúde, “O XIII Governo Regional assumiu desde sempre o setor da Saúde como um setor prioritário. Pretende-se, desde sempre, uma assunção de uma política de saúde centrada na promoção da saúde, na prevenção da doença e, obviamente, que nada disto se faz sem a valorização dos profissionais de saúde que diariamente estão no terreno, (...) mas que não devem descurar nunca aquilo que é o maior objetivo do Serviço Regional de Saúde: os nossos utentes”, disse a Secretária Regional Mónica Seidi. E prosseguiu: “Reconhecendo que há um caminho a fazer, reconhecendo também que já muito foi feito, mas que obviamente nós não estamos satisfeitos, nem iremos ficar satisfeitos enquanto não conseguirmos atribuir uma acessibilidade neste setor da mesma forma a todos os açorianos”.

Segundo a governante, a Saúde é “uma prioridade” do atual Governo açoriano e “vai naturalmente continuar a ser”. A governante observou que a verba inscrita no plano para 2024 para a Saúde é a “mais elevada da atual legislatura”, tem um aumento de 4%, que corresponde a mais de 1,5 milhões de euros.

Esta verba está distribuída por sete ações, com destaque para as tecnologias da saúde, apetrechamento e modernização.

Como novas ações, destacou que as duas câmaras hiperbáricas que funcionam na Região vão ter certificação e manutenção anual, e que em 2024 avançará um projeto-piloto na área da hospitalização domiciliária.

A titular da pasta da Saúde também adiantou que vai avançar o Plano Regional de Saúde (já está em fase de finalização e vai ser colocado em discussão pública) e será aplicado um projeto-piloto na área do cancro do pulmão, nas ilhas de São Miguel e Terceira.

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra o deputado Tiago Lopes (PS) que sublinhou a enorme falta de credibilidade do plano, atendendo ao histórico de execuções. O deputado disse estar preocupado porque ao fim de 3 anos de governação, “temos os piores resultados financeiros das unidades de saúde da região, com uma degradação muito significativa dos resultados operacionais, dos resultados líquidos, do passivo das unidades de saúde, bem como também da dívida a fornecedores. Isto tem implicações e tem impacto prático



na atividade assistencial.” Face ao explanado, questionou a governante sobre como poderia cumprir com tudo o que foi prometido, como a regularização das carreiras, o que faria o Governo Regional de diferente para reverter a situação presente.

A governante lamentou que o Partido Socialista só consiga levantar dúvidas que descredibilizam não só o trabalho do Governo, mas também o trabalho dos profissionais de saúde. Para a Secretária Regional, o atual Governo teve “a coragem, a sensatez e a ambição de devolver aos profissionais de saúde desta Região algo que, em 24 anos de governação socialista, nunca foi feito” e esta é uma medida que acarreta custos.

A Secretária Regional lembrou que o atual Governo herdou uma enorme dívida na área da Saúde e que em 1997 a dívida foi colocada a zero, mas naquela altura não houve nenhuma capacidade de visão para transformar o Serviço Regional de Saúde, referindo que teria sido o momento ideal para se agir de forma diferente, nunca permitindo que o sector da Saúde voltasse a ser subfinanciado.

“Hoje é trazido efetivamente um Plano que dá resposta e que vem melhorar a resposta que tem sido dada aos açorianos e aos profissionais do Serviço Regional de Saúde. É com isso que podem os açorianos e podem os profissionais do serviço contar, uma resposta que durante 24 anos nunca lhes foi dada”, disse a responsável pela pasta da Saúde. Acrescentou, ainda, que “no pior ano deste Governo, que é o ano de 2022, já se pagou mais do que aquilo que pagou o Partido Socialista no seu melhor ano.”

Em réplica, o deputado socialista reafirmou que este Governo tem tido os piores resultados de sempre em termos de resultados operacionais dos hospitais, de resultados líquidos, do aumento da dívida a fornecedores, do seu passivo e do prazo médio de pagamentos a fornecedores. Acrescentou que, enquanto esteve na oposição, o PSD sempre criticou o subfinanciamento na área da Saúde, mas agora que está no Governo não altera o cenário. A terminar, deu alguns exemplos do que o Governo já prometeu, mas que ainda não materializou. Questionou, portanto, uma vez mais, a governante, “Para a legislatura, regularização de carreiras, pagamento das diárias às casas de saúde, pagamento da dívida a fornecedores. Como é que isso é exequível? Como é que é credível aquilo que o Governo propõe?”

A responsável pela pasta da Saúde admitiu que o setor está subfinanciado e que este era um problema que se fazia sentir também a nível nacional, tal como afirmado pelo Senhor Ministro das Finanças do PS na República. A governante reconheceu que vai demorar algum tempo até se conseguir reestruturar o setor, algo que poderia já estar feito caso o PS tivesse sabido



aproveitar o perdão da dívida em 1997 e lamentou, uma vez mais que, sendo o deputado enfermeiro de profissão, virado para uma humanização de cuidados, o mesmo esteja nesta fase mais preocupado com resultados financeiros e a querer desvalorizar a totalidade daquilo que são os resultados da atividade que o Governo tem conseguido cumprir, ao contrário do que foi apanágio ao longo dos últimos 24 anos da governação socialista. Por último, também considerou pouco apropriado que o deputado Tiago Lopes (PS) levante a questão do pagamento às casas de saúde, quando estas estiveram durante anos subfinanciadas pelo Partido Socialista, ainda que reivindicassem aumentos, uma reivindicação nunca aceite. Ao contrário do que sucedia, este Governo Regional comprometeu-se a aumentar as diárias, tendo já assinado um acordo no final do mês de Julho com as casas de saúde, que permitiu o pagamento de uma tranche já com atualizações, havendo uma segunda tranche ainda no decorrer do ano 2023 e uma nova atualização para 2024.

De seguida, interveio o deputado Rui Martins (CDS-PP) que sublinhou a necessidade de haver um esforço político de todos para que efetivamente se possa reverter a situação de subfinanciamento da Saúde. Relembrou, a esse propósito, o perdão da dívida e os resultados positivos que a Região poderia atualmente ter, caso tivessem sido feitas escolhas acertadas e sensatas, em vez de se criar uma enorme dívida. Feito este preâmbulo, perguntou se com este Orçamento estamos perante a consolidação de políticas que visam devolver dignidade aos profissionais de saúde. Questionou, também, se as medidas propostas seriam um garante para se ter um Sistema Regional de Saúde robusto, sem enfrentar os problemas vividos a nível nacional. Por fim, questionou como tinha sido possível regulamentar o Enfermeiro de Família em tão pouco tempo.

Em resposta às questões colocadas, a Secretária Regional afirmou que esta nova orgânica dentro dos cuidados assistenciais serão uma mais-valia para os utentes. Serão dois os projetos-piloto, eventualmente poderá haver a possibilidade de os fazer crescer, mas serão iniciados em São Miguel, no concelho da povoação, e na e na ilha Terceira, na freguesia de São Sebastião.

Em relação às carreiras, a governante afirmou que nos últimos sete meses o Governo Regional conseguiu um marco histórico. Houve alguns constrangimentos, mas os mesmos foram ou estão a ser resolvidos, porque se tratou de um processo minucioso a nível de contabilização de pontos, “estamos a articular com o sindicato e no início do primeiro trimestre do ano 2024 serão reposicionados os técnicos que estão abrangidos pela famosa lei 34.”



Seguidamente, o deputado Paulo Estevão (PPM) pediu para intervir. Começou por relembrar que a acumulação da dívida nos hospitais foi efetuada durante o mandato do Partido Socialista, mas a dívida era disfarçada por via da Saudaçor. A dívida de 800.000.000 euros está a ser paga pelo atual Governo Regional, que também foi confrontado logo no início desta legislatura com dívidas a fornecedores. De acordo com o deputado, o Governo de coligação está a inverter esta situação e conseguirá continuar neste caminho devido ao crescimento económico que está previsto. “Em 2020, o PIB da região era de 4100 milhões de euros, prevê-se que este ano atinja os 5000, que em 2024 chegue aos 5600 milhões de euros e, em 2025, aos 6000-6000 milhões de euros. É um número espantoso e um crescimento económico tremendo, como nunca aconteceu na Região Autónoma dos Açores”, afirmou o deputado e acrescentou “Prevê-se que os Açores tenham o maior crescimento económico de todas as regiões da Europa. Portanto, é criando riqueza, aumentando o PIB é que vamos ter capacidade para pagar as dívidas da saúde.”

O deputado Paulo Estevão terminou a sua intervenção questionando a Secretária Regional como é que se tem conseguido tão bons resultados apesar de todas estas dificuldades de toda a herança deixada pelo Partido Socialista.

Para a governante, é necessário reconhecer as dificuldades, ouvir as pretensões das classes, sendo certo que não se pode responder de forma afirmativa a todas as reivindicações, porque obviamente o rigor financeiro não permite que assim seja, mas a postura será sempre a de procurar o caminho da resolução.

Em réplica, o deputado enalteceu a postura dialogante do Governo, que tem permitido encontrar as melhores soluções para os problemas existentes ou que vão surgindo.

Por fim, usou da palavra a deputada Ana Quental (PSD) que sublinhou a importância de se cativar profissionais, através da sua valorização e por via da criação de condições de trabalho, nomeadamente, estabilidade profissional.

“Daí que este governo tudo tem feito para a fixação dos mesmos, não só através da valorização das carreiras e reconhecimento dos que trabalham, mas também na abertura de concursos em todas as áreas profissionais”. Neste seguimento, congratulou a Secretária Regional pela regularização dos contratos COVID , integrando no SRS mais de 500 profissionais que neste momento estão a colmatar necessidades permanentes dos respetivos serviços. Relembrou, ainda, o grande esforço financeiro por parte deste Governo para a regularização das carreiras e reposicionamentos remuneratórios dos TSDT, dos Enfermeiros , dos farmacêuticos, que em menos de 3 anos conseguiu a assinatura de acordos históricos nunca antes conseguidos. Feita



esta explanação inicial, afirmou que era com satisfação que verificava a Ação 5.5.1 “Capacitar o SRS de Recursos Humanos - fixação de profissionais de saúde”, perguntando em que medida é que este investimento poderá ajudar a captar e fixar profissionais e em que áreas profissionais estão previstos os incentivos.

A Secretária Regional explicou que, numa primeira fase, os incentivos eram apenas para a carreira médica, mas, como já tinha sido anunciado pelo Governo, havia a intenção de os alargar também aos enfermeiros, porque se reconhece que em ilhas sem hospital é preciso uma motivação para conseguir captar enfermeiros. A governante deu nota que já se iniciou o processo de diálogo com os enfermeiros para se preparar o diploma.

Reconhecendo a necessidade de se atrair também médicos nas ilhas em que a taxa de cobertura de médico de família é mais reduzida, será feita uma majoração superior comparativamente àquilo que existe no diploma que está em vigor. A Secretária Mónica Seidi anunciou que outra medida inscrita no orçamento, e que se prende com a celeridade em se lançar concursos relativamente aos médicos, quando terminam a especialidade, acontece porque a Região estava a perder a recém-especialistas, uma vez que havia uma morosidade na abertura dos concursos.

As explicações apresentadas evidenciam, segundo a deputada social-democrata, a atenção do Governo Regional em relação àquelas que são as necessidades que vão surgindo, num setor que é dinâmico.

Na segunda ronda de questões, pediu a palavra o deputado Tiago Lopes (PS) que, numa curta intervenção, colocou quatro questões à Secretária Regional:

- “A Senhora Secretária reconhece ou não reconhece a falta de tesouraria nas unidades de saúde da região?
- A Senhora Secretária consegue-nos confirmar se há ou não rotura de medicamentos de fornecimento de medicamentos na região por falta de pagamentos?
- E como é que a Senhora Secretária, atendendo àquilo que já expus e também que está na proposta do Plano e Orçamento, vai pagar o que propõe?
- E relativamente à dívida a fornecedores com compromisso deste governo, vai saudar essa dívida até 2024? Como é que irá fazê-lo?”

A governante disse não ter conhecimento de ter havido rotura de medicamentos em qualquer unidade de saúde ou qualquer instituição da região e criticou o tom acusatório com que o



deputado colocou as perguntas, quando no passado, em 2020, na altura em que assumiu o cargo de Diretor Regional da Saúde, houve falta de vacinas da gripe para, por exemplo, grupos de risco. Quanto às dívidas aos fornecedores, “além dos 800.000.000 da Sudaçor que foram herança da governação socialista, a 31/12/2020, havia uma dívida de 145.000.000 a fornecedores, portanto, no total, este Governo de coligação herdou 945.000.000 de dívida no setor da saúde do Partido Socialista. Portanto, não lhe reconheço essa legitimidade para querer saber de forma quase inquisitiva como é que o Governo vai resolver estes problemas, porque é certo é que o Governo tem vindo a resolver, não da forma que o senhor gostaria.”

Concluiu, dizendo que o seu gabinete, em articulação com as diferentes instituições, fez o levantamento de todas as dívidas e encontrou algumas ainda de 2015, pelo que o Governo de coligação está a resolver os problemas deixados e é certo que o subfinanciamento na Saúde será uma questão que demorará muito a ficar sanada.

Em réplica, o deputado Tiago Lopes (PS) insistiu na questão de como seriam pagos todos os compromissos assumidos e, sobre oportunidades perdidas, lembrou que este Governo Regional teve à sua disposição um avultado montante de fundos comunitários, mas pouco executou. Lembrou, ainda, que recebeu uma elevada quantia proveniente do PRR, pelo que tem muito dinheiro à sua disposição.

Assim, voltou a perguntar “Como é que o Hospital do Divino Espírito Santo, que tem um aumento de orçamento que nem chega a 100.000 EUR para 2024, já depois de ter sofrido um corte em 2023, de 3,5 milhões de euros, vai pagar a sua dívida a fornecedores? Como é que vai pagar a regularização das carreiras e vai pagar as diárias que deve às casas de saúde?”

Em esclarecimento, a governante afirmou que em 2024 será abatida uma dívida no valor de 75.000.000 euros, por via da passagem da dívida comercial a dívida financeira.

A próxima intervenção ficou a cargo da deputada Salomé Matos (PSD) que recentrou o tema da audição, criticando a oposição por se focar em questões financeiras, quando grande parte da dívida é proveniente da sua gestão danosa que fez com que se acumulasse um elevadíssimo valor na ordem de 1 milhão de euros que o Governo de coligação está a pagar. Feita esta observação, a deputada questionou em que medida é que esta paz social e a motivação dos profissionais (que deriva da sua valorização, por via da regularização de carreiras) podem contribuir para que o Plano Regional de Saúde seja implementado na próxima década, de forma bem-sucedida.



A Secretária Regional explicou que, de facto, só com profissionais motivados é que se consegue levar a cabo uma implementação eficaz do Plano Regional de Saúde, um documento estratégico, até 2030. O mesmo sofreu um atraso na sua elaboração, mas será colocado, no presente mês, em apreciação pública. O documento assenta em vários programas de atuação. “Obviamente que há que ter em conta aquilo que são, por exemplo, as doenças mais prevalentes na região e elaborar vários programas nesse sentido, por exemplo, o programa de alimentação saudável, o programa de saúde escolar, o programa da luta contra o tabagismo, o de comportamentos aditivos, de redução de comportamentos aditivos e dependências”, foram alguns dos exemplos avançados pela governante.

O deputado Paulo Estevão (PPM) interveio de seguida, começando também por criticar a postura do deputado socialista nas suas intervenções tão somente por não acreditar nas propostas do Plano e Orçamento, por considerar que o Governo será incapaz de concretizar aquilo que ele próprio não conseguiu enquanto esteve em funções executivas.

O deputado do Partido Popular Monárquico referiu que “Em 2 legislaturas, o PIB da Região Autónoma dos Açores irá duplicar, será o maior crescimento da nossa história.”, contribuindo para tal as medidas que têm sido levadas a cabo, como a diminuição de impostos. O deputado voltou, também, a lembrar um conjunto de ações que o Governo dos Açores tem desenvolvido com vista a apoiar a população. Por fim, afirmou que “o setor da saúde existe para os utentes”, tendo-se sentido melhorias significativas nas condições de acesso à saúde. Neste seguimento, solicitou que a Secretária Regional detalhasse as melhorias sentidas a este nível.

Em resposta, a governante afirmou que, em paralelo com a regularização das carreiras dos profissionais de saúde, está-se a garantir aos utentes uma melhor acessibilidade, melhores condições no que concerne às instalações, aos equipamentos que têm ao dispor, como é o facto de terem um maior número de deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital. A Secretária Mónica Seidi falou em equipamentos com mais de 20 anos, como um mamógrafo, e que, “felizmente, ao abrigo também das verbas disponíveis do PRR, temos conseguido aqui uma renovação que, obviamente, de forma indireta, traz uma melhoria nos cuidados que são prestados.” E acrescentou que, “A hospitalização domiciliária é um projeto piloto” e será possível em alguns casos “manter um internamento em casa com o apoio diário de uma equipa de médicos e enfermeiros que se deslocará ao domicílio”. Estes foram alguns dos exemplos do



trabalho que tem sido desenvolvido para a melhoria da prestação de cuidados de saúde às populações.

Após a explanação detalhada apresentada, o deputado Rui Martins (CDS-PP) sublinhou que muito tem sido feito, não obstante a situação financeira com que a área da Saúde se depara e questionou se, a par da dívida herdada, havia algum plano de pagamentos deixado pelo Partido Socialista para ser colocado em prática. Perguntou, também, se os 3.000.000 de euros gastos pelo Partido Socialista em máscaras defeituosas também seriam uma boa ajuda para abater essa dívida.

Em resposta, a Secretária Regional partilhou que não foi herdado nenhum plano de pagamento das dívidas e que o dinheiro gasto com as máscaras com defeitos foi mais um problema, mas asseverou que, apesar de tudo, “o Governo Regional continua a fazer o seu trabalho e, portanto, estamos cá para reconhecer aquilo que não foi feito, reconhecer que há muito ainda que tem que ser feito, assumir que há subfinanciamento e trabalhar para que num futuro próximo se possa vir a dar uma resposta melhor aos fornecedores”, nunca esquecendo os utentes que do Serviço Regional de Saúde dependem.

Na terceira e última ronda, interveio, mais uma vez, o deputado Tiago Lopes (PS) que depois de referir ações que não foram executadas em anos anteriores e de relembrar os problemas financeiros na área da saúde, lembrou que os hospitais não fazem abortos nos Açores e que as mulheres estão sem acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) no arquipélago, algo que considera inaceitável.

Já o deputado Paulo Estevão (PPM) disse que o discurso político do Partido Socialista era marcado pela hipocrisia, porque é o principal responsável pela dívida, não teve meios de a pagar e agora, numa atitude inquisitiva, questiona como pagará este Governo a dívida da Saúde. Feita esta observação, afirmou que a atenção deve ser dada às medidas, mais concretamente ao que vai beneficiar as pessoas, como o aumento do complemento especial para doentes oncológicos em 15% e o aumento para os doentes deslocados.

A terminar, o deputado Flávio Soares (PSD) pediu para intervir, dizendo que a intervenção do deputado socialista era uma tentativa de branquear o seu passado, que agora vem pedir satisfações quando, por exemplo, a diária das casas de saúde não sofria uma atualização desde



2008. Terminada a sua observação, colocou uma questão sobre as dependências, um problema sério que a Região enfrenta. Assim, e tendo em consideração que se trata de uma área prioritária, não tivesse o Governo alocado mais 600.000 euros a esta ação por comparação ao ano transato, pediu que fosse detalhado o trabalho que tem feito pela Task Force nos Açores.

Numa resposta conjunta, a Secretária Regional explicou que o deputado Tiago Lopes (PS) estava a menosprezar todo o trabalho desenvolvido pela Direção Regional de Saúde, relembrando que a situação vivida nos Açores em nada se compara com o clima de crispação que se vive a nível nacional e que coloca em causa a prestação de cuidados de saúde aos utentes. Isso só foi possível com o diálogo que se tem vindo a manter e com as políticas que o XIII Governo Regional tem levado a cabo na área.

Quanto à IVG, a governante reconheceu que não se tem executado a prática nos Açores, mas tal se prende pela razão de não se poder obrigar os objetores de consciência a praticarem o aborto. Ainda assim, a governante referiu que nenhuma mulher é impedida de o fazer, tendo, para o efeito, de se deslocar ao continente.

Explicado este ponto, a Secretária Regional corroborou as afirmações do deputado Paulo Estevão (PPM), nomeadamente o facto de estarmos perante um Plano e Orçamento que aposta na Saúde, melhorando as condições para todos, quer sejam os profissionais, quer sejam os utentes, e explicou, de forma mais minuciosa, o funcionamento da Task Force. A este propósito, informou que a estrutura reuniu, pela primeira vez, em maio, com formato alargado, com diversos parceiros e entidades do setor social e até com forças policiais e que têm feito um trabalho de grande importância.

As reuniões são mensais e, para além de se verificar a necessidade de se avançarmos com equipas de rua inicialmente previstas para o concelho de Ponta Delgada, percebeu-se que as mesmas teriam de ser alargadas ao concelho da Ribeira Grande. Trata-se de equipas que funcionam em complementaridade com o setor social, com a presença de um psiquiatra e também do infeciologista.

Foi adquirida um aparelho que faz a identificação de situações de overdose e para o próximo dia 11 de dezembro, o diretor do Observatório Europeu virá à Região conhecer a realidade das dependências no arquipélago, o que permitirá aprofundar o trabalho de parceria que tem sido feito.

Para concluir a audição da Secretária Regional, foram colocadas questões sobre a área do desporto. Assim, o deputado Paulo Estevão (PPM) questionou o que estava previsto programa



regional de desporto para todos “Açores Ativos”, tendo sido esclarecido que é “um projeto de abrangência regional e que tem possibilitado a prática regular da atividade física a diferentes faixas etárias. É um programa de sucesso, é um programa que é, obviamente, para manter e é um dos programas que justifica esta associação entre saúde e desporto.”

Já o deputado Tiago Lopes (PS) perguntou se se “prevê aumentar os apoios contemplados na marca Açores, uma vez que foi reduzida, por exemplo, a verba este ano para a equipa de futebol do Santa Clara” e se a Secretária Regional se revia nas declarações do Diretor Regional do Desporto relativamente ao mérito da equipa do Santa Clara.

Em resposta, a governante desfez o equívoco, explicando que a palavra “Açores” da equipa profissional do Santa Clara não está na alçada da Direção Regional do Desporto, que apoia sim clubes participantes em competições não profissionais. A governante acrescentou que não tinha qualquer conhecimento de a verba ter sido reduzida.

Em réplica, o deputado Tiago Lopes (PS) perguntou se no âmbito da alteração do regime jurídico que houve de apoio ao movimento associativo desportivo e às alterações que foram introduzidas, nomeadamente na naquilo que é a relação entre a Secretaria Regional da Saúde e Desporto e a Secretaria Regional do Turismo e Transportes e Mobilidade, não houve articulação sobre os critérios e os apoios a atribuir. E, por último, questionou a redução de verbas que houve e se a mesma poderá ter algum tipo de reversão no próximo no próximo ano.

A governante recordou que, no âmbito das alterações introduzidas do regime jurídico, houve um ponto que o Governo propunha e que dizia respeito à relevância desportiva passar para a competência da Direção Regional do Desporto, mas a bancada do Partido Socialista votou contra, inviabilizando que tal acontecesse.

A terminar, o deputado Paulo Estevão (PPM) referiu que há também avanços que foram feitos em termos de igualdade de género e pediu que a governante detalhasse o que foi feito a esse respeito no desporto, tendo a Secretária Regional explicado que “os valores de apoios são os mesmos, quer para as equipas femininas, quer para as equipas masculinas”, uma luta travada na Assembleia, perante a discrepância que havia entre os valores atribuídos no passado.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS:

A Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Sociais iniciou a sua intervenção referindo que “Desde o início do mandato que temos aumentado sucessivamente as verbas para o setor



da Educação, cuja maior fatia do Plano vai para a ação social escolar, para onde estão reservados sete milhões de euros, um aumento de 41,3% face ao Plano deste ano”.

Segundo explicou a titular da pasta da Educação nos Açores, as verbas inscritas no Plano, na área da ação social escolar, representam também um “esforço” do Executivo de coligação (PSD, CDS-PP e PPM), no apoio às famílias açorianas.

Sofia Ribeiro explicou ainda aos deputados, que, dos 36 milhões de euros de investimento previstos para o setor em 2024 (um aumento de 27% em relação ao Plano de 2023), 14 milhões de euros se destinam ao programa das “escolas digitais”, através do qual serão adquiridos novos equipamento pedagógicos, financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Já na área dos Assuntos Culturais, a governante realçou os valores inscritos no Plano para 2024 (6,4 milhões de euros), que representam um aumento de cerca 43% (mais dois milhões de euros), face ao Plano do corrente ano, que se destinam ao reforço dos apoios aos agentes culturais, às filarmónicas e à manutenção dos botes baleeiros em várias ilhas.

Aberta a primeira ronda de questões, interveio do deputado Rodolfo Franca (PS), que, não obstante a riqueza do plano de investimentos, considera que falta credibilidade ao mesmo. Para o deputado, “falar de educação é essencialmente e, acima de tudo, falar de projetos educativos”, mas a execução desta ação, no ano transato, foi muito baixa, pelo que não compreende que se reforce a quantia desta, a não ser que haja algum projeto ainda não divulgado, questionando a Secretária Regional no sentido de obter esse esclarecimento. Também a ação relativa às “Escolas Digitais” mereceu a atenção do deputado socialista, pelo incremento de verbas a ela associada. Mais uma vez, e atendendo aos resultados públicos da execução do terceiro trimestre do presente ano, 931.000€, bem como a execução de 2022 que se ficou pelos 5 M€, questionou como se explica o diferencial entre o que se propõe e o que se executa. A terminar, fez referência à “formação de recursos humanos”, que, seguindo os exemplos anteriores, também regista um aumento de verbas, mas as execuções passadas ficam aquém do desejado.

Em jeito de esclarecimento, a Secretária Regional explicou que a riqueza do Plano é aferida pelas ações apresentadas. Quanto à execução, lembrou que há contas que são fechadas agora, no mês de novembro, relativas a despesas do lançamento do ano letivo, pelo que é natural que algumas ações apresentassem baixa execução no final de setembro.

“Juntando as questões 1 e 3, para além de terem uma dotação própria no Plano de investimentos, também têm tratamento específico no âmbito do PRR”. Verifica-se a



manutenção dos projetos e da formação, no âmbito da ação das escolas digitais, que tem vindo a crescer. Em termos de execução do PRR na área da educação, a governante partilhou que aquilo que se regista é um exemplo da boa execução das verbas.

Em réplica, o deputado insistiu no pedido de esclarecimentos acerca das questões colocadas, questionando que novas ações justificam uma diferença tão grande em termos de investimento.

A Secretária Sofia Ribeiro reiterou que a definição de verbas passou por uma definição de um aumento progressivo e sucessivo e que o Governo tem cumprido com a execução desse aumento progressivo e sucessivo. A mesma lembrou o reforço de desmaterialização de manuais escolares e o reforço de equipamentos das nossas escolas, como foi o caso da aquisição de 20 pianos verticais, porque há anos que as escolas não tinham instrumentos acústicos de qualidade. Em termos de projetos educativos, referiu o programa do pensamento computacional, que é uma inovação na região, e a literacia no que respeita à alimentação, com várias campanhas nas escolas referentes à saúde escolar e às lancheiras saudáveis.

De seguida, interveio o deputado Paulo Estevão (PPM) que realçou a aposta na valorização dos profissionais de educação levada a cabo pelo Governo de coligação e questionou se este investimento feito motivou os profissionais e se esta não seria uma aposta nuclear com efeitos positivos, em termos globais, neste setor. O deputado lembrou, também, a nova medida do Governo que irá abranger também todos os funcionários públicos regionais, na medida em que a irá permitir a redução do tempo de progressão na carreira, que irá motivar os funcionários porque as carreiras estavam estagnadas e agora vai ser possível progredir no mínimo com menos 40% do tempo.

A Secretária Regional não tem dúvidas dos efeitos positivos da valorização dos profissionais da educação e partilhou outra prática da tutela que contribui para o clima de paz social que se vive na área da Educação. Segundo a governante, há um envolvimento real das escolas na definição de políticas para a nossa Região, porque as reformas profundas que têm vindo a ser feitas foram sempre em articulação com as escolas.

A governante referiu que, no ano transato, o Partido Socialista considerava que as medidas propostas pelo Governo de coligação não eram exequíveis, mas o que é facto é que elas aconteceram. Agora volta a falar em falta de credibilidade.



Em réplica, o deputado Paulo Estevão (PS) sublinhou que, de facto, se vive uma paz social na área da Educação, devido ao diálogo e à atitude cooperante existente por parte da tutela, motivo pelo qual não há manifestações como há a nível nacional, o descontentamento tremendo de quem se sente prejudicado, com prejuízo para os alunos.

Para a governante, “é precisamente esta valorização que nós continuamos a fazer com esta noção de que este investimento nos quadros, nas progressões e nas condições de trabalho destes profissionais têm, obviamente, um impacto orçamental”, mas traduzem-se em benefícios para os alunos.

Seguidamente, a deputada Délia Melo (PSD) pediu a palavra, referindo que, “ao se analisar amiúde o orçamento para 2024, verificamos a continuidade das políticas deste Governo, tanto em termos de medidas que possam mitigar o problema de falta de docentes, como a valorização dos recursos humanos e a questão de aliviar os encargos das famílias com a Educação. Também se percebe que é uma das áreas da administração pública com maior alocação de recursos humanos, onde foi feita e continuará a ser feita a regularização de vínculos precários, proporcionando estabilidade aos profissionais da educação.” Para além disso, acrescentou que “analisando o Plano Regional Anual para 2024, especificamente o que está previsto para a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais, verificamos que em nenhuma ação há um decréscimo de verbas por comparação a 2023 e há, inclusivamente, a introdução de novas ações” e pediu que a governante detalhasse a ação relativa à Educação Inclusiva, bem como o montante destinado aos apoios aos Incentivos à Fixação de Pessoal Docente, uma medida que surge pela primeira vez.

Em resposta, a governante deu nota que, no âmbito da Educação Inclusiva, está prevista a aquisição de equipamentos para alunos com necessidades especiais e verba destinada aos beneficiários de apoio extraordinário, que prestam um acompanhamento permanente aos alunos, com um número que tem vindo a crescer ao longo dos anos. Já no que respeita aos incentivos à fixação de pessoal docente, a governante referiu que para além da verba afeta à ação, têm sido levadas a cabo outras ações de incentivo em articulação com outros departamentos do Governo e que têm depois uma consequência direta na área da Educação, como o caso da resolução do problema de habitação para docentes na ilha do Corvo. Acrescentou que, tal como está definido no próprio Estatuto da Carreira Docente, há incentivos definidos, sendo necessário fazer-se a regulamentação dos mesmos para a sua implementação, um trabalho a ser realizado no futuro próximo.



Para a segunda ronda de questões, voltou a inscrever-se o deputado Rodolfo Franca (PS) que, não tendo compreendido as respostas anteriores, voltou em insistir nas questões já colocadas, perguntando objetivamente como é que o aumento das verbas se traduz na promoção do sucesso educativo dos alunos. Para o deputado socialista, não se compreende a razão de não estar inscrita uma ação com vista ao combate ao abandono escolar precoce, como já houve no passado, e não serem clarificados os projetos educativos.

Para esclarecer o deputado, a Secretária Regional explicou que existe uma ação específica relativa ao abandono precoce da educação e da formação, em articulação com a área da qualificação profissional, destinada a alunos com mais de 18 anos e que, portanto, já não estejam na escolaridade obrigatória e que precisam de ter respostas diferenciadas. Falou, também, da verba afeta à ação social escolar, que permite dar condições aos alunos e às famílias para poderem ter acesso ao que necessitam na escola e lembrou a alteração de situações que coartavam os direitos dos alunos no passado, mas que foram corrigidas com o atual Governo Regional. E, por fim, lembrou que são feitas abordagens diferenciadas nas salas de aula, com novas dinâmicas de ensino, desde o pré-escolar até ao 12º ano e que tudo isso promove o sucesso educativo.

Ainda que concordando com a Secretária Regional, o deputado Rodolfo Franca (PS) voltou a perguntar a razão de se desvalorizar, na sua ótica, o que são projetos pedagógicos, uma afirmação desmentida pela Secretária Regional que voltou a frisar que nenhum projeto pedagógico teve o seu termo. Os projetos estão a decorrer nas escolas, sendo que se algum foi alterado, tal se deveu à avaliação feita pela própria escola de que teria de ser alterado, por já não se justificar a sua continuação.

O deputado Paulo estevão (PPM) lembrou a quantidade de medidas que o atual Governo tem feito para cativar os jovens para a profissão, lembrando que os projetos pedagógicos só podem ser desenvolvidos se houver recursos humanos qualificados nas nossas escolas, uma situação sempre ignorada pelo Partido Socialista enquanto esteve no poder, não obstante as sucessivas chamadas de atenção.

A governante Sofia Ribeiro asseverou que o Governo Regional começou a trabalhar na mitigação do problema da falta de professores, desde que tomou posse, lembrando as ações inscritas no Orçamento da Região para o efeito e todas as alterações legislativas no sentido de tornar a profissão mais justa e atrativa.



Já a deputada Délia Melo (PSD) criticou o discurso do deputado socialista que recorre a taxas de execução, não referindo aqueles que são números menos abonatórios para o seu partido, e deu o exemplo das taxas de execução na área da Educação que, em 2019, se fixou nos 69%, tendo subido para os 81% em 2022. A deputada social-democrata disse discordar com a visão sectária do deputado da oposição, uma vez que todas as medidas levadas a cabo na Educação concorrem para o sucesso educativo dos alunos, não havendo, por isso, a necessidade de se inscrever uma ação epigrafada de “promoção do sucesso educativo”. De seguida, questionou a governante se toda a paz social no setor seria um garante para uma educação de qualidade, sem se ter de enfrentar os problemas verificados a nível nacional.

A Secretária Regional explicou que houve, realmente, um enorme esforço em dotar os quadros dos recursos humanos necessários, tanto ao nível de docentes, como de pessoal de ação educativa e que só com os profissionais devidamente qualificados e com condições adequadas de trabalho é que se consegue desenvolver tudo o resto.

Na última ronda referente à área da Educação, e na sequência do facto da Secretária Regional negar o desaparecimento de projetos educativos concretos, o deputado Rodolfo Franca (PS) questionou a razão de ter desaparecido o projeto de intervenção comunitária que integrava o ProSucesso no passado.

Já o deputado Paulo Estevão (PPM) perguntou se as escolas não deverão pensar nos seus próprios projetos, ao abrigo da sua autonomia e tendo em conta a especificidade de cada uma.

A governante afirmou que há articulação com as autarquias para a implementação do projeto de intervenção comunitária. Aliás, este é um plano que inicialmente sai da estrutura governativa, mas que depois é apropriada pelas próprias escolas que o trabalham de forma diferente, consoante as suas realidades, e sempre em articulação com parceiros locais. Ainda em relação aos projetos educativos, a Secretária Regional lembrou que, em 2019-2020, a verba destinada à promoção do sucesso educativo escolar era quase na totalidade usada para o pagamento de programas ocupacionais. 3 milhões de euros destinavam-se a este fim, não propriamente para o desenvolvimento de projetos.

No que toca à questão levantada pelo deputado Paulo Estevão (PPM), efetivamente as escolas têm autonomia para desenvolverem os seus próprios projetos.

Já no domínio da Cultura, a deputada Marta Matos (PS) pediu a palavra para lamentar que esta área esteja a perder o seu papel estratégico devido ao desinvestimento do Governo Regional. A



deputada fez referência a atrasos nos pagamentos a agentes culturais, bem como a baixa execução do valor afeto às ações e, perante o exposto, perguntou como se pode confiar num Plano que reforça o valor destinado à área, quando a realidade mostra a falta de investimento no setor cultural.

A Secretária Regional deu nota da transparência dos processos, explicando que os agentes culturais passaram a ter uma cópia de uma ata com a avaliação dos júris, de modo a perceber em concreto quais são os critérios de avaliação da concessão de apoios. Ademais, acrescentou que não acompanha a leitura feita pela deputada socialista em relação à baixa execução de verbas, lembrando que em 2019, nesta altura, Governo anterior tinha procedido ao pagamento de pouco mais de 2.700.000 EUR no âmbito de todo o investimento da cultura, situação bem menos favorável que aquela que agora se regista.

Em réplica, a deputada referiu que o Plano de investimentos para a Cultura para 2024 não pode ser justo, nem pode ser rigoroso se for dissociado do contexto dos três planos que o antecederam e que o contexto que atualmente se vive no setor é de desvalorização e desconsideração, pelo que não considera que os documentos em análise venham mudar a situação. “Há as palavras e os papéis não correspondem aos atos nem se refletem, infelizmente, em resultados”, concluiu a deputada.

A Secretária Regional reconheceu os atrasos nos pagamentos, explicando a razão dos mesmos, e lembrou o que tem sido feito pela tutela, como a revisão do programa “Ler Açores”. E, sobre as contas, voltou a frisar que no ano de 2019, o valor pago ficou muito aquém do investimento que o atual Governo Regional está a fazer.

O deputado Paulo Estevão (PPM) disse ser evidente que deverão ser introduzidas mudanças para aumentar a celeridade na atribuição dos apoios às atividades culturais e questionou se estava prevista esta revisão, mantendo a transparência do processo.

A Secretária Regional disse que o processo foi difícil e moroso e que depois da comunicação dos critérios de aferição para atribuição de apoios, houve proponentes que apresentaram contestação, porque não estavam habituados a apresentar algum tipo de documentos. Assim, considera que esta nova transparência dada a todo o processo, bem como os novos critérios introduzidos irão concorrer para que em 2024 haja uma maior capacidade de resposta.



Por último, a deputada Alexandra Manes (BE) enalteceu o facto de se estar perante um Plano que aumenta substancialmente as verbas para o setor da Cultura e solicitou que a governante detalhasse a ação “ProMuseus”.

A deputada foi esclarecida que o Governo está a trabalhar com a Universidades dos Açores, no âmbito de parcerias e que o “ProMuseus” é uma iniciativa de âmbito nacional, havendo 3 museus na Região que se candidataram e que foram selecionados. Assim, está definida uma verba para garantir a comparticipação regional, de modo que os museus possam ter adesão ao projeto nacional. Explicou que há todo um trabalho que “é feito pelos nossos serviços de promoção cultural, nomeadamente os museus e as bibliotecas, no sentido de nós criarmos mecanismos de informação para que os agentes culturais aos mais diversos níveis possam potenciar o acesso a apoios e financiamento, no âmbito cultural, quer seja de a nível nacional, quer seja Internacional”.

Na segunda ronda de questões, a deputada Délia Melo (PSD) interveio, lembrando que “recentemente o Teatro Micaelense completou 72 anos, tendo sido remodelado e atualizado há cerca de 20 anos, pelo que este espaço nobre da nossa Região sofreu do mal de muitos outros edifícios – a falta de manutenção. Agora, como é inevitável, apresenta sérios problemas de infiltrações, de térmitas, de conforto”. Feito este enquadramento, perguntou se o valor previsto para o contrato-programa do próximo ano acomoda esta necessidade de intervenção cujo levantamento já foi feito pelo Conselho de Administração do Teatro Micaelense.

Em resposta, a Secretária Regional explicou que o valor visa dotar o teatro de verba que possa permitir esses investimentos. Lembrou que já foi feito um esforço para o aumento salarial dos trabalhadores que eram severamente prejudicados, quando comparados com outras estruturas culturais no país e até mesmo com a administração pública regional.

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer **de abstenção**, com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas dos Decretos Legislativos em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas dos Decretos Legislativos em análise.



O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas dos Decretos Legislativos em análise.

A Representação Parlamentar do CH parecer **de abstenção**, com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas dos Decretos Legislativos em análise.

A Representação Parlamentar do IL emitiu parecer **desfavorável**, quanto às Propostas dos Decretos Legislativos em análise.

O Grupo Parlamentar do BE, sem direito a voto, emitiu parecer **desfavorável**, quanto às Propostas dos Decretos Legislativos em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP, com os votos contra do IL e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do CH, emitir por maioria **parecer favorável**, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024”;
- 2) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP, com os votos contra do IL e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e CH, emitir por maioria **parecer favorável**, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67 – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”.

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento do devido processo legislativo, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 6 de novembro de 2023.



A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(J. Joaquim F. Machado)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER SETORIAL

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 66/XII – “PLANO REGIONAL
ANUAL PARA O ANO DE 2024” E N.º 67/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES PARA O ANO DE 2024”

14 DE NOVEMBRO DE 2023



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu nos dias 2 e 3 de novembro de 2023, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024” e 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024”.

As supramencionadas propostas foram remetidas à Comissão Permanente de Economia, no dia 27 de outubro de 2023, com data-limite para emissão de parecer até ao dia 14 de novembro de 2023.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias abaixo identificadas são da competência da Comissão Permanente de Economia.



PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão Permanente de Economia a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024, nas seguintes matérias:

- Património próprio e autonomia patrimonial da Região;
- Planeamento e estatística;
- Finanças e sistema fiscal;
- Orçamento e contabilidade pública;
- Privatizações;
- Setor público empresarial regional;
- Competitividade e inovação empresarial;
- Transportes e comunicações;
- Agricultura e pecuária;
- Arrendamento rural;
- Florestas e produção florestal;
- Pescas e aquicultura;
- Turismo;
- Comércio e indústria;
- Artesanato;
- Defesa do consumidor e da concorrência;
- Desenvolvimento rural;
- Remuneração complementar dos trabalhadores da administração pública;
- Sistemas de incentivos;
- Parcerias público-privadas;
- *Marketing* e publicidade.

O parecer das propostas de decreto legislativo regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ações, que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

Com o Plano para 2024 inicia-se o quarto ciclo anual de programação do investimento público nos Açores, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2021-2024. A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do governo durante o ano de 2024.

A análise da proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento referente a 2024, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre as áreas da sua competência.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2024, referente aos objetivos e programas da área de competência desta Comissão Especializada Permanente:

ANÁLISE DA PROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2024

Quadro

Plano Regional Anual para o ano de 2024

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Economia)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
2 – Desenvolvimento social e inovação			
2.10 – Aerogare Civil das Lajes	3.800.000	3.800.000	
TOTAL	3.800.000	3.800.000	

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
3 – Finanças, planeamento e empreendedorismo			
3.1 – Competitividade Empresarial	59.236.000	59.236.000	
3.6 – Estatística	35.750	35.750	
3.7 – Planeamento e Finanças	9.672.288	9.672.288	



3.8 – Comércio e Indústria	6.100.000	6.100.000	
3.9 – Gestão e promoção da “Marca Açores”	1.285.000	1.285.000	
3.15 – Coesão Territorial - Transportes	5.000.000	5.000.000	
TOTAL	81.329.038	81.329.038	

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
6 – Economia Rural			
6.1 – Investigação, Inovação, Capacitação e Competitividade	50.807.706	35.885.417	14.922.289
6.2 – Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas Nota: as ações 6.2.2, 6.2.4, 6.2.5, 6.2.16, 6.2.30, 6.2.32 e 6.2.33 foram alvo de análise por parte da CAPADS	44.970.041	13.428.317	31.541.724
6.3 – Infraestruturas públicas de apoio ao sector produtivo	20.334.214	15.823.166	4.511.048
TOTAL	116.111.961	65.136.900	50.975.061

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
7 – Economia do Mar			
7.1 – Controlo, Inspeção e Gestão	27.938.574	27.938.574	
7.2 – Infraestruturas de Apoio às Pescas	2.487.123	2.487.123	
7.3 – Frota e Recursos Humanos	4.576.100	4.576.100	



7.4 – Produtos da Pesca e da Aquicultura	1.871.768	1.871.768	
7.5 – Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020 e do Mar 2030	2.549.489	2.549.489	
7.7 – Escola do Mar dos Açores	665.500	665.500	
7.8 – Gestão e licenciamento marítimo	180.000	180.000	
TOTAL	40.268.554	40.268.554	

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
9 – Desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas			
9.5 – Promoção de Desenvolvimento Turístico	14.147.047	9.001.500	5.145.547
9.6 – Sustentabilidade do destino turístico	1.570.889	1.570.889	
9.7 – Qualificação do Destino	3.429.154	3.429.154	
9.8 – Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários	51.780.154	13.952.933	37.827.221
9.9 – Gestão dos Aeródromos Regionais	4.284.800	4.284.800	
9.10 – Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas	56.540.692	56.540.692	
9.11 – Dinamização dos Transportes	247.832	247.832	
9.12 – Coesão Territorial - Transportes	1.500.000	1.500.000	
9.13 – Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	50.455.523	12.076.059	38.379.464



9.14 – Modernização, Construção e Gestão de Infraestruturas	41.576.086	41.576.086	
9.15 – Reabilitação de estradas regionais	8.235.000	8.235.000	
9.16 – Construção, ampliação e remodelação de edifícios públicos	2.375.000	2.375.000	
9.17 – Integração paisagística de zonas adjacentes às estradas regionais	877.000	877.000	
9.18 – Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo - infraestruturas de pesca e de proteção marítima	974.192	974.192	
9.19 – Execução do Plano de Recuperação e Resiliência	29.714.556	29.714.556	
9.20 – Sistema de transportes terrestres e segurança rodoviária	3.734.683	3.734.683	
9.21 – Laboratório Regional de Engenharia Civil	678.939	678.939	
9.22 – Cooperação com diversas entidades	5.525.000	5.525.000	
9.23 – Sensibilização e divulgação	50.000	50.000	
9.24 – Saúde e segurança no trabalho	110.000	110.000	
9.30 – SRADR - Infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo	700.000	700.000	
9.31 – SRMP - Infraestruturas de apoio às pescas	480.000	480.000	



9.39 – SRJQPE - Infraestruturas de apoio à qualificação profissional	3.500.000	3.500.000	
9.40 – SRFAP – Orçamento participativo	7.500	7.500	
9.41 – Infraestruturas de apoio às empresas turísticas	10.000	10.000	
9.42 – Melhoria dos Sistemas da SRTMI	100.000	100.000	
9.43 – Laboratório de Experimentação da Administração Pública dos Açores	430.600	430.600	
TOTAL	283.034.647	206.827.962	76.206.685

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
10 – Juventude, qualificação e estabilidade laboral			
10.3 – Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	800.000	800.000	
10.4 – Apoio ao Consumidor	100.000	100.000	
TOTAL	900.000	900.000	

* Importa referir que o Programa 9 espelha, em ações específicas, as obras públicas das diferentes áreas governamentais, tendo as respetivas Comissões Especializadas analisado aquelas a que se inserem no âmbito das suas competências.

Nos dias 2 e 3 de novembro de 2023 a comissão procedeu às audições dos membros do Governo.



DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO:

<https://video.alra.pt/Asset/Details/63958aad-5246-4898-8110-fd1afad16c7a>

A Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego iniciou a sua intervenção referindo que participava nesta audição na Comissão de Economia para abordar a proposta de Plano e Orçamento para 2024 no que diz respeito às áreas do artesanato e da defesa do consumidor.

Referiu que a verba disponível para a área do artesanato totaliza 800 mil euros, ou seja, que o Governo dos Açores reforça no ano de 2024, em mais de 185 mil euros o investimento neste setor, distribuindo-se por 4 ações: competitividade, inovação e qualificação do artesanato no valor de 40 mil euros; artesanato criativo e empreendedor no valor de 80 mil euros; sistema de incentivos ao desenvolvimento do artesanato, no valor de 300 mil euros; e produção e comercialização, um o apoio direto aos artesãos e unidades artesanais através do SIDART, que é reforçada em 100 mil euros.

Para apoiar a produção, a comercialização e a desnacionalização do artesanato dos Açores, regista se um reforço de investimento 130 mil euros, ou seja, o Governo dos Açores, prevê investir um total de 380 mil euros na aproximação de artesãos açorianos, na realização de eventos de dinamização promocional e comercial, como forma também de combater a fragilidade económica deste setor.

A Secretária Regional referiu, ainda, que este ano existia um total de 131 unidades artesanais certificadas pela marca “Artesanato dos Açores” espalhadas por todas as ilhas dos Açores.

Terminou esta sua primeira intervenção, dizendo que o apoio ao consumidor é assegurado através de 2 ações em concreto, que totalizam um valor previsto no plano de 2024 de 100 mil euros, sendo que a ação afeta à Associação de Consumidores da Região Autónoma dos Açores (ACRAA) foi reforçada em 59%.

Feita esta apresentação inicial por parte da Governante, passou-se aos pedidos de esclarecimento por parte das Senhoras e dos Senhores Deputados.

O Deputado Carlos Silva começou por dizer que estes documentos assentam numa realidade que não é a que nós vivemos e que, ao analisar os pareceres que recebemos, em particular da Associação dos Consumidores nos Açores, o que é dito desmente a Senhora Secretária, ou seja, entende-se, pela análise do referido documento, que o Governo Regional continua a desconsiderar e a ignorar o consumidor e que há diversas queixas, nomeadamente da ACRAA,



exatamente pelo boicote que tem sido feito pelo Governo Regional a esta entidade. O Deputado finalizou dizendo que é esta a questão que importa colocar nesse momento.

A Secretária Regional respondeu que, com este Governo, os apoios dados no âmbito da defesa do consumidor são de 100 mil euros e que o Plano e Orçamento espelham muito bem as ações de promoção e defesa do consumidor.

O Deputado Carlos Silva voltou a lembrar que o parecer da ACRAA é muito claro naquilo que refere. E por último, disse que importa falar dos valores da execução que deixam muito a desejar. Por exemplo, em relação ao terceiro trimestre de 2023, no caso do apoio ao consumidor, a taxa de execução foi de apenas 49%, questionando como é que se pode acreditar neste plano e orçamento, quando o histórico deste Governo é de grande incapacidade na execução de verbas.

Ao que a Secretária Regional respondeu que a única ação que não foi executada desde plano foi precisamente a ação da promoção de defesa do consumidor, devido a um projeto da ACRAA que esta não concretizou.

O Deputado António Vasco Viveiros perguntou, na opinião da Sra. Secretária, quais são as vantagens, relativamente ao diferencial do IVA entre o continente e a região, sendo certo que a taxa geral do IVA baixou de 18 para 16%, com este Governo.

A Secretária Regional respondeu que “todos nós sabemos o quanto isso tem impacto positivo na economia da nossa região”.

O Deputado Rui Martins, relativamente à promoção do artesanato e “naquilo que são as tradições”, ou seja, algumas artes que identificam a Região, havendo a aplicação de outras técnicas e a transformação dessa arte em peças mais contemporâneas, lembrando o facto de ter havido artesãos açorianos a ganhar prémios, o Deputado quis saber se o reforço da verba que anunciou, poderá ser uma forma de atrair mais artistas açorianos.

A Secretária Regional respondeu que é por via da aposta na promoção e no estímulo para a abertura ao mercado Internacional, sobretudo nas áreas do artesanato com design contemporâneo, que se consegue maior presença em feiras e uma dinamização da Região na projeção além-fronteiras.



DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL:

<https://video.alra.pt/Asset/Details/c4db5e90-1958-4d6e-9fc4-0413b6fa6be7>

O Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural iniciou a sua intervenção referindo que o Plano Regional tem um aumento de 14% relativamente a 2023, ou seja, mais 8 milhões de euros.

Relativamente aos eixos de intervenção, no projeto 6.1 - investigação e inovação, capacitação e competitividade, comparativamente a 2023, referiu que há um aumento no investimento total de 9% e de 15% no Capítulo 50. No projeto 6.2 - desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas, apontou para um aumento de 8% no investimento e um aumento de 2% no Capítulo 50. E no projeto 6.3 - Infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo, referiu um aumento de mais de 3% no total do investimento e um aumento de 24% no Capítulo 50.

Em linhas gerais, segundo o Secretário Regional, vai-se dar início à aplicação do PEPAC 23-27 em termos de investimento, porque em termos de ajudas já se iniciou este ano. Nesse sentido, há a destacar, o aumento de 13%, ou seja, mais 2 milhões de euros no apoio ao rendimento e resiliência da atividade agrícola, um aumento de mais 27%, ou seja, 1 milhão de euros no apoio ao desenvolvimento local de base comunitária, o programa LEADER.

Relativamente aos caminhos agrícolas, rurais e florestais, verifica-se um aumento de 13% comparativamente a 2023, mais 1 milhão de euros, repartidos entre fundos comunitários e fundos próprios, totalizando uma verba de 9.9 milhões euros.

No que se refere ao PRR, acrescentou que há um investimento de 16,3 milhões de euros, que correspondem à construção de matadouro de São Jorge, a reestruturação do matadouro do Pico, o laboratório de leite de São Miguel, a conclusão das obras de beneficiação do matadouro de São Miguel e o Observatório Agroalimentar. Essas obras tornam a repetir-se porque, de facto, não houve possibilidade de começar o matadouro de São Jorge, pelo facto do primeiro concurso ter ficado deserto.

No que concerne à formação e literacia, há uma aposta de 2,4 milhões de euros, mais 140% do que em 2023. Em termos de serviços de Ilha, ou seja, dos serviços de desenvolvimento Agrário que existem nas 9 ilhas, há mais 49% de verbas do que em 2023, correspondendo ao montante de 1,5 milhões de euros.



Relativamente ao programa POSEI, assegurou os apoios sem qualquer corte, ou seja, sem quaisquer rateios.

No que concerne à área da segurança alimentar, sanidade animal e sanidade vegetal, diz ter um montante apreciável no valor de 5 milhões de euros.

Relativamente às florestas, destacou, nas medidas florestais do desenvolvimento rural, o início de candidaturas à florestação com um acréscimo de 5% relativamente a 2023, correspondendo a um valor de 2,8 milhões de euros. A manutenção do sistema de rotação dos perímetros florestais e das matas públicas, tem um incremento de 20%. Há também, na gestão dos recursos cinegéticos, um aumento de 14% na produção de trutas, codornizes e perdizes.

No que se refere à investigação científica, apontou as articulações com a Universidade dos Açores e a Fundação Gaspar Frutuoso, onde se inclui um serviço de análise, avaliação e diagnóstico da fertilidade dos solos dos Açores e o melhoramento fitossanitário de castas tradicionais dos Açores, desenvolvimento da produção do plantio de bananeiras e floricultura por micropropagação, um projeto de caracterização da raça autóctone da abelha regional e aquisição de serviços para a certificação dos perímetros florestais.

Destacou a economia circular como uma área fundamental para os Açores, quer no presente, quer no futuro. Disse estar na segunda fase de elaboração da candidatura, no valor de 28 milhões de euros para a referida economia circular.

Para além dos projetos estratégicos já foram elaborados, o leite, a carne, a floricultura, a horticultura e a vitivinicultura, pretende-se em 2024, desenvolver o plano estratégico para as raças autóctones e para a equinicultura.

Relativamente à qualificação dos produtos para 2024, disse que o Governo vai candidatar a nossa variedade de milho regional à Direção Geral de Alimentação e Veterinária para inscrição no catálogo nacional de variedades de espécies agrícolas e hortícolas, primeiro com a elaboração do caderno de especificações para o nabo da Terra e para o borrego em Santa Maria e a meloa da Graciosa, DOP ou IGP. Acrescentou que se está em fase de aprovação o processo da manteiga DOP e vai-se iniciar o projeto de candidatura à UNESCO do queijo São Jorge DOP a património imaterial da humanidade.

Feita esta apresentação inicial por parte do Governante, passou-se aos pedidos de esclarecimento por parte das Senhoras e dos Senhores Deputados.

A Deputada Patrícia Miranda começou por lembrar que há duas formas de assegurar o rendimento dos agricultores, uma pelo preço de venda do que produzem, outra pelo impacto



dos custos de produção. Neste momento, nenhuma das formas é favorável. Nesse sentido, tudo o que for desenvolvimento no sentido de baixar os custos de produção numa exploração é essencial. E nesse sentido, o parecer do CESA volta a referir exatamente isso. Esperavam um reforço na manutenção das infraestruturas agrícolas, reivindicado já em 2023, e onde já falava no retrocesso que se evidenciava na agricultura, nomeadamente nessas infraestruturas. Em 2024 volta a manifestar as mesmas preocupações, quer na sua manutenção, quer na sua solicitação.

A Deputada lembrou que os últimos 3 anos de governação deste Governo, por exemplo, em 2021 ficaram por executar cerca de 3 milhões de euros só em infraestruturas agrícolas. Em 2022, ficaram por executar mais de 6,8 milhões de euros só nesta área. Em 2023, foram cortados 3 milhões de euros. E olhando agora para os últimos documentos e faltando apenas 3 meses para o final do ano, ainda falta executar 19 milhões de euros. Ou seja, somando são cerca de 30 milhões de euros que foram perdidos e que muita falta faz aos nossos agricultores.

Concluiu, dizendo que o que se pode aferir deste plano é que não tem credibilidade e a forma clara de averiguar isso é olhando para histórico deste Governo.

O Secretário Regional respondeu que em termos de taxas de execução, a 31 de outubro de 2023, este Governo tem uma execução de 74,9%, de 2018 a 30 de outubro a execução era de 66,18%, em 2019 era de 70,7% e em 2020 era de 71,18%.

Em matéria de apoio aos custos de produção, o Secretário Regional referiu o apoio de 80% à compra de sementes de milho, em 2022 e 2023, apoiando mais de 1.000 agricultores, numa despesa de quase 2 milhões de euros, uma parte comparticipada com fundos comunitários e outra parte com verbas regionais.

Para a rede viária disse haver um aumento de um milhão de euros para caminhos agrícolas, rurais e florestais.

No âmbito do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal, disse que iam aumentar em 13%, ou seja, mais 2 milhões de euros no apoio ao rendimento e resiliência da atividade agrícola.

Relativamente à produção de leite, disse que o Governo não se pode substituir à descida do preço do leite e lembrou que foi este Governo que atribuí 1,5 cêntimos por litro de leite, no valor global de 4,2 milhões de euros, em 2021, e que também foi este Governo que implementou um programa de redução da produção de leite, que o ano passado atingiu 32 milhões de litros de leite a 0,15 cêntimos.



Quanto às taxas de execução, de 2002 para 2020, em 19 anos da execução, a dotação foi de 56.872.468 euros com uma média de execução de 48.077.125 euros. Em 2021 e 2022 a dotação foi de 62.341.363 euros e a execução foi de 50.576.270, mais de 2 milhões de execução do que a média dos anos da governação do PS.

O Deputado Marco Costa levantou uma questão que tem a ver com a agroruralidade por ilha, nomeadamente com a caracterização que tem sido feita das produções locais e das raças autóctones, quis saber qual tem sido a evolução destes temas.

O Secretário Regional respondeu que a produção alimentar regional e local é fundamental, como também é fundamental a criação do mercado interno para as trocas comerciais. Explicou que “uma das formas de obter energia, energia alimentar para os animais é através da produção de milho forragem” e que desde 2018, houve um aumento de 1400 hectares de produção de milho e lembrou, mais uma vez, a ajuda na compra de sementes, quer de milho, quer de sorgo. Em 2022, candidataram-se 1.821 agricultores, com uma área de milho de 10.774 hectares, num valor de ajuda de 1,8 milhões de euros.

Outra ajuda tem a ver com a implementação de pastagens bio diversas e nesse sentido, o Governo já apoiou mais de 800 hectares relativamente à instalação de pastagens. Por fim, referiu que só para evitar rateios, quer no POSEI, quer no PRORURAL+, a Região avançou com cerca de 20 milhões de euros.

O Deputado Rui Martins quis saber se o pagamento dos apoios sem rateios supera os aumentos nos custos de produção, ou seja, se o que os produtores agora recebem a mais, cobre os aumentos que têm sofrido nos custos de produção.

Relativamente aos caminhos agrícolas, o Deputado perguntou se há algum plano que prioriza as intervenções.

O Secretário Regional respondeu que, relativamente aos caminhos agrícolas, aquela que tem sido a estratégia é de aumentar progressivamente as dotações relativamente à intervenção nesses caminhos. Lembrou que esse trabalho requer rever o estatuto das vias terrestres.

O Deputado Carlos Furtado começou por dizer que acredita que as receitas previstas neste plano são exequíveis, tanto mais que elas apontam para receitas de impostos diretos e indiretos, mas com crescimentos que o Deputado diz não acreditar.

Dessa forma, quis saber se essas receitas não se concretizarem, se será a Secretaria da Agricultura a sacrificada.



O Secretário Regional respondeu que não tem razões para duvidar da dotação da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

A Deputada Vitória Pereira perguntou quantos agricultores foram abrangidos pela resolução de regularização dos terrenos agrícolas e a que montante ficaram afetos.

O Deputado Mario Tomé, relativamente aos caminhos agrícolas da ilha do Pico, cerca de 300 km de caminho a uma quota extremamente elevada em que as alterações climáticas cada vez mais têm um impacto negativo nestas vias, lembrou que o Governante, há 2 anos, falou num plano estratégico relativo à questão dos caminhos rurais.

Nesse sentido, o Deputado perguntou qual é a conclusão desse plano relativo às questões dos caminhos rurais da ilha do Pico.

O Secretário Regional começou por dizer que os processo de regularização do parcelar foram um processo tripartido entre a Federação Agrícola, o Governo Regional e o Ministério da Agricultura. Foi possível regularizar terrenos de 1.263 agricultores, num total de 10.889 parcelas corrigidas, o que corresponde a 8.693 hectares regularizados nos Açores. O que, em termos de fundos comunitários, corresponde a uma “não perda” de 5 milhões de euros.

Relativamente à estratégia para os caminhos agrícolas, o Secretário Regional concorda com o Deputado Mário Tomé ao dizer que são necessários fundos comunitários para os caminhos agrícolas.

Nesse sentido, disse que, todos os caminhos que sejam da competência da IROA SA possam ter uma participação de 100%, para não haver despesa regional. No que diz respeito ao Pico, disse que, com 1 milhão de euros, foi possível comprar vários equipamentos e que, também, reforçaram a equipa humana, em mais 10 assistentes operacionais.

O Deputado Carlos Furtado questionou se o Governo Regional tem alguma margem de manobra para intervir e apoiar os produtores de leite, caso a degradação do preço do leite continue a acentuar-se.

O Secretário Regional respondeu que “o Governo Regional estará sempre atento e a acompanhar aquilo que é a evolução do setor, não só no leite, mas também na carne, como na diversificação e, juntamente, com os parceiros, respetivos representantes, quando for necessário acudir, acudiremos, quando for necessário implementar novas medidas assim o faremos.”



DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS:

<https://video.alra.pt/Asset/Details/ae85b3df-b5b6-4713-8d1f-d4c4e7cc212f>

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas iniciou a sua intervenção referindo que a proposta de plano regional anual para 2024 prevê, não só um aumento de investimento no turismo como, sobretudo, uma alteração seletiva da tipologia de investimento realizado para potenciar o desenvolvimento turístico em linha com o renovado Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, o PEMTA 2030.

No turismo há ainda um incremento no investimento da qualificação do destino, reforçando a aposta na qualidade da nossa oferta, nomeadamente com a implementação da primeira rede integrada de natureza e aventura e com surgimento das primeiras grandes rotas pedestres na ilha de São Miguel e na ilha do Pico.

De salientar o investimento na melhoria da operacionalidade e segurança nas infraestruturas aeroportuárias da responsabilidade da Região, com realce para a continuação dos trabalhos relativos à ampliação pista do aeroporto do Pico.

Lembrou a melhoria do sistema de transportes aéreos e marítimos de forma sustentável e com o intuito de potenciar um verdadeiro mercado interno na Região, reforçando em cerca de 20% o investimento no serviço público de transporte aéreo e marítimo interilhas assegurando a manutenção das OSP.

Ainda promovendo o desenvolvimento de um plano estratégico para o Porto de Ponta Delgada com horizonte de longo prazo, para além do reforço do apoio ao tráfego local disse visar também a modernização da frota e a recuperação dos estragos provocados pelo Furação Lorenzo.

Por fim, referiu-se ao investimento no sistema de transportes terrestres, assegurando um novo regime de prestação de serviços.

Feita esta apresentação inicial por parte do Governante, passou-se aos pedidos de esclarecimento por parte das Senhoras e dos Senhores Deputados.

O Deputado Manuel Ramos, fazendo referência a uma preocupação que também está presente no relatório do Conselho Económico e Social dos Açores, o CESA, que diz respeito à redução das viagens da Ryanair, quis saber qual o impacto no turismo, principalmente na época baixa, porque há algo muito importante que importa combater, a sazonalidade e nesse sentido



perguntou quais os mecanismos que o Governo Regional está a usar para, efetivamente, combater essa dificuldade.

Relativamente aos alojamentos locais, o Deputado destacou a sua importância na distribuição dos ganhos do turismo e, de acordo com as preocupações manifestadas no parecer na Associação de Turismo Local, questionou sobre a estratégia que está a ser desenvolvida.

A Secretária Regional começou por dizer que “desde há muito que sou uma grande defensora do Alojamento Local, sobretudo em territórios como o nosso, porque permite a dispersão de turistas por todas as ilhas e o rendimento desses fluxos”, disse, acrescentando que é um desígnio que está patente na estratégia para o turismo dos Açores plasmada no PEMTA 2030.

Para combater a sazonalidade, o Governo está a criar um conjunto de medidas através da Visit Azores, as designadas “Escapadinhas” em quase todas as ilhas dos Açores, as que ficaram de fora, segundo a Governante, foi por opção própria, referindo-se aos casos do Pico e do Corvo, que não aceitaram as condições propostas.

Relativamente à questão da Ryanair, a Governante disse que o que está a acontecer, é a um reposicionamento de alguns voos através de outras companhias, nomeadamente pela TAP que já está a aumentar a sua frequência para Ponta Delgada e Terceira. Acrescentou que, neste momento, a Azores Airlines já está com 21 voos semanais na época baixa, para Ponta Delgada. No Inverno, 2023-2024, a Região tem mais 14 frequências para o exterior, ou seja, “o mercado está a ocupar o espaço que outros deixaram”.

O Deputado Manuel Ramos, disse que tendo em conta que o alojamento local é a fração mais frágil deste setor, perguntou se existe algum estudo, por parte desta secretaria, para determinar se as medidas que estão a ser implementadas e o investimento que está a ser feito no turismo se equipara à promoção que era feita pelas escalas da Ryanair.

A Secretária Regional começou por dizer que o Alojamento Local não está só ligado às *low cost*, mas sim a um nicho de mercado mais específico. Anunciou que, neste momento, a TAP está a oferecer passagens mais baratas que a Ryanair, o que reforça a competição que há pelo destino Açores.

O Deputado Antonio Lima, relativamente ao POTRRA pergunta se se confirma que o Governo não o vai rever nesta legislatura. No que diz respeito às obrigações de transporte aéreo, as OSP, perguntou como é se pretende assegurar esse serviço com as baixas taxas de execução que o Governo apresenta, para além de sofrerem uma redução na dotação orçamental.



Outra questão que o Deputado colocou, diz respeito às declarações da Sra. Secretária quando disse que há outras companhias a conseguirem acomodar os voos para os Açores, nesse sentido, perguntou, então, porque é que se continua a pagar à Ryanair.

Por fim, no que diz respeito ao processo de privatização da SATA, o Deputado quis saber quais as garantias que este Governo nos pode dar de que as rotas que a SATA tem se irão manter com os novos proprietários.

A Secretária Regional começou por dizer que desde o início que, para este Governo, o PEMTA teria prioridade em relação ao POTRAA, ou seja, só depois do PEMTA estar em vigor é que se passa ao POTRAA.

Em relação às OSP, disse que não há nenhuma redução, muito pelo contrário, apresentam um valor de 43 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 34.4%.

Quanto à permanência da Ryanair, a Governante defende que é algo que se tem de continuar a defender, porque as outras companhias ocupam o espaço que ela deixa, mas não ocupam o espaço total, e, do ponto de vista da promoção e do destino, perder uma companhia com esta notoriedade seria muito negativo para o prosseguimento dos nossos objetivos turísticos.

Relativamente ao processo de privatização da SATA, respondeu que as garantias são as que estão no caderno de encargos, acrescentando que “o assunto está entregue ao júri, eu não tenho nenhum comentário a fazer, isso é matéria que não está no âmbito desta Comissão discutir, porque ainda está entregue ao júri do concurso”, concluiu.

O Deputado Rui Martins perguntou se a Sra. Secretária considera necessário proceder a alguma alteração legislativa a nível regional para que, no fundo, não haja nenhum impacto negativo pela aplicação da lei nacional que afeta o Alojamento Local.

No que diz respeito às OSP, deu nota de que o orçamento de Estado deste ano tem 9 milhões de euros para essas obrigações de serviço público, questionando se o Governo Regional tem alguma indicação da possibilidade da SATA ser ressarcida ou compensada com essa verba, por ter assegurado estas obrigações de serviço Público enquanto o Governo da República empurrava para a frente todo este processo.

A Secretária Regional respondeu que, em termos de regras, o novo orçamento de Estado impõe aos AL são, efetivamente, regras muito penalizadoras do ponto de vista da fiscalidade, quando assume que o problema da falta de habitação para os residentes é da responsabilidade do alojamento local. Afirmou que não concorda com isso, defendendo que “o problema da habitação se resolve com construir habitação, construindo habitação social, nós somos dos



países da Europa, Portugal é o país da Europa com menos habitação social”. Nesse sentido, tudo farão para que este tipo de turismo não seja prejudicado.

Sobre a Ryanair, disse que “o acordo que se conseguiu foi um bom acordo, porque resolve o problema da promoção, cria oportunidades a outras a outras companhias e, portanto, há uma diversificação que também é boa para a Região”.

Relativamente às OSP e à deliberação do Conselho de Ministros, a Secretária Regional disse que o Governo vai continuar a pedir que seja feita a compensação das OSP que não foram objeto de concurso.

O Deputado António Vasco Viveiros perguntou se, aquilo que é a instabilidade que se vive no médio oriente, poderá levar a um aumento na procura por Portugal, principalmente no que toca ao fator segurança. Ao que a Secretária Regional respondeu que, relativamente aos mercados internacionais ainda não havia dados objetivos que permita tirar conclusões.

O Deputado Carlos Furtado relativamente à promoção turística da região, disse que há um aumento de dotação orçamental para essa rubrica, sendo que a Sra. Secretária já disse que a saída da Ryanair está devidamente colmatada, perguntou qual é a necessidade, de quase se duplicar os incentivos à promoção turística da Região.

Relativamente aos sistemas transportes terrestres, o plano e orçamento para 2024 não apresenta uma dotação expressiva. Tendo em conta, segundo o Deputado, que esta ação é bastante ambiciosa e que requer uma dotação bastante maior, quis saber como é que o Governo pretende implementar este sistema, tendo em conta, também, que, ao que parece, não há nenhum plano de transportes da Região, nem consenso quanto ao mesmo.

A Secretária Regional respondeu que a SATA continua a fazer o que considera comercialmente mais adequado à sua atividade e, em paralelo, segue o processo de privatização. No que diz respeito à promoção turística, disse que esta é uma ação permanente, porque “os turistas que vêm cá não são os que vêm no ano seguinte e os mercados são concorrenciais e os destinos são concorrenciais e é preciso estar sempre atento ao mercado para não permitir ou não deixar que se recua naquilo que da promoção é fundamental”.

Em relação às verbas dos transportes terrestres, o sistema tem um crescimento global de 19.3% e, em relação ao plano dos transportes, a Secretária Regional lembrou que foi um plano aprovado em Conselho do Governo e diz respeito a transportes de várias modalidades, incluindo o transporte marítimo.



O Deputado Carlos Silva, relativamente ao que já foi dito sobre a Ryanair, concorda com os benefícios que a companhia traz para a região, mas quanto ao acordo, “não foi um bom acordo, foi um mal necessário, foi o que foi possível fazer tendo em conta as circunstâncias, até porque nós pagamos mais à Ryanair por muito menos serviços, o que tem um impacto muito significativo, sobretudo em São Miguel, com uma redução que chega a atingir, em alguns casos, os 70%. Portanto, isso não pode ser um bom acordo”.

Relativamente à sustentabilidade do destino turístico, quando analisamos as taxas de execução e nos deparamos com uma taxa de apenas 22% e que a qualificação do turismo tem apenas uma execução de 34%, ou seja, execuções manifestamente baixas, sobretudo quando o Governo apregoa que quer qualificar o turismo e dar mais notoriedade ao destino. Na prática o que acontece é que o investimento realizado fica muito aquém do que era esperado pelo Governo e pelos operadores no setor turístico.

Relativamente aos transportes terrestres, o Deputado referiu que mais do que a questão da verba que é inscrita, importam as políticas e se são ou não seguidas. Disse que, ouvindo a Sra. Secretária Regional “o que dá a entender é que há aqui uma falta de vontade em realizar aquilo que foi aprovado no Parlamento”.

No que diz respeito aos transportes marítimos, o Parlamentar lembrou que têm sido noticiadas várias irregularidades no abastecimento de mercadorias e isso tem impactos negativos, sem haver qualquer referência ou qualquer alteração relativamente a isso, por parte do Governo.

A Secretária Regional respondeu que, quanto ao acordo com a Ryanair está tudo dito, continuando a defender que foi um bom acordo.

Quanto à sustentabilidade turística, a Secretária Regional disse que há, efetivamente, muito apoio à promoção turística que não é pago todo no imediato, “há um contrato para ir satisfazendo, portanto, a promoção turística está em velocidade de cruzeiro, com contratos que estão assinados, no valor de 82,3% de execução e que vão ser executados até ao final do ano e neste momento, à execução financeira, falta-lhe um trimestre”. Disse que o mais importante é a taxa de compromisso. Lembrou que a sustentabilidade e a promoção turística, apresentaram um crescimento de 66%, uma execução financeira de 45% e uma taxa de compromisso foi de 82%.

Quanto aos transportes terrestres, a Governante disse que o diploma que foi aprovado na Assembleia, carece, agora de regulamentação.



DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

<https://video.alra.pt/Asset/Details/99162232-70a2-4e5b-9a43-c279975a1421>

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública iniciou a sua intervenção referindo que o valor total do orçamento da região é de cerca de 2 mil milhões de euros e que para o plano de 2024 estão inscritos cerca de 740 milhões de euros, mais 6 milhões do que a anteposta, representando um crescimento, no plano de investimentos, face a 2023, de quase 15%.

Sendo que as despesas de investimento crescem quase 15% e as despesas de funcionamento no orçamento crescem cerca de 9%.

Em valores absolutos, o plano de investimentos para 2024 tem mais 95,8 milhões de euros de que em 2023, distribuídos por 722 ações.

Em relação ao cenário macroeconómico, temos uma expectativa de crescimento real do PIB, estimado em 8.5 para 2022, 2.5 para 2023, 2.0 para 2024 e 2.5 para 2025.

Em relação à taxa de inflação, a estimativa para 2022 é de 5%, para 2023 é de 5.3%, para 2024 é de 3.3% e para 2025 é de 2.3%.

Em relação ao desemprego, são estimados 6 pontos para 2022, 6.7 em 2023, 6.6 em 2024 e 6.5 em 2025. Disse que a taxa de desemprego é menor nos Açores do que no país e explicou que “uma coisa é falar da taxa de desemprego do INE e do Eurostat, estimada de 3 em 3 meses, outra coisa são os dados do da Direção Regional de Qualificação e Emprego e aí temos o desemprego registado, o que é comprovado com a necessidade de mão-de-obra”.

No que diz respeito às orientações globais do plano, disse ser um orçamento de compromisso reforçado na saúde e na educação, que, em relação a 2023, está previsto um aumento de 10 milhões de euros para cada uma destas áreas.

Em relação ao *stock* de dívida a taxas variáveis, neste momento é de 14,5%. No entanto, apesar do *stock* de dívida a taxas variáveis ter diminuído de 20 para 14,5%, os encargos com juros para 2024 rondam os 64,5 milhões.

As receitas próprias constituem a principal fonte de financiamento do orçamento, atingindo um montante de 978,6 milhões de euros. As transferências do orçamento de Estado ao abrigo da lei de Finanças das Regiões Autónomas têm um valor de 315,1 milhões de euros, respeitando aquilo que está previsto no articulado desta lei. Estão previstos, também, 10,1 milhões de



receitas no âmbito do apoio às Obrigações de Serviço Público das ligações aéreas interilhas. As transferências da União Europeia estão estimadas em 400 milhões de euros, que incluem as verbas do PRR e do Açores 2030, a executar em 2024.

“Temos maior população empregada de sempre, o menor número de desempregados inscritos de sempre, mantem-se o diferencial máximo dos impostos, mantem-se a tarifa Açores, mantém-se o fim dos rateios, mantém-se e amplia-se programa novos idosos e há o esforço de valorização das carreiras da administração pública”, referiu o Secretário Regional.

O Diretor Regional do Orçamento e Tesouro quis fazer uma referência relativamente às receitas fiscais. Disse que fizeram um pequeno ajustamento em função da previsão. Ou seja, a proposta de aumento da receita fiscal, de facto, é apenas de 3,6%, embora pareça que é de 7,1%, neste caso estando incluído o IVA. Decidiram retirar o IVA, porque é um valor que, segundo o Diretor Regional, altera um pouco a análise da receita fiscal na Região Autónoma dos Açores.

Feita esta apresentação inicial por parte do Governante, passou-se aos pedidos de esclarecimento por parte das Senhoras e dos Senhores Deputados.

O Deputado Carlos Silva começou por dizer que este é um plano demasiado otimista, para uma realidade que é difícil, com riscos acrescidos para a economia regional, associado à incerteza, resultante da redução da operação da Ryanair e da redução do poder de compra das famílias e com o aumento das taxas de juro. São preocupações e dificuldades que devem ser acauteladas, mas que não estão presentes nestes documentos orçamentais.

Disse que temos uma particular preocupação quando são inscritos 400 milhões de euros de receitas de fundos comunitários, mas atendendo ao histórico dos últimos 2 anos em que, de 335 milhões de euros inscritos de fundos comunitários, apenas foram executados cerca de 98 milhões de euros, o que dá uma taxa de execução de apenas 30%. Tendo em conta que, grande parte deste plano e orçamento está alicerçado nessas receitas de fundos comunitários, num valor recorde de 400 milhões de euros e tendo em conta o histórico da execução deste Governo, o que se depreende é que este Governo Regional tem sido incapaz de, com rigor e com verdade, cumprir o que inscreveu nos orçamentos anteriores.

O Deputado acrescentou que, quando temos em conta um parecer que já é conhecido sobre a conta de 2022, verificamos que, de facto a dívida atingiu cerca de 3.100 mil milhões de euros, ao contrário do que dizia o Governo, e que o limite de endividamento autorizado pela Assembleia foi excedido em 130 milhões de euros. Além dos pagamentos que estão em atraso, é mais um fator de preocupação, associado a uma série de medidas que não estão a ter eficácia



que se pretende. Lembrou que não existe referência nos documentos aos apoios à internacionalização que tem impacto direto nas exportações regionais.

O Construir 2030, também está a gerar preocupação, porque há associações empresariais que fazem duras críticas a este programa de incentivos e à burocracia inerente, porque, ao contrário daquilo que foi prometido pelo Secretário das Finanças, há mais burocracia, o que traz riscos e que faz com que o investimento tarde em chegar às empresas e, portanto, aqui também mais um fator de risco na execução dos próprios fundos comunitários.

Em relação aos documentos em particular, o Deputado levantou algumas questões. Nos quadros iniciais de previsão orçamental são apresentadas as receitas e as despesas e em nota de rodapé diz que não inclui o aumento do endividamento de 75 milhões de euros. Quis saber porque é que o Governo, se diz que não inclui, porque é que não apresenta os mapas atualizados.

Relativamente ao défice da Região, num primeiro caso, é referido um valor que ronda os 50 milhões de euros, mas depois, se tivermos em conta a operação dos 75 milhões de euros, a Região passa a apresentar um défice efetivo de 125 milhões de euros. Nesse sentido, o Deputado perguntou se serão os fornecedores, uma vez mais a suportar este défice orçamental.

Por fim, questionou se as medidas de progressões nas carreiras, orçamentadas em cerca de 4 milhões de euros, terão impacto apenas ao longo de 2024.

O Secretário Regional respondeu que, em relação à questão da Ryanair, por alguma razão, há uma subida substantiva em relação à promoção turística.

No que diz respeito à execução de fundos comunitários disse estar ligado com a questão dos fornecedores e reconheceu que na área da saúde há, de facto um problema. E, explicou que os 75 milhões de euros que o Governo da República, no orçamento de Estado, vai permitir a substituição de dívida comercial em dívida financeira e serão aplicados na área da saúde.

Quanto aos 400 milhões de euros de fundos comunitários, para 2024, disse que 300 milhões de euros são do PRR e que a capacidade de execução depende dos pagamentos do Governo da República, relativamente ao programa 2030.

Em relação à questão do Construir 2030, o Governante disse que o Governo da República ao impor que a candidatura seja feita no balcão dos Fundos, é o responsável por este incremento de burocracia.

Em relação à valorização das carreiras, explicou que todos aqueles que tinham classificação vão diminuir em 40% do tempo que necessitavam para progredir na carreira, sendo os 4 milhões de



euros para 2024, mas que estas progressões vão continuar incidindo, também, sobre os futuros orçamentos.

O Diretor Regional, referindo-se ao parecer do Tribunal de Contas relativamente ao endividamento da Região, explicou que é muito difícil comprovar, efetivamente, as finalidades das necessidades de financiamento e no que diz respeito a renegociações de dívidas, o Tribunal de Contas considera que isso são novos empréstimos. No entanto, a renegociação não implica movimentação de fundos e, portanto, não deve ser refletida nos mapas orçamentais, quer da receita quer da despesa.

Disse não existir nenhuma incongruência entre os mapas. Existiria se o mapa síntese não tivesse a nota, além disso, é uma operação que vai depender da autorização do Ministro das Finanças.

O Deputado Carlos Silva começou por dizer que, pelas explicações dadas, confirma-se que há uma discrepância entre os quadros que são apresentados. Voltando a questionar como é que vai ser financiado esse défice. Novamente sobre os fundos comunitários, o Deputado disse que não basta inscrever 400 milhões de euros quando, o que nos diz o histórico é que nem metade conseguem executar e que a prova disso é que agora o Sr. Secretário afirma que é capaz de chegarem aos 200 milhões até ao final do ano, ou seja, é apenas metade do que está inscrito para o próximo ano.

Em relação à desvalorização que o Governo faz do que é dito pelo Tribunal de Contas que há uma violação do limite de endividamento autorizado pela Assembleia em cerca de 132 milhões de euros, fica mais crítico quando o Governo não consegue comprovar onde os aplicou.

O Secretário Regional, relativamente ao défice, disse que a Região tinha uma dívida total que cresceu 214,2 milhões de euros em 2021 e em 2022 cresceu em 445 milhões de euros. Dos quais fazem parte 170 milhões de euros de novos empréstimos responsabilidade XIII Governo, em 2021. Em 2022 foram 152 milhões de euros de novos empréstimos da responsabilidade deste Governo. Para chegar aos 659 temos de ter em conta a recuperação da dívida dos hospitais, a dívida assumida da SINAGA, a dívida assumida da SATA, a dívida assumida de Santa Catarina, a dívida assumida da LOTAÇOR e a reclassificação de dívidas do Banco de Portugal. Isto tudo, disse, dá mais 445 milhões de euros em 2022.

O Deputado António Lima tendo em conta a revisão do cenário macroeconómico para 2024, com esta proposta de orçamento, disse que há um aumento da receita fiscal, ou seja, com menos atividade económica, o Governo prevê um aumento da receita fiscal, o Deputado pediu um esclarecimento sobre esta matéria.



Relativamente aos 75 milhões de euros para transformar dívida comercial em dívida financeira, segundo o que já foi aqui esclarecido, depreende-se que o reforço feito, por exemplo, na saúde é de apenas 10 milhões de euros. Conhecidas as dificuldades que as unidades hospitalares estão a passar, nomeadamente, com os pagamentos a fornecedores, o que tendencialmente se irá agravar em 2024, o que significa que esses 10 milhões de euros não serão suficientes. Questionando, se dessa forma, o que poderá acontecer é um crescimento da dívida comercial.

O Secretário Regional respondeu que em relação ao cenário macroeconómico, os impostos que são produto efetivo da receita gerada e cobrada na Região a previsão de subida é relativamente modesta. Onde há uma maior subida na previsão de receita é no IVA.

Em relação ao défice da saúde, disse que se prevê ganhos de escala, mas quando se faz um novo investimento, quando se adquire um novo equipamento de saúde, os custos aumentam, porque os cuidados de saúde são também melhores, as tecnologias estão melhores, vamos sempre precisando de mais técnicos. Lembrou que há 2 estudos a serem feitos, um sobre os custos da saúde e outro sobre os custos da educação dos Açores.

O Deputado António Vasco Viveiros, relativamente ao referido pelo Tribunal de Contas, no que respeita ao aumento da dívida em 2022, afirma que no diz respeito à atividade orçamental da responsabilidade deste Governo foram apenas 152 milhões de euros de aumento da dívida. O Deputado quis saber quais são as despesas de COVID contabilizadas em 2022. Por fim, lembrou que, apesar do aumento do diferencial fiscal, têm-se gerado receitas mais altas, questionando se se aplicasse as taxas semelhantes às nacionais, o que representaria nas contas da região.

O Secretário Regional respondeu que o ano de 2022 marcou o fim de um determinado ciclo, também a nível das despesas do COVID, pela política de endividamento zero, o acerto das contas da SATA e a partir de 2023, disse que vamos assistir a uma curva em decréscimo da dívida e das responsabilidades que deixamos para as gerações futuras.

O Deputado Carlos Furtado começou por lembrar os mais recentes aumentos no preço do gasóleo e questionou o Governo qual a razão da receita do ISP ter de rondar sempre os 50 milhões de euros, quando essa é uma receita que é mesmo transversal a toda a sociedade, defendendo uma redução nesse imposto. Relativamente às medidas de apoio à iniciativa empresarial, o Deputado faz nota de uma redução de 35% no valor dessa rubrica.

O Secretário Regional respondeu que o Governo é sensível à questão do ISP, não sendo por acaso que é o único imposto em houve uma descida de provisão de receita de 2 milhões de euros. Por outro lado, lembrou que é pela receita do ISP que se financia um preço dos combustíveis igual em todas as ilhas.



Relativamente ao apoio à iniciativa privada o Secretário Regional respondeu que há 30 projetos que já entraram e cerca de 130 em submissão, acrescentando que “oxalá, que nós consigamos executar o que está aí previsto porque tradicionalmente o primeiro ano de um novo sistema de incentivos é um ano de execução muito baixa dos privados”.

O Deputado Carlos Silva, no seguimento daquilo que disse o Sr. Secretário, quando afirmou que, a partir de 2023, haveria uma inversão ao nível da dívida, lembrou que aquilo que diz o Tribunal de Contas, é que em 2022, a dívida aumentou mais de 400 milhões de euros, tendo atingido os 3.1 mil milhões de euros.

Referiu, também, que se consultarmos o Banco de Portugal, percebemos que o valor da dívida, no final do segundo trimestre de 2023, ronda os 3.326 milhões de euros. “Se, no final de 2022, a dívida era de 3,1 milhões de euros, há aqui um aumento de 200 milhões de euros, o que significa, que, apesar daquilo que foi aprovado na Assembleia, a dívida contraída é superior à dívida amortizada, pelo menos na data que aqui está”.

Além disso, o Deputado acrescentou que, de acordo com o boletim de execução orçamental, em 2023, até setembro, verifica-se que há um défice orçamental de 144 milhões de euros e se tivermos em conta só o saldo primário, estamos a falar de dívida rígida de 103 milhões de euros.

Face ao exposto, o Deputado quis saber se isto não suscita preocupações face àquilo que foi previsto no orçamento 2023.

Por último, e dirigindo-se ao Sr. Diretor Regional, perguntou se tem a mesma confiança na previsão das receitas dos fundos comunitários que tem em relação às receitas fiscais.

O Secretário respondeu que “essa fotografia naquela data, não tem nada a ver com aquilo que é no final do ano. É evidente que, a partir de 2022, já não vamos assumir dívidas da Sinaga, não vamos assumir dívidas da SATA, não vamos assumir dívidas de Santa Catarina, não vamos assumir dívidas da Lotaçor e nem vamos ter os gastos com o COVID, por isso tivemos uma subida da dívida até 2020, mas a partir de 2023 e com o endividamento zero, em 2024 a dívida irá descer”.

O Diretor Regional explicou que o que vai acontecer, até ao final do ano, em princípio, é a dívida da região subir 50 milhões de euros de euros, dívida financeira. Ou seja, dívida em função do PIB e explicou que “quando o Estado diz que está a reduzir a dívida, não está a reduzir o *stock* de dívida, está a reduzir é o peso da dívida na riqueza criada. Portanto, o que estamos a dizer é que o conceito que se está a inverter é a tendência que se vinha registando há muitos anos de crescimento de *stock* de dívida no peso do PIB”.



Por fim, respondeu que “é evidente que eu não tenho o mesmo grau de confiança no orçamento da região, relativamente, às receitas de fundos comunitários, pelas razões que existem e que nós conhecemos e que de décadas.”

DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA:

<https://video.alra.pt/Asset/Details/b3555ce7-bda2-45ab-8300-ed280f55f80f>

O Subsecretário Regional da Presidência iniciou a sua intervenção referindo que, no âmbito das competências da Comissão de Economia, tem a seu cargo a área das comunicações, que para o ano de 2024 tem inscrito, na proposta de plano e orçamento, um valor de 27,7 milhões de euros.

Disse que o Governo prevê investimentos de 13,2 milhões de euros, dispersos em várias rubricas, tais como as comunicações e coesão territorial, a cibersegurança, a transformação dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas e infraestruturas de suporte ao desempenho e eficiência dos departamentos de administração pública regional. Acrescentou que 76% desse investimento tem origem nas verbas do PRR.

Desagregando esse valor pelos diversos projetos, disse que o projeto 19, que se refere a dinamização e implementação da transformação digital, serviços mais ágeis e a administração pública regional, conta com 7,7 milhões de euros.

Relativamente aos sistemas de informação e infraestruturas de suporte, onde se enquadra as infraestruturas e sistemas de informação e as redes de dados e de comunicações, está inscrito um valor de 5,2 milhões de euros. Relativamente ao que diz respeito à cibersegurança, para 2024, está afeta a verba de 380 mil euros.

Feita esta apresentação inicial por parte do Governante, passou-se aos pedidos de esclarecimento por parte das Senhoras e dos Senhores Deputados.

O Deputado Carlos Silva, relativamente à componente da transição e dinamização digital, perguntou se esta é uma medida dirigida ao funcionamento interno do Governo ou se é direcionada à população e qual é a sua fonte de financiamento.



O Subsecretário Regional respondeu que se trata de medidas dirigidas para apoiar as empresas e os cidadãos e que o financiamento é regional e comunitário. Acrescentou que do orçamento da região há 1,2 milhões de euros e de fundos da União Europeia há uma componente neste projeto de 6,5 milhões de euros.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS:

<https://video.alra.pt/Asset/Details/1051e56c-f884-47ac-87e8-4606eaca6537>

O Secretário Regional do Mar e das Pescas iniciou a sua intervenção referindo que nesta área, o plano e orçamento para 2024 prevê um total de 43,2 milhões de euros, sendo do orçamento regional 14.981.000 euros e de fundos comunitários o valor de 28.167.000 euros.

O que, em relação ao plano de 2023, representa um aumento de 27%, em parte pelo reforço do Cluster do Mar dos Açores, que em 2023 apresentava um valor de cerca de 15,0 milhões de euros e este ano atinge 25,5 milhões de euros, essencialmente para a construção do navio oceanográfico e do Tecnopolo Martec.

Por fim, o Secretário Regional deu nota de que, no âmbito do PRR, foi possível alocar às pescas mais 5 milhões de euros, sendo que 2,3 milhões serão para executar em 2024, cerca de 2,3 milhões para executar em 2025 e 400 mil euros para executar em 2026.

Feita esta apresentação inicial por parte do Governante, passou-se aos pedidos de esclarecimento por parte das Senhoras e dos Senhores Deputados.

O Deputado Mario Tomé começou por dizer que um tema importante e transversal a este plano, diz respeito às áreas marinhas protegidas e a forma como elas estão afetadas e asseguradas neste documento, para perceber qual o enquadramento no plano e a afetação do investimento na área de controle de segurança, atendendo a que teremos uma área maior, há uma necessidade da modernização da frota.

O Deputado lembrou o parecer da própria Federação das Pescas, que menciona esta preocupação, relativamente à questão dos pescadores ou dos armadores serem compensados, pedindo mais esclarecimentos, nomeadamente no que toca, também, ao pagamento do chamado POSEI Pescas.



Relativamente ao investimento direto, ou seja, aquele que tem retorno da parte dos pescadores, analisando outros planos, o que se conclui é que são investimentos extremamente baixos e, neste caso concreto, a maior parte do investimento ativo é do PRR.

O Secretário Regional respondeu que, relativamente ao PRR, foi opção de o Governo priorizar a sua execução, porque têm até junho de 2026 para poderem cumprir com os objetivos.

Relativamente ao POSEI Pescas, disse que o ano de 2021 está fechado, e a intenção do Governo é pagar durante o corrente ano para não comprometer a execução de 2024.

No que diz respeito ao abate de embarcações, os *minimis* para essa ação são 30.000 euros.

Em relação às áreas marinhas protegidas, o Governante disse que a intenção deste Governo é definir essas áreas até 31/12/2023, mas que a implementação não será a 1/01/2024, porque depois há todo um processo a seguir e que tendo em conta todo o processo legislativo, muito dificilmente, durante o ano de 2024, existirão as áreas marinhas com planos de motorização, porque as áreas marinhas têm de ter um plano de utilização e têm de ter a fiscalização. Acrescentou que só após essa implementação e só após a proibição de pescar em certas áreas é que poderão, eventualmente, existir compensações.

O Deputado Mário Tomé, ainda sobre o chamado POSEI Pescas, disse que percebemos que entre quadros comunitários por vezes pode existir alguma falha nas transferências dessas verbas e questionou, à semelhança do que aconteceu no anterior Governo, porque é que a Região não avançou com esses apoios.

Deduziu que áreas marinhas a ficam concluídas até 31/12/2023, mas sem a sua implementação em 2024, pediu ao Secretário Regional que confirmasse se o que disse foi que, apesar definidas essas áreas, não existirá qualquer impacto, ou seja, os pescadores vão poder continuar a pescar onde pescavam.

O Secretário Regional respondeu que serão cerca de 5 milhões de euros de POSEI em cada ano, 2021 e 2022, acrescentando que foi proposto pela Federação um adiantamento de 50% pela Região, “mas a Região, muito francamente, não tinha condições para pagar 50% do POSEI Pescas, foi decisão política, é evidente e assume que foi uma decisão política não pagar, assumo.” Por fim, e relativamente às áreas marinhas, explicou que a definição e a implementação de áreas marinhas protegidas são coisas diferentes.

O Deputado Rui Martins, no que diz respeito à implementação das áreas marinhas, afirmou que será daqui para a frente que se vai quantificar, efetivamente, aquilo que poderá ser a compensação pela diminuição do rendimento dos pescadores e como será definido o processo



de abate das embarcações. Nesse sentido, o Deputado quis saber qual o trabalho que está a ser feito neste momento.

Ao que o Secretário Regional respondeu que há trabalho a ser feito e que será apresentado na altura devida aos armadores, às associações, à Federação. Tudo o que “diga respeito às indenizações daquilo que será uma perda de rendimentos, será definido à posteriori e não antecipadamente”.

O Deputado Carlos Freitas começou por enaltecer a valorização do setor nestes últimos 3 anos de governação e deu o exemplo do aumento do preço do pescado em 10 euros o kg, em média anual, principalmente em espécies de exportação.

Dito isto, perguntou se está a ser pensada alguma estratégia para 2024, em termos de manutenção ou compras de máquinas de gelo e de gruas para a Região Autónoma dos Açores. E, no que diz respeito à frente do porto de pescas da Madalena quis saber o que está pensado para aquela obra.

O Secretário Regional respondeu que, no que diz respeito às gruas, é preciso continuar a fazer as suas manutenções e formação para o seu manuseamento, dando nota que a Escola do Mar tem a decorrer cursos certificados de formação para manutenção de gruas.

Relativamente ao porto pescas da Madalena disse que a proposta que foi feita, pela Naval Canal, era a de se fazer um prolongamento daquele cais.

O Deputado Manuel Ramos, no caso da ilha Graciosa, com pouca capacidade de escoamento do pescado, alertou ser necessário ter em conta um ajuste, relativamente às capacidades de transporte por via aérea de cada ilha. No que diz respeito ao apoio extraordinário ao gasóleo, pela guerra da Ucrânia e ao apoio de 50% do custo dos seguros, o Deputado quis saber qual é o motivo do atraso do seu pagamento.

O Secretário Regional, em relação ao POSEI, disse que foram submetidas 500 candidaturas em 2021 e 551 em 2022, correspondendo a 5 milhões de euros anuais. No que diz respeito ao apoio de cerca de 200 mil euros, correspondente a metade do apoio dos seguros, ou seja, um apoio aos armadores. O Governante disse que a secretaria já encaminhou o pedido, está, agora, dependente do processamento por parte das finanças.



APRECIÇÃO DO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE
2024

A proposta de Orçamento para 2024, analisada nesta Comissão, apresenta uma despesa efetiva no valor de 1.885,9 milhões de euros, superior ao valor das receitas efetivas, que apresentam um valor de 1.760,4 milhões de euros, gerando, assim, um saldo efetivo consolidado negativo (défice) de 125,6 milhões de euros.

A proposta de Orçamento para 2024, apresentada pelo Governo Regional dos Açores a esta Assembleia Legislativa, prevê um valor, em termos consolidados, de 2.036,7 milhões de euros.

Quanto à Receita:

Em termos consolidados, a receita total prevista no orçamento para 2024, atinge o valor global de 2.036,7 milhões de euros.

As receitas efetivas podem atingir o valor de 1.760,4 milhões de euros.

A receita total está desagregada em três agrupamentos – receitas correntes (1.213,5 milhões de euros) , receitas de capital (742,9 milhões de euros), das quais os ativos financeiros (1.9 milhões de euros) e os passivos financeiros (198,3 milhões de euros), e outras receitas (80,3 milhões de euros), onde se inclui o saldo anterior (76,1 milhões de euros).

No que respeita à Administração Regional Direta, as receitas próprias estão estimadas em 978,6 milhões de euros. As receitas fiscais atingem uma previsão orçamental de 857,6 milhões de euros. Este valor teve por base a estimativa provisória do ano de 2023, acrescidas das taxas de variação que têm como referência as constantes no Orçamento de Estado para 2024.

Os impostos indiretos atingem uma previsão orçamental de 561,3 milhões de euros. Destes impostos, importa referir o IVA com uma estimativa de 394,5 milhões de euros, o ISP onde é estimado atingir os 54,1 milhões de euros, o IT onde é estimado atingir os 58,1 milhões de euros e o IS onde é estimado atingir os 29,5 milhões de euros.

Dos impostos diretos, cuja previsão global é de 296,4 milhões de euros. Merece especial destaque, com um valor estimado respetivamente, IRS com 236,1 milhões de euros, e o IRC com 60,3 milhões de euros.



Para as outras receitas próprias o orçamento prevê um valor de 44,2 milhões de euros, constituídas por um grande conjunto de naturezas de receitas.

As transferências do orçamento do Estado estão previstas em 325,2 milhões de euros, representando assim 20,0 % da receita efetiva.

As transferências da União Europeia, que em 2024 ascendem a um valor previsto global de 400,0 milhões de euros, no âmbito de cofinanciamentos de projetos de investimento diretamente executados pelo Governo dos Açores, o que representa 24,6 % do valor da receita efetiva.

Quanto à Despesa:

O valor consolidado global da despesa estimada, excluindo passivos financeiros e dotação provisional, para o ano de 2024, atinge os 2.036,7 milhões de euros.

As despesas correntes ascendem a 1.424,6 milhões de euros, dos quais 67,8 milhões de euros são juros e outros encargos.

Para as despesas com as aquisições de bens e serviços da ARD está prevista uma dotação de 10,1 milhões de euros

As despesas com o pessoal dos três subsectores da Região para 2024 podem ascender a 670,9 milhões de euros, o que representa mais 56,5 milhões de euros do que o previsto para 2023, devido à estimativa de aumentos salariais e progressões nas carreiras.

As despesas de capital têm uma dotação de 612,2 milhões de euros, dos quais 24,8 milhões de euros são ativos financeiros e 126,0 milhões de euros passivos financeiros.

Esta proposta de orçamento gera um saldo efetivo de -125,6 milhões de euros e um saldo primário de -57,8 milhões de euros.

Classificação Orgânica:

A classificação orgânica apresenta a despesa pública desagregada pelos respetivos serviços e organismos, em razão das competências que lhes estão atribuídas para a execução da mesma,



estando a mesma espelhada, e de forma detalhada, nos mapas que fazem parte integrante do orçamento da Região para 2024.

Importa ainda referir que as áreas com maior afetação de recursos são a saúde e desporto, com 30,2%, seguida da educação e assuntos culturais, com 19,9% e do turismo, mobilidade e infraestruturas, com 16,5%.

Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos:

O orçamento consolidado para os Fundos e Serviços Autónomos (FSA) ascende a 600,7 milhões de euros.

Dívida Pública Regional:

No que concerne à dívida pública direta, em 30/06/2023, atingiu os 2 895,3 milhões de euros.

Avales:

Relativamente aos avales, em 30/06/2023, a responsabilidade da RAA era de 392,6 milhões de euros.

Setor Público Empresarial:

O SPER detém um total de participa nas seguintes entidades empresariais:

Empresas com participação direta:

- HDES
- HSEIT
- HH
- Sata Air Açores
- Atlanticoline
- Portos dos Açores
- Lotaçor



- Ilhas de Valor
- Sinaga
- EDA
- Teatro Micaelense
- IROA

Empresas com participação indireta:

- Sata Internacional
- Sata Express
- Azores Express
- Naval Canal
- OPERPDL
- OPERTERCEIRA
- OPERTRI
- Santa Catarina
- Pousada da Juventude Santo Cristo
- Globaleda
- Eda Renováveis
- Segma
- NOS Açores
- Fábrica de Cervejas Melo Abreu

Empresas Não Societárias:

- AAFTH - 50%
- OTA - 55,56%
- Nonagon - 70%
- Ass. GEOAÇORES - 78,95%
- Associação RAEGE Açores - 85,71%
- CERCA
- ADFMA - 53,85%
- CALL - Centro Açoriano Leite e Laticínios



SÍNTESE DA POSIÇÃO DOS DEPUTADOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer **desfavorável** quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer **favorável** quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer **favorável** quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PPM, sem direito a voto, não emitiu parecer, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE, sem direito a voto, emitiu parecer desfavorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do CH, sem direito a voto, não emitiu parecer quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do IL, sem direito a voto, não emitiu parecer, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do PAN, sem direito a voto, não emitiu parecer, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Deputado Independente emitiu parecer **de abstenção**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Economia deliberou:



- 1) Com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, contra do PS e com a abstenção com reserva de posição para Plenário do Deputado Independente, emitir por maioria, após segunda votação, **parecer desfavorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Anual Regional para 2024”;
- 2) Com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, contra do PS e com a abstenção com reserva de posição para Plenário do Deputado Independente, emitir por maioria, após segunda votação, **parecer desfavorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024”.

Ponta Delgada 14, de novembro de 2023

A Relatora

Patrícia Miranda

O presente relatório foi aprovado por **unanimidade**.

O Presidente

José Ávila

ANEXOS: Pareceres: Conselhos de Ilha das Flores, de Santa Maria, da Graciosa, do Corvo, de São Jorge e do Faial



CONSELHO DE ILHA DAS FLORES

Ex.mo. Senhor:

Presidente da Comissão
Especializada Permanente de
Economia ALRAA

V/Ref.:
S/2709/2023

V/Data:
2023-10-27

N/Ref.:
SAI-CIFLORES/2023/06

N/Data:
2023-11-11

ASSUNTO: PEDIDO DE PARECER SOBRE PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL Nº 66/XII - PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2024

Ex.mo Sr.

Tendo-nos sido solicitado parecer sobre o documento referido em assunto, o Conselho de Ilha das Flores, na sua reunião extraordinária do dia 9 do corrente, decidiu dar parecer desfavorável por larga maioria, à proposta que se encontra em discussão nessa Assembleia, atendendo a que muitas das questões que tínhamos solicitado ao governo para corrigir na anteproposta, relacionadas com a ilha das Flores, não foram tidas em consideração no documento em apreço, entre as quais salientamos:

- Segunda fase do porto das Poças em Santa Cruz das Flores não é referida na proposta para 2024, apesar do Governo já ter afirmado em reunião recente com este órgão que iam dar instruções à Portos dos Açores para lançar a obra;



CONSELHO DE ILHA DAS FLORES

- Não há referência às obras de proteção da orla costeira de Santa Cruz, apesar de nos terem também dito que esta reunia condições para candidatar ao PO 2030;

- As obras na Escola Básica 1,2,3 Padre Maurício Freitas continuam a não fazer parte do Plano, embora nos tenham também dito que já havia proposta e montante;

- O mesmo se passa com a escola básica nas Lajes cujas obras estão sinalizadas há muito pela autarquia lajense e atendendo ao valor em causa precisam ter também intervenção do Governo;

- Mantém-se o problema da habitação, cuja situação é preocupante e precisa intervenção do Governo, pelas razões já invocadas anteriormente na análise da anteposta;

- Continua a não haver referência à estrada entre o Rochão do Junco e a Boca da Baleia que está em péssimo estado e por diversas vezes referenciada;

- Acresce ainda a necessidade de obras na secção destacada das Lajes da Associação dos Bombeiros Voluntários da Flores que também não mereceram qualquer referência;

- Contrariamente ao que acontece a verbas destinadas às dependências nas restantes ilhas, não há referência no caso das Flores, o que não deixa de ser preocupante e que merece também o nosso reparo;

Queremos salientar, no entanto, que mereceu nota positiva, entre outras, o facto de estar a decorrer a obra no porto das Flores na Vila das Lajes, que é fundamental para assegurar as acessibilidades marítimas da ilha.

Aproveitamos para endereçar os nossos melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Ilha

(José António Corvelo Freitas)



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580-539 Vila do Porto
Ilha de Santa Maria – Açores

Exm^{o(a)} Senhor(a)

Dr. José Manuel Gregório de Ávila
Presidente da Comissão Especializada
Permanente de Economia da ALRA

Sua referência
S/2710/2023

Sua comunicação
27-10-2023

Nossa referência
S/017/2023

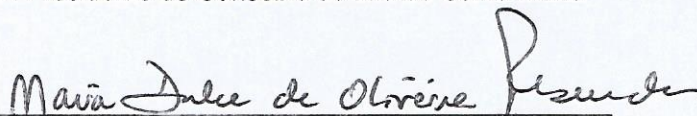
DATA
10-11-2023

**ASSUNTO: PEDIDO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO
REGIONAL N.º 66/XII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2024**

Na sequência do solicitado no vosso ofício de referência, informo V. Ex^a. que da análise do documento em epígrafe, constatou-se não terem existido alterações substanciais em relação à anteproposta de plano regional anual para 2024 anteriormente apresentada., pelo que por maioria o Conselho de Ilha deliberou manter o parecer desfavorável à Proposta de Plano Regional Anual para 2024, pelas razões anteriormente apontadas no nosso parecer de 19 de outubro de 2023, que enviamos em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria



Maria Dulce de Oliveira Resendes

Anexo: Parecer à Anteproposta de PRA de 19 de outubro de 2023



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Parecer

PARECER SOBRE A ANTEPROPOSTA DE PLANO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2024

A pedido do Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, formulado através do ofício s/n de 01OUT2023, o Conselho de Ilha de Santa Maria deliberou emitir parecer sobre o documento em epígrafe.

1. Da análise da Anteproposta do Plano Regional Anual para 2024 verificamos que em termos de valores totais propostos há um aumento de 68,2 % relativamente ao valor do ano de 2023, conforme quadro em anexo.

2019	2020	2021	2022	2023	2024
31.609.729€	32.665.581€	33.717.291€	33.260.650€	18.961.393€	31.901.747€

Todavia se considerarmos os valores atribuídos nos anos de 2019-2022 e se aplicarmos a correção da inflação ocorrida desde fevereiro de 2022, constatamos que em termos reais, obteremos um valor inferior a 2021, que foi o melhor orçamento dos últimos 6 anos.

2. Sendo este o último orçamento desta legislatura e tendo havido um conjunto de compromissos deste Governo para com a ilha de Santa Maria, não vemos contemplados alguns deles, nesta Anteproposta de Plano. Outros há que, apesar de estarem cabimentados, são insuficientes, para a resolução dos referidos problemas e que passamos a elencar:

✓ **Projeto Aeroespacial**

Registamos com agrado a atribuição de 750.000,00 € para a obra “Casa do Diretor do Aeroporto”.

Contudo não vemos descrito, nem espelhado de forma substantiva, verbas que apontem para um efetivo arranque deste projeto em 2024.

Estação RAEGE, apesar de ser mencionada no documento, não se consegue confirmar qual o valor a investir e que futuro preveem para esta infraestrutura.

✓ **Lar de Idosos**

Apesar de estar previsto para 2024 o valor de 700.000,00 € para a execução do projeto “Lar para pessoas portadoras de deficiência”, que é para nós um misto de satisfação, mas também de apreensão pois desconhecemos se até final de 2024 haverá arranque

real da obra, e por continuamos a não ver contemplada qualquer verba para a ampliação do lar de idosos.

✓ **Requalificação do Parque Habitacional do Aeroporto**

Não se vê contemplado qualquer valor para resolução deste problema, quando nos foi prometido para esta legislatura o investimento de 7 milhões de euros, no âmbito do PRR, para a requalificação deste parque habitacional.

✓ **Escola EBS de Vila do Porto**

Apenas vemos inscrito no Plano 50.000,00 € para reparação da EBS de Vila do Porto para fecho financeiro de empreitada, ficando por resolver a requalificação do Bloco E, atendendo ao estado de degradação que se encontra e a necessidade de substituição da vedação em todo o perímetro escolar.

✓ **Ampliação da Unidade de Saúde, com prioridade máxima para o Serviço de Urgência**

Constatamos a inscrição de 85.840,00 € para elaboração do projeto de execução que supomos ser da ampliação, bem como 406.000,00 € para apetrechamento e modernização, contudo não vemos consignada verba para a execução das obras referidas em 2024.

✓ **Acessibilidades rurais**

Nas verbas inscritas para a Agricultura e Desenvolvimento Rural não conseguimos identificar dotação que referencie a necessidade de proceder à asfaltagem/betonagem, de caminhos agrícolas, rurais e florestais, muito em particular o caminho da Lapa de baixo, de acesso ao sistema de abastecimento de água à agro pecuária ali existente. Gostaríamos igualmente de ver refletido o reforço das condições financeiras e materiais para uma mais efetiva manutenção e limpeza dos caminhos agrícolas, rurais e florestais.

✓ **Abastecimento de água à lavoura na zona baixa da Ilha**

O reforço do abastecimento de água na zona baixa da ilha, através da instalação de dois tanques de 500 mil lts cada, em Santana e no Saramago, considerado prioritário para 2024 e já previsto em sucessivos planeamentos, não está igualmente previsto no documento e consideramos essencial que esteja.

✓ **Proteção da orla costeira**

A orla costeira da Praia Formosa e da Maia apresentam graves problemas, sendo que o estado da Estrada de acesso à Maia, nos últimos dias veio a agravar-se decorrente das fortes chuvadas que assolaram a ilha.

Apenas vemos contemplado no documento a proteção da orla costeira e reabilitação urbana da Praia Formosa, sem, no entanto, conseguirmos identificar o valor previsto para esta obra.

✓ **Acessibilidades a Santa Maria**

Não conseguimos identificar qualquer resolução, no sentido de melhorar as acessibilidades via marítima, quer numa maior frequência no transporte de mercadorias, quer na retoma do transporte de passageiros e viaturas.

✓ **Aumento acostável do cais comercial e dragagem do fundo da bacia**

Não vemos igualmente qualquer indicação da melhoria da operacionalidade do porto de Vila do Porto, nomeadamente na criação de condições para minorar as limitações da entrada de navios no porto pelo calado (-6mts) e comprimento (+100mts), que são as razões substantivas de estrangulamento da operacionalidade do nosso porto.

Assim, reiteramos a necessidade de, aproveitando o estaleiro de obra instalado na ilha, prever para 2024 o aumento do comprimento do cais acostável do molhe comercial e a regularização dos fundos para garantir um calado de – 8 metros.

✓ **Rede Viária Regional**

Estão cabimentados 3.200.000,00 € para a execução do circuito logístico, que apesar de ser uma obra de valor elevado, nunca consideramos de urgência atendendo ao péssimo estado da rede viária regional. Para esta rede viária estão apenas previstos 506.859,00 € que é manifestamente insuficiente para colmatar os graves problemas existentes.

E para finalizar não vemos também consignadas outras preocupações ao nível da preservação do nosso património cultural e natural como é o exemplo a Torre de Controle e os Barreiro da Faneca e da Piedade

Assim, embora o Conselho de Ilha de Santa Maria, considere positivos, alguns dos investimentos previstos no Plano Anual Regional para 2024, considera que o documento não responde cabalmente às necessidades mais prementes e cuja resolução se foi arrastando nos últimos anos, pelo que ficamos na expectativa de que, sendo este o último orçamento desta legislatura, houvesse nesta Anteproposta dotação orçamental suficiente, para garantir a execução dos investimentos mais estruturantes para o desenvolvimento económico e social da Ilha de Santa Maria, pelo que **posto a votação mereceu, por maioria, o parecer não favorável.**

Ressalvamos que nesta fase ainda é possível melhorar a presente proposta de Plano, pelo que solicitamos sejam revistas as verbas que consideramos insuficientes e o cabimento para as que sendo fundamentais ainda não tem qualquer valor consignado.

Vila do Porto, 19 de outubro de 2023

A MESA DO CONSELHO DE ILHA

Maria Dulce de Oliveira Resendes, Presidente

João Manuel Andrade Fontes, Vice-Presidente

José Arsénio Sousa Chaves, 1º. Secretário

Luis Morais

Assunto: FW: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2024"

Anexos: Parecer_Plano_2024_signed.pdf

De: conselhoihagradosa@sapo.pt <conselhoihagradosa@sapo.pt>

Enviada: 14 de novembro de 2023 21:58

Para: Assuntos Parlamentares <assuntosparlamentares@alra.pt>

Cc:

Assunto: Re: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2024"

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia da ALRAA
José Manuel Gregório de Ávila

Conforme solicitado junto remeto, em anexo, o parecer do Conselho de Ilha da Gradosa sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII - Plano Regional Anual para o ano de 2024.

Com os melhores cumprimentos,

Ricardo Ramalho

Presidente do Conselho de Ilha da Gradosa
Largo Vasco da Gama
9880-352 Santa Cruz da Gradosa - Açores
Tlm: ' - - conselhoihagradosa@sapo.pt

----- Mensagem de Rui Silva <rsilva@alra.pt> -----

Data: Fri, 27 Oct 2023 16:32:04 +0000

De: Rui Silva <rsilva@alra.pt>

Assunto: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2024"

Para: conselhoihagradosa@sapo.pt

Exmo. Senhor

Presidente do Conselho de Ilha da Gradosa,

Encarrega-me o Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia de remeter a V. Exa. o ofício e iniciativa regional sobre o assunto em referência.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Silva

Coordenador Técnico

Departamento de Atividade Parlamentar

Assembleia Legislativa da R.A. Açores

Rua Marcelino Lima – 9901-858 Horta

Tif +351 292207666

 www.alra.pt



 Proteja o ambiente: Não imprima este e-mail

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: Esta mensagem, assim como os ficheiros eventualmente anexos, é confidencial e reservada apenas ao conhecimento da(s) pessoa(s) nela indicada(s) como destinatária(s). Se não é o seu destinatário, solicitamos que não faça qualquer uso do respetivo conteúdo e proceda à sua destruição, notificando o remetente.

LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE: A segurança da transmissão de informação por via eletrónica não pode ser garantida pelo remetente, o qual, em consequência, não se responsabiliza por qualquer facto suscetível de afetar a sua integridade.

CONFIDENTIALITY NOTICE: This message, as well as existing attached files, is confidential and intended exclusively for the individual(s) named as addressees. If you are not the intended recipient, you are kindly requested not to make any use whatsoever of its contents and to proceed to the destruction of the message, thereby notifying the sender.

DISCLAIMER: The sender of this message can not ensure the security of its electronical transmission and consequently does not accept liability for any fact which may interfere with the integrity of its content.

CONSELHO DE ILHA DA GRACIOSA

PARECER

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL Nº 66/XII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2024

Em resultado da reunião extraordinária de 13 de novembro de 2023 do Conselho de Ilha da Graciosa foi decidido, após debate e votação dos Conselheiros com esse direito, por maioria, emitir parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 66/XII – Plano Regional Anual para 2024.

Santa Cruz da Graciosa, 14 de novembro de 2023.

O Presidente do Conselho de Ilha da Graciosa,

Assinado por: RICARDO BETTENCOURT RAMALHO

Num. de Identificação: [REDACTED]

Data: 2023.11.14 21:38:43 -0100

Ricardo Bettencourt Ramalho



**MUNICÍPIO DO CORVO
CONSELHO DE ILHA**

Exmo. Sr.
Presidente da Comissão Especializada Permanente
de Economia
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos
Açores

N/ ref. **Ofício nº 07/2023**

14.NOV.2023

**ASSUNTO: PEDIDO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO
LEGISLATIVO REGIONAL N.º 66/XII – PLANO REGIONAL
ANUAL PARA 2024”**

O Conselho de Ilha do Corvo, na sua reunião extraordinária de 14 de novembro de 2023, emitiu parecer favorável, por maioria, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – Plano Anual Regional para 2024.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Mesa do Conselho de Ilha,

João Pedras



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Exmo. Senhor Presidente da Comissão
Especializada Permanente de Economia
Dr. José Manuel Gregório de Ávila
Rua Marcelino Lima
9901-858 Horta

Sua Referência:	Sua Comunicação de:	Nossa referência:	Data:
	27/10/2023	CI.157/2021_2025	14/11/2023

ASSUNTO: Pedido de Parecer - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2024"

Em resposta ao solicitado por V. Ex.ª, através da comunicação de 27 de outubro e 10 de novembro de 2023, o Conselho de Ilha de São Jorge, reunido extraordinariamente a 13 de novembro de 2023, emite, por maioria, parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2024".

Antes de mais, gostaríamos de congratular a resposta a este órgão, situação que habitualmente não se verifica, contudo, consideramos indispensável, para além da clarificação dos projetos/ações, a importância da sua concretização.

Importa, ainda, salientar a preocupação deste Conselho relativamente à reduzida dotação inscrita em diversas rubricas, como se pode verificar no que respeita às Obras Públicas e Transportes.

A aprovação da proposta por parte deste Conselho de Ilha continua a demonstrar um voto de confiança no Governo Regional dos Açores, tendo em conta que, no nosso entendimento, o solicitado se enquadra nas medidas previstas para o próximo ano e para as quais pedimos uma especial atenção no sentido da sua execução, por forma a permitir o contínuo e adequado desenvolvimento, nos mais variados setores, da nossa Ilha.

Na expectativa da Vossa melhor atenção e receptividade face às pretensões deste Conselho.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente do Conselho de Ilha

Lena Felicidade Pereira Amaral

CONSELHO DE ILHA DO FAIAL

Exmo Senhor

Presidente da Comissão Especializada
Permanente de Economia - ALRAA

Rua Marcelino Lima
9900 - 858 HORTA

V/ referência	V/ comunicação de	N/ referência	Data
S/2714/2023	27/10/2023	155/2023	14/11/2023

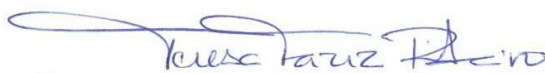
ASSUNTO: PEDIDO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL Nº. 66/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2024”

Na sequência do solicitado no ofício em referência, informo V. Exa. que após auscultação dos Conselheiros, entendeu este Conselho de Ilha não emitir novo parecer considerando que face à Anteproposta sobre a qual já emitimos parecer, a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional Nº. 66/XII – “Plano Regional Anual para 2024”, não tem, relativamente à ilha do Faial, alterações que o justifiquem.

Assim, entende o Conselho de Ilha do Faial, remeter para a apreciação já feita no suprarreferido parecer, reforçando o mesmo e lamentando o facto de na Proposta ora em apreço não terem sido vertidas as considerações que dele constam.

Com os melhores cumprimentos,

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ILHA



Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cándido